

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE  
LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN  
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

**14 de Abril de 2009**

**33.ª Reunião**

Ordem de trabalhos:

José Albano Oliveira

Joaquim Coimbra

## Índice Remissivo

---

### A

A Sr.ª Presidente · 3, 4, 6, 14, 20, 21, 28, 29, 30, 32, 35, 36, 37, 39, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 59, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 84, 95, 99, 100, 101, 102, 109, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 146, 148, 152, 155, 160, 162, 163, 166, 167

O Sr. Presidente (Aguar Branco) - 100

---

### H

Honório Novo (PCP) · 58, 61, 62, 65, 66, 69, 84, 85, 87, 88, 153, 155, 156, 158, 160, 162

Hugo Velosa (PSD) · 28, 30, 33, 34

---

### J

João Semedo (BE) · 4, 5, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 51, 52, 54, 121, 129, 130, 134, 135, 162, 165, 166

Joaquim Coimbra · 56, 59, 61, 62, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 84, 85, 87, 88, 110, 111, 112, 116, 117, 120, 121, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 138, 139, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 155, 156, 158, 160, 162, 164, 166, 167

José Albano Oliveira · 3, 4, 6, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54

---

### L

Leonor Coutinho (PS) · 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146

---

### M

Miguel Macedo (PSD) · 146

---

### N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 109, 111, 112, 120, 121

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 16 horas e 15 minutos.*

Srs. Deputados, temos hoje a audição do Sr. José Albano Oliveira, requerida pelo BE, pelo que será o BE a iniciar o interrogatório, de acordo com a metodologia definida.

Vou, então, buscar o Sr. José Albano Oliveira.

*Pausa.*

Em nome de todos as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados que integram esta Comissão de Inquérito, queria dar as boas-vindas ao Sr. José Albano Oliveira e dizer-lhe que é com muito gosto que o temos aqui, nesta Comissão.

Esta audição vai iniciar-se com as perguntas colocadas pelo Sr. Deputado João Semedo, do BE, que dispõe de 10 minutos e, depois, o Sr. Albano Oliveira responderá.

Mas, porém, pedia-lhe uma brevíssima nota curricular, ou seja, o seu percurso profissional só para os Srs. Deputados se situarem.

Faz favor, Sr. José Albano Oliveira.

O Sr. José Albano Oliveira: — Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito boa tarde.

Invoco aqui a minha situação de dupla nacionalidade. Sou natural de Angola e tenho esse estatuto. Estou em Portugal desde 1975, e houve

um período entre 1961 a 1964 e 1967, que estive em Portugal, onde estudei, fiz o serviço militar e onde me casei. Depois, regressei a Angola, fui quadro médio e, depois, superior da banca, inicialmente no Banco Comercial de Angola, ligado ao Grupo Cupertino de Miranda e, depois, mais tarde, ao Sottomayor, de Champalimaud.

Em 1975, vim para Portugal, no meio daquela confusão toda, e, nessa altura, não reintegrei a Comissão dos Bancários de Retornados de Angola, porque, cá, em Portugal, fomos acolhidos pelo Sindicato dos Bancários, de maneira que fiz parte dessa Comissão, mas tive um convite para ir para o Instituto Pasteur de Lisboa, onde fiz carreira durante 18 anos, na área do *marketing* comercial, de vendas, que era a minha área, e, portanto, esse foi o meu percurso.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada.

Vou, então, dar a palavra ao Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Boa tarde, Sr.ª Presidente, boa tarde a todos.

Não sei se é esta a melhor forma de o tratar, se José Albano, se José Oliveira, não sei como é que esta habituado.

O Sr. José Albano Oliveira: — É melhor, eu agradeço.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, é José Albano?

O Sr. José Albano Oliveira: — Sim, sim.

O Sr. João Semedo (BE): — Iria fazer várias perguntas e procurarei que elas sejam claras e precisas.

A primeira pergunta é se o Sr. José Albano foi ou é accionista da SLN ou da SLN Valor, directa ou indirectamente.

A segunda pergunta é para saber qual é a sua relação com a sociedade Abnerka Trading e quais são os activos desta sociedade e se, eventualmente, esta sociedade detém, entre esses activos, acções da SLN ou SLN Valor, que financiamentos, qual a finalidade desses financiamentos e qual a situação actual desses eventuais financiamentos do Grupo SLN/BPN a esta sociedade Abnerka Trading e também, caso esses financiamentos se tenham verificado, com quem é que o senhor tratou desses financiamentos e que garantias ofereceu ou apresentou ou entregou para esses eventuais financiamentos.

Portanto, esta era uma área de perguntas relativas à sociedade Abnerka Trading que, tanto quanto sei, é uma sociedade *offshore*, mas que o senhor fará o favor de caracterizar, caso a minha opinião e informação sejam incorrectas sobre a natureza desta sociedade.

Depois, gostaria de, para um segundo lote de questões, perguntar-lhe qual é exactamente a sua relação com as seguintes sociedades: Imocanarias, Imotrieste, Expodomus e a Marquês de Pombal, perguntando também, relativamente a cada uma delas, que outros sócios, eventualmente, têm nestas sociedades, quais são as suas actividades e também se estabeleceu ou não, entre estas sociedades e o Grupo SLN BPN, algum contrato de financiamento, de crédito ou outro de qualquer natureza e, exactamente, repetindo as mesmas perguntas de há pouco, com quem negociava esses contratos, que garantias apresentou ou

entregou relativamente a esses eventuais financiamentos e qual é, hoje, a situação de cada um desses financiamentos.

Mudando de assunto, gostaria de lhe perguntar se, como o Sr. José Albano referiu, no âmbito do Grupo SLN/BPN, teve alguma intervenção e, eventualmente, a pedido de quem ou por iniciativa de quem, em negócios do Grupo SLN/BPN estabelecidos em Angola, sendo que pergunto-lhe se, alguma vez, alguém administrador do Grupo SLN/BPN, lhe solicitou os seus bons ofícios para uma eventual participação de capitais angolanos no Grupo SLN/BPN.

Como sabe, em determinada fase da história deste Grupo, houve por parte, nomeadamente do Sr. Dr. Oliveira e Costa, a perspectiva de abrir o capital, na altura, da SLN a capitais estrangeiros, tendo-se falado, também na altura, em que uma das hipóteses seria a abertura a capitais angolanos.

Portanto, gostaria de lhe perguntar se, alguma vez, teve algum papel nesta procura ou se, eventualmente, até essa procura lhe tenha sido ou não solicitada.

Eram estes os três grupos de questões que lhe queria colocar e, depois, como é habitual, procurarei também, em função das suas respostas, e se a Sr.<sup>a</sup> Presidente me autorizar, o que não é, desde já, seguro e certo, detalhar com mais algum pormenor alguma pergunta que tenha ficado por esclarecer.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. José Albano, tem a palavra para responder.

O Sr. José Albano Oliveira: — Sr. Deputado, começaria pelo terceiro e último ponto, e, procurando ser breve, direi que tive os meus primeiros

contactos com o Grupo SLN, quando conheci o Dr. Oliveira e Costa, que me foi apresentado por pessoas amigas, por volta dos finais de 1990, quando ele ainda estava no Finibanco.

Mais tarde, vim a estar novamente numa reunião com o Dr. Oliveira e Costa e, nessa altura, ele sabendo da minha origem e dos conhecimentos e amizades que eu tinha em Angola, abordou-me no sentido de colaborar com a SLN, introduzindo ou ajudando a introduzir, porque havia outras pessoas já no campo com a mesma intenção, terceiros, nomeadamente na área imobiliária, na hotelaria e no turismo e, se pudesse também na banca e nos seguros.

E foi assim o meu primeiro contacto com o Dr. Oliveira e Costa e a minha função com a SLN era como consultor para Angola.

Os primeiros resultados começaram em 2000, sendo que proporcionei uma visita de uma delegação da SLN, presidida pelo Dr. Oliveira e Costa, que, nessa altura, foi acompanhado também pelos responsáveis da área imobiliária, com uma agenda de contactos com várias pessoas e, daí, resultou, com outras visitas lá e, sobretudo, com a influência do presidente da área imobiliária, o estabelecimento de um primeiro negócio ou a possibilidade de negócio na área imobiliária.

Esse projecto, que tem alguns anos, está na fase final. Aliás, foi referido aqui pelo meu colega de administração da Uninvestimentos, Dr. Joaquim Nunes, e, muito bem, o que era esse projecto, que é um projecto de que me orgulho muito como parte também dessa equipa, que, hoje, é considerado o melhor condomínio de Angola.

Essa é uma parceria com um grupo angolano, que foi constituído numa empresa que ajudei a montar em Angola e são pessoas da área

pública e privada, muitos deles, hoje, pessoas de prestígio e grandes empresários em Angola.

Para abreviar, a SLN tem, hoje, 51% desse projecto e dois grupos angolanos detém os outros 49%.

Seguidamente, foram-se desenvolvendo outros projectos na área imobiliária.

Quero dizer ao Sr. Deputado que a ligação com contactos na área financeira, inicialmente, começaram a ser comigo, mas, depois, com a entrada do Dr. Joaquim Nunes, essa área, a da parte financeira, a da parte de seguros e de petróleos, enfim, passou para ele e eu fiquei, até hoje, com a área imobiliária e também dei uma ajuda na parte industrial para um projecto cimenteiro em Angola, que ainda não está aprovado, mas tudo indica que, brevemente, será aprovado e que está para ser agendado em conselho de ministros.

Agora, passaria ao ponto número um, que tem a ver com a Abnerka e com o segundo projecto em Angola.

A Abnerka, Sr. Deputado, sei que é uma *offshore*, e, sou-lhe sincero, não tenho acesso a isso e se, alguma vez, assinei alguma coisa pela Abnerka, o que lhe posso dizer é que foi-me pedido que fosse o veículo, dado que, nesta altura, a SLN, através dos seus veículos bancários, BPN, Banco Efisa e outras entidades, que me diziam que eram da área financeira do Grupo, estava com algumas dificuldades, sobretudo na área imobiliária, até porque eu trabalhava com o presidente da área imobiliária e foi-me pedido, dizia, como cidadão angolano, até por sugestão dos próprios advogados em Angola, dado que o BPN, a SLN e a Efisa tinham dificuldades para fazer investimentos lá através da AMIP (Agência Nacional de Investimento Privado), que fosse eu a fazer isso e eu acedi,

confiei nas pessoas e na sua palavra, como continuo a confiar, e nos documentos que estão, alguns, em minha posse.

Mais tarde, também no meio desses documentos, eu assinei um contrato, que julgo com a Abnerka, mas com o Banco Insular. Quem tratava de toda essa documentação cá era o Sr. Presidente da área imobiliária, Eng. José Augusto Monteverde. Portanto, tudo era tratado com ele. Eu só assinava. E, portanto, penso que este financiamento foi na ordem dos 5,5 milhões, porque foi legalizado em Angola, com um pedido de investimento privado, tem uma licença de importação de capitais passada pela AMIP e tudo seguiu. Isto é um projecto para uma torre de 25 pisos, que está a ser negociado.

Paralelamente a isso também há um outro desenvolvimento na área imobiliária no Lobito.

Portanto, estou a referir-me a projectos de investimento, o primeiro de que lhe falei, na ordem de 115 milhões de dólares, este da torre deve andar à volta dos 90 a 100 milhões de dólares e o do Lobito um bocadinho menos.

Como é que as coisas corriam lá? Recorria-se, portanto, depois, aos financiamentos locais.

Portanto, quanto à Abnerka não sei se posso dizer mais alguma coisa, sinceramente.

O ponto número dois tem a ver com Portugal. E vou-me socorrer aqui dos jornais, que têm referido muito isso e eu tenho sido abordado, mas estou impossibilitado de dar mais informações. Precisamente por volta de Julho de 2003, por iniciativa do presidente da imobiliária, foi-me feito um convite para me ajudar a ser um empresário cá, em Portugal, e

para que entrasse numa sociedade para um condomínio fechado na Ericeira que, inicialmente, julgo que se chamou «Janelas da Ericeira».

E, nessa altura, depois, na presença do Dr. Oliveira e Costa, foi-me reiterado esse convite e eu fiquei muito grato e agradecido e, depois, disse: mas eu não tenho tempo nem sei gerir as coisas cá, sou consultor lá...», e disseram-me: «não se preocupe com isso, porque isso é tudo gerido por nós». E, efectivamente, assim foi, nomeadamente na Partinvest, em que os Srs. Engenheiros acompanharam o projecto.

E o que era esse projecto? Esse projecto foi adquirido a uma empresa chamada Tetris, que era a sua detentora, e era um projecto na ordem na ordem dos 50 ou 50 e poucos apartamentos na Ericeira. Para isso, foi criada uma empresa, a Marquês de Pombal, que é detida por mim, em conjunto... Depois de eu ter acordado, foram-me apresentado uma série de papéis, foi a compra dessa empresa e foi um pedido de financiamento, e não sei que mais. Portanto, eu fiquei descansado porque, quer em termos de contabilidade, de financiamento, de gestão de projecto, isso tudo pertencia à SLN, mais propriamente à Partinvest Imobiliária, como acho que se chama.

Com o andar do tempo, comecei a ser confrontado com pedidos, na parte financeira, porque havia um problema, que era preciso resolver porque a Tetris não estava a dar cumprimento ao contrato-promessa de compra e venda que tinha sido celebrado por escritura de 29 de Junho de 2004, que respeitava a 28 fracções.

Às tantas, aquilo era um péssimo negócio, um péssimo negócio. Basta dizer que a Marquês de Pombal teve que negociar hipotecas com a Caixa Geral de Depósitos, substituindo-se à Tetris, para poder acabar o projecto e poder vender alguma coisa.

Nessa altura, pus a questão ao Dr. Oliveira e Costa e ao engenheiro, dizendo que aquilo que me tinham prometido não era verdade, que aquilo era um engano e acredito até que eles próprios tivessem sido enganados naquilo tudo. Foi-me garantido que não me preocupasse, que a empresa SLN iria substituir-me nisso, passando a Marquês de Pombal a uma SA, que, efectivamente, até hoje, não passou, e que eu ficasse tranquilo porque as coisas estão escritas e eu, agora, peço aos Srs. Deputados que me permitissem não revelar mais pormenores e a Sr.<sup>a</sup> Presidente sabe porquê.

Mas quero dizer que, durante essa gestão da Marquês de Pombal, foi-me proposto, de seguida, um outro negócio também muito bom porque, depois, a Marquês de Pombal iria vender apartamentos, que era a compra da Expodomus, que pertencia ao universo da Parque Expo, porque trazia benefícios fiscais. Efectivamente, toda a gente acreditou que ela trazia benefícios fiscais. Abro aqui um parêntesis só para dizer que isso não é verdade.

Infelizmente, também isso não correu bem porque fizemos uma exposição ao Sr. Ministro das Finanças e isso tudo e, portanto, as finanças disseram que não porque a Expodomus pertencia a um grupo e, portanto, contrariamente à escritura e a tudo aquilo que foi feito, não beneficiava, como nos tinham dito, de benefícios fiscais. E, portanto, assim, tivemos que ficar em incumprimento e estamos a pagar, agora, às finanças o valor. Isto porque a Expodomus fez negócios da compra de apartamentos para revenda, como era a sua vocação e era aí, nas vendas, que fazia as mais-valias.

A Imocanarias, não posso precisar em que altura, mas, mais ou menos, nessa altura, foi uma empresa que também foi comprada para

adquirir um projecto da Imotrieste. Essa Imotrieste tem um projecto imobiliário na zona do Cobre, em Cascais, que, inicialmente, era de 10 moradias, aprovadas pela câmara, mas, depois, um processo também esquisito porque, depois da aprovação da câmara, é que foram colher as informações à REN, à DRAOT e a essas coisas todas, de forma que foram cortando, e, neste momento, estão em cima da mesa seis moradias, mas podendo vir a voltar a ter as 10, dependendo, efectivamente, da reserva de expansão da estrada, que está prevista lá na zona e que vai ser feita. Isto é, se a estrada for feita, já se pode construir, porque a reserva é menor, mas, neste momento, está assim.

Os financiamentos, portanto, foram todos tratados, como disse, pela Imobiliária e também no veículo ou entidade financeira Banco Insular.

Já me foi feita também uma pergunta sobre se conhecia alguém do Banco Insular. Eu não conhecia ninguém. Conheci mais tarde, mas muito mais tarde.

Quanto a garantias, que eu saiba, não há garantias nenhuma para nenhum dos projectos, inclusive o de Angola, da Abnerka. Não há garantias nenhuma. Nem sequer para as moradias da Marquês de Pombal ou da Imotrieste. Não há garantias.

Começou por me perguntar se eu era accionista da SLN ou da SLN Valor. Não. Feliz ou infelizmente, não.

Não sei se respondi a tudo? Ah, com quem tratei os financiamentos? Era tudo com o presidente da área imobiliária. A gestão toda do projecto, como as vendas, era tudo de empresas da SLN.

Ora bem, queria aproveitar para dizer que não fui assim tão anjinho e, portanto, procurei, a certa altura, quando vi como as coisas estavam a

correr, o desmoronar do castelo, ter algumas garantias. Efectivamente, foram dadas instruções pelo Sr. Presidente do Grupo, na altura, o Dr. Oliveira e Costa, como presidente da SLN, pelo Eng. Sanches, como administrador, e ele ficou encarregado de resolver, junto da Partinvest, qual era a empresa que iria entrar na Marquês de Pombal para me proteger.

Depois, mais tarde, com a entrada do Dr. Franquelim Alves, o *dossier*, bastante volumoso, passou para ele, com quem tive várias reuniões, e ele também predispôs-se a resolver as questões.

Entretanto, deu-se a nomeação da equipa do Sr. Dr. Cadilhe e aí, as coisas, se já não estavam bem, pioraram. E depois foi com o Dr. Meira Fernandes, a quem o Dr. Franquelim Alves passou a pasta. Porque a parte de Angola reportava à SLN Internacional de que era presidente, inicialmente, o Dr. Oliveira e Costa, o Dr. Franquelim Alves e o Dr. Joaquim Nunes. Depois, saiu o Dr. Franquelim Alves e entrou o Dr. Meira Fernandes, com quem tratava as coisas de Angola.

Na parte imobiliária, fiquei com o Sr. Dr. António Tato, que também me prometeu que, até ao dia 31 de Dezembro do ano findo, estava tudo resolvido. Infelizmente, não se passou assim. Estava em Luanda e recebi um telefonema do Dr. António Tato a dizer que, com a nacionalização e porque umas coisas estavam ligadas com as outras e não podiam ser vistas as coisas separadas... E ficou assim.

Felizmente, com esta nova equipa da SLN, chefiada pelo Dr. Fernando Lima, com quem já tive várias reuniões, e também com o novo administrador da área imobiliária, Dr. Rui Ferreira, foi-me garantido que vão-me resolver tudo. Tudo de Portugal e tudo de Angola.

As coisas de Angola andaram a marcar passo durante algum tempo, como disse, por impossibilidade da SLN em mandar capitais para lá. Depois, aquando da entrada do Dr. Cadilhe fiquei mais animado, mas ele disse: para Angola, nem pensar, que eu esquecesse. Aliás, nem foi ele que me disse, foi o Dr. Meira Fernandes, que me disse que Angola era para esquecer.

Entretanto, em Angola, os accionistas terceiros começaram a movimentar-se e a coisa complicou-se muito, até em termos de confiança de certas pessoas em mim.

Felizmente, agora, com o Dr. Fernando Lima, as coisas, estou em crer, vão procurar resolver-se.

Não sei se respondi a tudo, Sr. Deputado?

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, talvez, agora, seja mais prático pergunta/resposta porque são apenas aspectos pontuais.

A Sr.ª Presidente: — Mas são explicações das respostas, Sr. Deputado?

O Sr. João Semedo (BE): — Podemos chamar-lhe assim, não vejo nenhum inconveniente. Mas procurarei ser rápido.

A Sr.ª Presidente: — Então, faz favor.

O Sr. João Semedo (BE): — A primeira questão é mesmo uma explicitação: quando é que o Sr. José Albano tomou conhecimento da

existência do Banco Insular, do tipo de operações que fazia, e como é que adquiriu esse conhecimento, qual foi o seu contacto com essa realidade?

O Sr. José Albano Oliveira: — Sr. Deputado, quando assinei o contrato.

Portanto, o primeiro contrato – houve aqui coisas muito simultâneas, no mesmo espaço de tempo – foi assinado em 10 de Junho de 2003, Sr. Deputado. Assinei o contrato e, só com a minha assinatura, foi entregue assim, no meio dos outros papéis todos, ao presidente da área imobiliária. Mas só com a minha assinatura. E não vinha referência do nome de ninguém nos contratos.

O Sr. João Semedo (BE): — Na altura, com a sua experiência profissional neste tipo de actividades, não achou que esse contrato, eventualmente, seria diferente do que eventualmente um outro contrato de uma qualquer outra instituição financeira, seria um contrato menos exigente, com menos garantias, enfim, um pouco mais «leviano», digamos assim?

O Sr. José Albano Oliveira: — Sinceramente, não achei, porque o próprio presidente do Grupo me disse que era uma instituição financeira do Grupo SLN, nomeadamente.

O Sr. João Semedo (BE): — Está a referir-se ao Dr. José Oliveira e Costa?

O Sr. José Albano Oliveira: — Exactamente.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, o Dr. José Oliveira e Costa assumiu que o Banco Insular era uma instituição do Grupo, uma unidade do Grupo?

O Sr. José Albano Oliveira: — Claro.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, se bem percebi, o Sr. José Albano envolveu-se numa série de empresas e sociedades nas quais, supostamente, iria ter um papel de consultor de projecto, de programa, assumindo, na realidade, a titularidade e um certo papel de accionista e até de direcção e administração destas sociedades e destes grupos, mas, na verdade, a sua expectativa era que fossem outros a fazer isso tudo.

O Sr. José Albano Oliveira: — Não era expectativa; era assim que estava combinado.

Peço desculpa, mas eu não era accionista. Houve aqui um lapso da minha parte. Eu, em Angola, sou efectivamente administrador pela SLN nos empreendimentos em Angola.

O Sr. João Semedo (BE): — Eu digo isto porque, por exemplo, na sociedade imobiliária Marquês de Pombal, o Sr. José Albano de Oliveira é mesmo, digamos, se não estou em erro, o único sócio.

O Sr. José Albano Oliveira: — Sim, o único sócio, com o capital que até tenho vergonha de dizer, não é?

O Sr. João Semedo (BE): — Era de 5000 euros e, depois, mais 3700, mas, seja como for, a ideia que eu estava a traduzir era que, digamos, o seu envolvimento, no fundo, era mais a responsabilidade de admitir que o seu nome titulasse estas empresas e estas operações e não tanto fazer, garantir e desenvolver estes projectos.

O Sr. José Albano Oliveira: — Não, Sr. Deputado, foi-me prometido, inicialmente, ter proveitos desse negócio da Marquês de Pombal. Mas como as coisas começaram a correr mal, essa Tetris faliu e nós movemos, depois, uma acção contra eles e, portanto, reclamámos créditos que estão assinados pelos accionistas, pelos administradores dessa empresa Tetris, porque foi um péssimo negócio.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado por esse esclarecimento.

Por último, só mais uma questão: há pouco falou que, na aquisição da Expodomus, um dos objectivos dessa operação era a eventualidade de obter benefícios fiscais.

Depois, também esclareceu que esses mesmos benefícios fiscais não vieram a verificar-se eu gostava de lhe perguntar o seguinte: como é que foi financiada a aquisição da Expodomus? Isto porque as informações disponíveis dizem que o custo da Expodomus andou na ordem dos 250 000 euros. Portanto, como é que isso foi financiado porque o capital social da empresa, como já vimos, era muito inferior?

Mas a pergunta que gostava mais de fazer era no sentido de compreender qual era a vantagem da aquisição da Expodomus, porque, também segundo as informações disponíveis, a Expodomus traz, com essa aquisição, um passivo bastante elevado. Ou seja, segundo informações

disponíveis, a operação terá sido feita por 250 000 euros, mas quem comprou a Expodomus, no caso concreto a sociedade Marquês de Pombal, recebeu, também na compra, naturalmente, o passivo da Expodomus que, segundo o próprio relatório da Parque Expo, era na ordem dos 7 milhões de euros.

Portanto, a minha pergunta é esta: se estas informações são verdadeiras, e eu tenho-as por verdadeiras, porque elas vêm em relatórios oficiais destas empresas, qual é a vantagem de adquirir uma empresa por 250 000 euros que arrasta consigo um passivo de 7 milhões de euros?

Esta operação é que não consigo perceber, mas admito que o Sr. José Albano de Oliveira me possa ajudar a compreendê-la.

O Sr. José Albano Oliveira: — Lamento, mas não tenho conhecimentos suficientes para poder elucidar o Sr. Deputado.

O que eu lhe posso dizer quanto a esta operação, como já referi, é que foi proposta à Marquês de Pombal adquirir a Expodomus para beneficiar dos benefícios fiscais.

Não sei, até porque não sou economista nem fiscalista, mas acho que isso tem a ver com o próprio passivo, mas não sei.

O Sr. João Semedo (BE): — Era exactamente isso!

O Sr. José Albano Oliveira: — Inicialmente, era intenção ser a Expodomus a vender os apartamentos da Marquês de Pombal, mas, depois, surgiu outra oportunidade de vender apartamentos e moradias do próprio grupo, passando por lá e dando mais-valia para a Expodomus. Mas, efectivamente, ela trazia benefícios fiscais, só que as finanças,

depois, disseram que não porque aquilo pertencia ao grupo. E ninguém, nem os advogados, se aperceberam disso e pronto.

Perguntou-me também de onde é que saiu o dinheiro. Foi da Marquês de Pombal. E a Marquês de Pombal, como disse, financiou-se no Banco Insular.

O Sr. João Semedo (BE): — Só mais uma pergunta, que admito o Sr. José Albano de Oliveira tenha dificuldade em esclarecer por falta de informação, mas que é a seguinte: em 2006, esta empresa, a Expodomus, depois de uma operação de aquisição de várias fracções de um projecto na sociedade Fábrica de Gelo, esta sociedade registou lucros relativamente significativos, tendo em conta que o ponto de partida era negativo, da ordem dos 165 000 euros.

O custo da aquisição de 10 fracções desse empreendimento Linho Horizonte, da antiga sociedade Fábrica de Gelo, foi de 2 milhões de euros. Pergunto ao Sr. José Albano quem financiou esta aquisição e, aparentemente, o senhor confirmará ou não se ela foi um sucesso do ponto de vista empresarial, na exacta medida em que uma sociedade que tinha um balanço negativo passou a apresentar resultados positivos depois dessas transacções.

O Sr. José Albano Oliveira: — Sr. Deputado, acho que o número dos 7 milhões está exagerado, porque o que ouvi falar era à volta dos 4 ou coisa assim no género. Foi o que ouvi falar, mas é uma questão de, mais tarde, poder confirmar com a contabilidade.

O financiamento foi sempre do Banco Insular. Comprou, vendeu-se, depois deu-se a mais-valia, só que, depois, teve que se pagar os impostos todos.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, conclui.

Sr. José Albano, muito obrigado. Depois, na segunda volta, se for necessário, voltarei a questioná-lo.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sr. Deputada Leonor Coutinho.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigada, Sr.ª Presidente.

Gostaria de cumprimentar o nosso convidado, Sr. José Albano, e também gostaria de o interrogar sobre as suas relações com a SLN e com o Dr. Oliveira e Costa.

Assim, pergunto-lhe: desde quando é que tem negócios e que tipo de negócios é que tem com o Dr. Oliveira e Costa? Desde quando é que se criou um certo hábito de trabalhar com ele, ou seja, quais foram, ao longo da sua vida, as relações que teve com ele?

Gostaria também de lhe perguntar quais são as sociedades, todas as sociedades, ligadas ao Grupo SLN onde seja accionista ou administrador. Já foram aqui referidas algumas, mas gostaria de saber de todas.

Gostava também de lhe perguntar quais destas sociedades têm empréstimos, neste momento, ou no Banco Insular ou no BPN, ou seja, qual é a situação financeira, a nível de créditos ainda não pagos, portanto créditos actuais, em relação ao Banco BPN ou Banco Insular ou qualquer das filiais bancárias ou, enfim, aquele que, em último, responsável seja.

Gostaria que me fizesse o balanço disso, uma vez que temos relatórios de imparidade e gostaria de perceber um pouco melhor essa situação.

Porque achei um bocado estranho que aceitasse assumir a titularidade de algo que, na realidade, diz que não fazia, pergunto-lhe como é que sente as suas responsabilidades, nesse caso.

Aqui, já foi também referido que a SLN se servia de testas-de-ferro. Aliás, foi referido pelo próprio Banco de Portugal que era muito difícil detectar, por vezes, os rácios ou fazer o controlo de algumas operações por haver, muitas vezes, testas-de-ferro, ou seja, haver pessoas que assumiam a titularidade de algo, mas que, na realidade, esse algo pertencia ao Grupo SLN e, sendo assim, é muito difícil conhecer o universo SLN. É, aliás, tão difícil que o próprio Dr. Cadilhe teve de fazer a chamada Operação César para, mesmo com informadores internos, tentar perceber essa situação.

Gostaria de lhe perguntar que situações conhece desse tipo ou na SLN cá ou na SLN em Angola.

Muito obrigada.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faz favor, Sr. José Albano.

O Sr. José Albano Oliveira: — As minhas relações com o Dr. Oliveira e Costa foram-se aprofundando com as coisas que ia tratando com ele.

Como inicialmente disse, fui incumbido de procurar negócios e alguns, poucos, foram concretizados e sobre outros foram pedidas opiniões e, como consultor, eu dei opinião ao Dr. Oliveira Costa de outros negócios que foram surgindo, nem sempre favoráveis ou, na maioria das

vezes, não favoráveis até, posso dizê-lo, e procurei resolver até algumas situações complicadas que se geraram em determinados tipos de negócios e de relações.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, como disse, eu estava restringido ultimamente e, quando digo ultimamente, estou a referir-me a 4 anos, só com a imobiliária e com o projecto da fábrica de cimentos.

Portanto, a minha relação foi de muitas viagens que o Dr. Oliveira e Costa foi lá, consegui fazer as agendas que ele pretendia, com as entidades com quem ele queria falar, dentro desta área de negócios, inicialmente bancos, mas, depois a banca passou para outro colega, e seguros também inicialmente, mas, depois, passou para outro colega, e petróleos. E são as áreas que conheço em que o Grupo estava com interesses em Angola.

Em 2003, tirando o Grupo Espírito Santo e o Grupo BPI, o Grupo BPN/SLN era o grupo que estava em melhores condições para fazer negócios em Angola, mas, ou por impedimentos do Banco de Portugal e até porque alguns administradores, nomeadamente um, considerava Angola ainda um país de risco, não foram feitos e perderam-se várias oportunidades.

E daí a minha relação com o Dr. Oliveira e Costa e porque eu dizia «olhe, isto não serve», «cuidado por isto ou por aquilo» e ele próprio ainda avançou e depois constatava que eu tinha razão e, talvez por isso, ele tomou a atitude de me considerar como seu amigo. Não frequentava, obviamente, a casa dele, mas havia uma boa relação...

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — De confiança?

O Sr. José Albano Oliveira: — De confiança sim e eu também de confiança com ele. Por isso é que a Sr.ª Deputada me pergunta como é que eu acedi em ficar como responsável, como testa-de-ferro, como disse, em algumas situações! Quer dizer, aqui, em Portugal, em algumas situações, não me considero como testa-de-ferro. Podem as minhas expectativas ter sido defraudadas, mas estão salvaguardadas pelo compromisso com a SLN de as assumir.

Com a Abnerka, testa-de-ferro ou comissário, talvez possa ter sido. Aí, reconheço, que possa ter sido, como veículo, efectivamente, dada a impossibilidade de a SLN pôr lá capitais. Mas tínhamos e temos uma licença de importação de capitais, que estava impossibilitada pelo Banco de Portugal de o poder fazer, segundo me diziam

Não sei se respondi?

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Sim, portanto, a sua função era justamente essa; poder o Grupo SLN fazer algo que o Banco de Portugal não deixava fazer.

O Sr. José Albano Oliveira: — Não, eu não disse isso! Sr.ª Deputada, Desculpe, mas eu não disse isso! Porque eu não tinha acesso a nada do Banco de Portugal.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Ah, não sabia?

O Sr. José Albano Oliveira: — Não, só sabia que havia uns problemas com o Banco de Portugal e não podiam mandar dinheiro... Pronto, é só isso. Por amor de Deus, eu não era lidava com a banca, era um

depositante como outra pessoa qualquer! Enfim, com conta de depósitos à ordem, porque nem depósitos a prazo tinha. Portanto, eu era só da área imobiliária.

Não sei se fui claro, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Sim, para mim está claro. Quer dizer, assumiu essa função, porque lhe era pedido pela SLN, uma vez que ela não poderia fazer de outra maneira ou porque o Banco de Portugal ou porque ... estariam a criar problemas.

O Sr. José Albano Oliveira: — Isso era uma justificação que a imobiliária me dizia. Não era o Dr. Oliveira e Costa que me dizia isso.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Claro!

O Sr. José Albano Oliveira: — Era a imobiliária que dizia isso e justificava-se com isso e mais nada.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — E, nessas condições, por que é que aceitou?

O Sr. José Albano Oliveira: — Por confiança.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Confiança?

O Sr. José Albano Oliveira: — Confiança no Grupo.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — No entanto, segundo nos disse aqui, a parte imobiliária foi correndo mal. Por que é que tinha tanta confiança no Grupo se achava que os negócios não estavam a realizar-se conforme tinha sido prometido?

O Sr. José Albano Oliveira: — Eu disse que as coisas começaram a correr mal, segundo me apercebi, há três anos. Foi o que eu disse, há bocado.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Antes, correram bem?

O Sr. José Albano Oliveira: — Sim. Que eu tenha conhecimento, tudo corria bem. Havia grandes investimentos, que eu via, na área imobiliária. Na área imobiliária vi projectos fantásticos.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Eu não estou a falar de projectos; estou a falar da concretização do dinheiro.

O Sr. José Albano Oliveira: — Ah, isso não, havia uma área financeira que tratava disso. E mesmo nos pequenos negócios não era eu que tratava, como disse, e acho que repeti para que isso fique bem vincado. Não era eu que tratava disso.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — No entanto, eram negócios financeiros, uma vez que, não tendo construção, os negócios eram meramente financeiros.

O Sr. José Albano Oliveira: — Desculpe, eu não entendi, onde é que houve construção?

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Aquilo que disse aqui das actividades destas empresas, elas não faziam propriamente construção, elas faziam promoção e, portanto, o negócio é meramente financeiro.

O Sr. José Albano Oliveira: — Não sei se era financeiro porque ser promotor é uma coisa e não é ser construtor. Nem em Angola, no grande projecto imobiliário da Lunha, fomos construtores. Isso foi adjudicado, seguindo um processo normal, a uma empresa construtora, abrindo-se concurso e tudo isso. Portanto, simplesmente, somos promotores do negócio.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Promotores!?

O Sr. José Albano Oliveira: — Sim, sim.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Portanto, é um negócio financeiro?

O Sr. José Albano Oliveira: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem melhores conhecimentos do que eu para dizer isso, com certeza.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Sim, senhor, muito obrigada.

Peço-lhe desculpa, já agora e para não ir para a segunda ronda, falou-me aqui também na empresa de cimentos. Penso que é a CNE.

O Sr. José Albano Oliveira: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Então, gostaria que nos dissesse aqui o seu envolvimento na parte dos cimentos e as responsabilidades que teve. É que a CNE também, como sabe, é uma das maiores geradoras de imparidades para o BPN.

O Sr. José Albano Oliveira: — Eu conheço um pouco os problemas da CNE, mas, do projecto para Angola, a CNE não faz parte. É a SLN Internacional e o Banco Mundial. Da parte da SLN Internacional, ela é responsável de trazer o *player* fora do grupo cimenteiro, de trazer o grupo, o *know-how* para a fábrica. E, depois, havia a parte de capital angolano, que é de 49%, que, posso dizer, são dois grupos de entidades privadas, escolhidas pela entidade da tutela, que é o Ministério das Obras Públicas – e estou a falar do projecto inicial, porque, depois, pode ter sofrido alterações.

O meu papel e do grupo de pessoas que eu acompanhava, do qual fazia parte um engenheiro, com experiência na área, juristas que dirigiam e, mais tarde, o Dr. Joaquim Louro como economista...

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — O Sr. Dr. Joaquim Louro?

O Sr. José Albano Oliveira: — Sim, sim. Portanto, a CNE não fazia parte; era a SLN Internacional!

E posso dizer-lhe que, da parte angolana, Sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República de Angola tinha nomeado o BCP, que é a Caixa Geral de

Depósitos de lá, e a Caixa de Previdência das Forças Armadas parceiros da fábrica de cimento.

Acho que fui para além da pergunta que me fez.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Sim, esclareceu a parte financeira deste negócio.

Bom, eu nem sequer estava a pensar fazer esta pergunta, mas, já agora, quero situar este negócio no tempo, porque houve vários investimentos cimenteiros e várias coisas que estiveram em curso em Angola e eu queria situar esta no tempo.

O Sr. José Albano Oliveira: — As negociações demoraram mais de um ano. São muito complicadas as negociações em Angola, porque têm vários ministérios, chegamos a sentar à mesa 20 pessoas de vários ministérios, e, depois, na reunião seguinte, já não eram os mesmos, eram outros que já tinham outras ideias... Enfim, foi muito complicado.

Mas isto pode ter começado talvez três anos ou três anos e pouco.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Portanto, em 2005.

O Sr. José Albano Oliveira: — Sim, em 2005 ou por aí assim. Não posso precisar a data em que começámos as negociações.

A Sr.ª Presidente: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Penso que já respondeu, com muita clareza, a uma série de questões, embora todos nós, talvez, precisássemos, julgo eu, de fazer um curso especial de funcionamento do sistema que vigorava no Grupo SLN/BPN/BI.

Já disse, com muita clareza, o que agradecemos, como é que funcionava nestes negócios, quer os que fez em Angola, quer os que fez em Portugal, portanto, na área de negócios e na área imobiliária.

Tomei nota que, a certa altura, disse que todos os negócios pertenciam ao Grupo SLN ou eram patrocinados pela SLN, mas o Sr. José Albano Oliveira também disse que não tinha nada a ver com a SLN, que não era accionista e não tinha nada a ver com a SLN.

Portanto, ponho aqui três questões, com base nessas declarações: primeira, nesses negócios que participou, imobiliário e negócios, quer em Angola, quer em Portugal, quais foram, em termos gerais, porque não pode particularizar possivelmente, as vantagens ou os prejuízos para o Grupo SLN, isto é, que vantagens ou prejuízos é que o Grupo SLN teve com esses negócios? E pergunto-lhe outra coisa: e para o BPN, houve algumas vantagens?

Já disse que os financiamentos eram no Banco Insular. Mas houve algum financiamento no BPN?

O Sr. José Albano Oliveira: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — No fim responde, Sr. José Albano, não esteja preocupado.

O Sr. José Albano Oliveira: — É que posso cometer... Já me esqueci, mas respondo depois.

A Sr.ª Presidente: — Está preocupado porque se esqueceu de responder a uma pergunta da Sr.ª Deputada Leonor Coutinho?

O Sr. José Albano Oliveira: — Era acerca do financiamento à Imocanarias, que, depois, adquiriu a Imotrieste com o financiamento do BPN Cayman, salvo erro.

O BPN Cayman é diferente, penso, do Banco Insular.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, muito obrigada pela sua compreensão.

Faz favor de prosseguir na colocação das questões.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Era para saber se houve algum financiamento no BPN em relação a esses negócios, porque me apercebi que era só no Banco Insular, mas era só para confirmar.

Quanto aos negócios que se fizeram, e nós já vimos que o Sr. José Albano de Oliveira conhece a história dos negócios, nomeadamente do imobiliário, que funcionou desta forma, pergunto se teve algumas vantagens ou não directamente para si. Isto é, ao funcionar assim como funcionava – e já vimos como funcionava –, que tipo de vantagens terá tido ou não, como, por exemplo, se havia – e, aliás, foi noticiado – prémios ou comissões atribuídos a alguém ou não? Se puder dizer à Comissão e, no caso afirmativo, para quem?

Mas há uma coisa que, penso, todos achamos muito estranha: já disse que em todas as operações de financiamento não havia garantias. Nós estamos aqui confrontados, realmente, com esta situação, digamos, um pouco anormal. É natural que nas relações financeiras com a banca possa haver determinados empréstimos, e aceitamos que haja, em que o sistema de garantias funcione de uma maneira diferente, mas normalmente a banca exige garantias e, muitas vezes, garantias reais, não bastando, por exemplo, as acções da própria empresa ou outras coisas no género.

Assim, a pergunta que lhe deixo é se o Sr. José Albano não achou estranho que, nessas operações de financiamento, não fossem exigidas garantias.

Sobre créditos assumidos por veículos ou *offshores*, em caso afirmativo, de certa forma, já disse que uma das empresas era uma *offshore*, mas pergunto se, realmente, houve alguns resultados com a utilização dessa *offshore* ou das *offshores* como veículos para essas operações. Isto é, houve algum resultado, alguma vantagem para alguém da utilização das *offshore* para si ou para quem participou nesse negócio, nomeadamente para as empresas de que aqui falou que estavam nesses negócios, quer em Angola quer em Portugal?

Em relação a este negócio da Expodomus e da sociedade Marquês de Pombal, tomei uma série de notas do que disse e, a certa altura, recordei que nos disse que lhe teria sido prometido que teria vantagens com o negócio.

Primeiro, pergunto: quem é que propôs, em concreto, este negócio? Até porque o senhor diz, com muita clareza, que o objectivo era obter vantagens fiscais. Portanto: quem é que propôs este negócio?

Também disse que a Marquês de Pombal se financiou no Banco Insular.

Bom, sobre este negócio, deixo-lhe só duas perguntas que têm a ver com o seguinte: em todos estes negócios, não cheguei a perceber se o Sr. José Albano Oliveira era o próprio titular do negócio, ou se representava, formalmente, as empresas nos negócios que fazia, quer nos financiamentos, quer noutros negócios.

Portanto, gostaria de saber, neste negócio da Marquês de Pombal/Expodomus, quem é que representava a Marquês de Pombal, e, sobretudo, quem é que representou a Expodomus, porque, aqui, foi dito, e tem sido noticiado, que a Expodomus tinha uma situação muito grave do ponto de vista do seu activo e passivo e, portanto, gostaria de saber, já agora, quem é que representou a Expodomus nesse negócio.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faz favor, Sr. José Albano, para responder.

O Sr. José Albano Oliveira: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas isto foi uma catadupa de perguntas!... Mas a algumas delas já respondi, penso eu, mas, se calhar, com pouca clareza.

Portanto, sobre se se eu achava estranho ou não haver financiamentos sem garantias, quero dizer-lhe que não era eu quem tratava disso. Eu fui claro: eu não tratava de nada, Sr. Deputado! E nunca foram pedidas garantias, até hoje, nunca foram pedidas garantias.

Agora, sobre se é estranho, provavelmente será estranho. Sobre se era prática, não sei se era prática, mas que sucedeu assim, sucedeu! E não lhe posso dizer mais nada, Sr. Deputado.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Posso interrompê-lo?

O Sr. José Albano Oliveira: — Faz favor.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — É porque, quando falou do seu currículo, percebi que o Sr. José Albano Oliveira disse que tinha estado na banca em Angola antes de toda esta actividade e foi por isso que eu fiz essa pergunta, porque tendo estado na banca poderia dizer-nos se achava ou não estranha esta situação. Não sei se está a perceber, mas essa foi a razão da pergunta.

O Sr. José Albano Oliveira: — Sr. Deputado, se o presidente do Grupo me garante a operação e diz para não me preocupar, o que é que o senhor queria que eu fizesse?!...

Sobre as vantagens para a SLN nos negócios, não sei se, da parte de Portugal, havia alguns interesses, sinceramente não sei se havia algum interesse neste tipo de negócios, que são negócios menores, embora para mim fossem grandes, porque podia vir dali uma mais-valia na venda dos apartamentos e ter uma mais-valia para mim, o que, infelizmente, não se veio a verificar.

Perguntou também se havia prémios. Havia, sim senhor. Em Angola, há prémios pelos bons resultados. Mas aqui, a questão, nem sei como é que hei-de dizer, mas são pequenos negócios do Grupo, provavelmente com boas intenções, mas o negócio correu mal, correu mal isso tudo, esse negócio...

Perguntou-me, ainda, se foi por excesso de confiança na parte imobiliária. Não sei, não fui eu que dirigi os negócios, não fui eu que fiz os

contratos, não fui eu que fiz nada disso, Sr. Deputado. Aliás, eu já tinha dito isso.

Perguntou-me também quem fez o negócio da Expodomus. Volto a dizer que foi a imobiliária, o presidente da parte imobiliária. Foi ele quem fez o negócio, com uma grande vantagem para a Marquês de Pombal, no futuro.

Porque é um assunto sobre o qual tenho sido interrogado pelos Srs. Jornalistas, fui procurar algumas informações e posso dizer-lhe que a Parque Expo foi adquirida por escritura de 22 de Novembro de 2004, pelo valor de 250 000 euros e quem assinou foi o Dr. José Bracinha Vieira, como presidente do conselho de administração.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Queria que me confirmasse se, em relação a estes negócios, de que falou, fundamentalmente os que praticou cá, nessas circunstâncias de não conhecer, todos eles correram mal porque, pelo que disse, não houve vantagens para ninguém...

O Sr. José Albano Oliveira: — Ninguém, como?

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Quando digo ninguém, digo empresas, pessoas, etc..

O Sr. José Albano Oliveira: — Penso que quem teve vantagens nestes negócios foi, nomeadamente e apesar de estar em tribunal, porque lhe movemos uma acção, a Tetris. Essa beneficiou. Nós substituímos uma hipoteca à Caixa e pagámos os apartamentos.

Outra que poderá ter beneficiado é a SLN, que beneficia com os negócios em Angola, como é óbvio. Beneficia e de que maneira!

A Sr.ª Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Obrigado, Sr.ª Presidente.

Queria agradecer ao Sr. José Albano Oliveira a oportunidade que nos dá e gostava de tentar precisar aqui um outro ponto porque, enfim, o dinheiro não surge propriamente do nada e mesmo as instituições têm quem as represente. Elas são entidades que aparecem aqui, nos registos, que são responsáveis pelo passivo do banco e, em alguns casos, do Grupo.

Portanto, neste tempo que me é concedido, ia tentar precisar nomes e realidades. E, desde logo, em relação à Abnerka Trading & Services, em relação à Oakleigh Holdings, LLC, que, como o Sr. José Albano Oliveira sabe, participa na Lunha Imobiliária e é devedora do Banco Insular, eu queria saber quem é que eram os últimos beneficiários, quer da Abnerka, quer da Oakleigh, e quem é que, formalmente, com a responsabilidade jurídica que isso implica, representava uma e outra.

Compreendo que o Sr. José Albano Oliveira nos diga que se limitava a assinar, mas se se pede ao Sr. José Albano Oliveira que assine é porque, necessariamente, essa assinatura confere valor jurídico ao acto, sendo que essa assinatura visa, enfim, ter esse significado e, portanto, se se lhe pede que assine é porque, com essa assinatura, se vai retirar uma consequência e o facto de se dizer que se assina porque «se pôs à frente», não inibe, em termos de responsabilidade, quem assina.

Porque se eu sou representante de um determinado *offshore* e apareço assinando, por exemplo, contraindo um crédito, e se hoje se percebe que esse crédito traduz um incobrável do BPN com o respectivo prejuízo, a mim não me é suficiente dizerem-me: eu assinei, porque me puseram os papéis à frente. É importante que quem mo diz também perceba que, assinando, conseguiu que o dinheiro saísse do banco e, não voltando a entrar, isso traduziu-se num prejuízo desse banco, daí eu tentar agora precisar, Sr. José Albano Oliveira, nomes e factos e datas.

Portanto, gostaria de saber, por favor, se é que nos pode informar, em relação à Abnerka, à Oakleigh, quem eram os últimos beneficiários e quem representava estas duas empresas.

O Sr. José Albano Oliveira: — Sr. Deputado, eu era...

A Sr.ª Presidente: — Desculpe, Sr. José Albano.

Terminou as suas perguntas, Sr. Deputado?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, vou usar exactamente o mesmo método do Sr. Deputado João Semedo que, na segunda parte complementar da sua intervenção, foi pergunta/resposta e da Sr.ª Deputada que usou exactamente a mesma metodologia.

A Sr.ª Presidente: — Na parte final?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, Sr.ª Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Portanto era isso. É que nós temos o tempo limitado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se a Sr.<sup>a</sup> Presidente quiser, também posso fazer três ou quatro perguntas de uma vez só e, depois, na parte final, fazer pergunta/resposta.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Desde que o Sr. Deputado se contenha no tempo...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, com certeza.

O Sr. José Albano Oliveira: — Sr. Deputado, nas *offshore*, por aquilo que sei, havia uma entidade do Grupo que tratava disso.

E o que lhe posso dizer acerca da Oakleigh é que, na licença de importação de capitais, que foram exportados para Angola, na importância de 4,9 milhões e tal de dólares (tem que ser inferior a 5 milhões de dólares), foi através desta *offshore*.

Agora, pergunta-me: quem é que era o responsável dessa *offshore*? Não sei; só sei que, nas reuniões, ia um Sr. Advogado com cartas mandatárias que representava isso. Mas também sei, e está aprovado numa assembleia-geral da Lunha Investimentos, que a SLN adquiriu, essas *offshore*.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Qual era o advogado que representava esses *offshore*, Sr. José Albano?

O Sr. José Albano Oliveira: — O advogado que recebia os *offshore* dessa entidade era o advogado da Lunha, que ia a Luanda e que a representava nas assembleias.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Era quem?

O Sr. José Albano Oliveira: — O Dr. Luís Gonçalves Pereira.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Era o Dr. Luís Gonçalves Pereira.

Ora bem, vamos também ao que eu sei para tentar saber mais qualquer coisa.

O Sr. José Albano Oliveira: — Mas Gonçalves Pereiras há muitos, mas eu não estou dentro desse assunto!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas, enfim, eu sem perguntar é que não sei.

O Sr. José Albano Oliveira: — Mas, faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Obrigado, Sr. José Albano.

Vamos ver uma coisa: por exemplo, a Marquês de Pombal – Sociedade Imobiliária, Ld.<sup>a</sup>, no Banco Insular, tem, desde 14 de Julho de 2003, um débito, porque, enfim, lhe foi concedido um crédito, em conta corrente, *grosso modo*, de 2 milhões de euros (2 001 660 euros), e tem, desde a mesma data, através de um contrato assinado, 6 856 575 euros, e

tem ainda 150 000 euros desde 1 de Janeiro de 2003., num total de cerca de 9 milhões de euros.

E a questão é esta, Sr. José Albano Oliveira: nós percebemos aqui, nesta Comissão, que o Banco Insular é responsável pela saída de dinheiro que era dos depositantes para o exterior, para diversas entidades. E, tendo em conta a aquisição da Marquês de Pombal – Sociedade Imobiliária, Ld.<sup>a</sup>, como é que estes créditos foram contraídos e por quem?

O Sr. José Albano Oliveira: — Só lhe posso responder numa parte, na outra parte não lhe posso responder.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Porquê, Sr. José Albano Oliveira?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Porque o Sr. José Albano sabe que esses processos estão em curso noutras entidades nas quais é testemunha e, portanto...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não sabia, Sr.<sup>a</sup> Presidente, e não sabendo, tinha que questionar!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Mas o Sr. José Albano informou-me.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, vamos a outro caso: a Oakleigh tem, Sr. José Albano Oliveira, 122 460 euros, desde 31 de Julho de 2003, e 1 282 257 dólares, desde 30 de Dezembro de 2002.

Quem contraiu o crédito e para quê?

O Sr. José Albano Oliveira: — Não lhe sei responder. É que não sei mesmo!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pronto!

O Sr. José Albano Oliveira: — Ó Sr. Deputado, eu não tinha nenhuma responsabilidade sobre as transferências de capitais para Angola! O cargo que exerço, neste momento, é de administrador e não estou no pelouro da área económico-financeira! Eu comecei por dizer, aqui, que não tinha contacto com essa parte da banca! E não lhe posso responder.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, mas...

O Sr. José Albano Oliveira: — Não sei, Sr. Deputado, não sei!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pronto, mas compreenda. Enfim, eu talvez com as empresas com que lidei, ao longo da vida, percebi sempre que um conselho de administração tem, além da responsabilidade, que é partilhada, informação que é partilhada, enfim, percebe que eu questione.

Por exemplo, quando eu falo da Abnerka, falo da Abnerka pela ligação que o Sr. José Albano Oliveira tem à Abnerka, quando falo da Oakleigh, falo pelo pela ligação que a Oakleigh tem à Lunha e, na ligação que tem à Lunha, por aquilo que o Sr. José Albano Oliveira representa nesses negócios.

Portanto, porque se trata de dinheiro que saiu do BPN, que não voltou ao BPN, que saiu do BPN via Banco Insular, como é evidente, e assumindo hoje que Insular é BPN ou SLN, o que sai através do Insular, para nós, suponho, é dinheiro do BPN que saiu, ou, então, também através do Cayman, que foi outro expediente usado.

Mas, porque saiu e não entrou, queria tentar perceber como é que isso surgiu, porque, enfim, não entrou mas gostava que ainda pudesse entrar, porque pelo facto de não ter entrado e ser, para já, tido como não cobrado, não significa que o BPN não tenha a obrigação de, em relação a quem não pagou, ir buscar esse dinheiro e, indo buscar esse dinheiro, diminui aquela que é a responsabilidade que o Estado está a suportar por actos que, seguramente, não foram decididos por esse Estado que, em boa verdade, acabou por optar pela nacionalização e, portanto, hoje, quando falo com o Sr. José Albano Oliveira, falo com alguém que, em negócios, que, por si ou interposta pessoa, realizou, e que significaram para o BPN a saída de muitos milhões de euros que não voltaram. E, portanto, é isso que queria perceber.

O Sr. José Albano Oliveira: — Sr. Deputado, peço desculpa mas, quanto às Oakleigh e a esses... Bom, eu não tenho nada a ver com a administração da Lunha. A administração da Lunha ou quem tratou da Lunha tratou da Lunha em atenção à entrada da SLN nos negócios em Angola. Esse é um processo que passa pela Agência Nacional de Investimento Privado e, portanto, essa licença está regista no Banco Nacional de Angola e aqui executavam.

Agora, se esse dinheiro volta ou não volta, isso já não lhe posso dizer. Agora, o que lhe posso garantir é que a SLN vai ter resultados bons da Lunha Investimentos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Suponho que o Sr. José Albano Oliveira terá já concretizado alguma coisa sobre o projecto imobiliário Morro do Vento em Luanda. Não é assim?

O Sr. José Albano Oliveira: — É exactamente isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Bom, o Sr. José Albano tem uma ligação ao projecto, ou não?

O Sr. José Albano Oliveira: — Já disse isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o projecto Morro do Vento tem uma ligação à Lunha Imobiliária?

O Sr. José Albano Oliveira: — É da Lunha Imobiliária.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E a Lunha Imobiliária é participada pela Oakleigh?

O Sr. José Albano Oliveira: — Neste momento, não é. É participada pela SLN Internacional em 51%.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Claro, Sr. José Albano, porque é a última beneficiária da Oakleigh, mas a Oakleigh é, por seu lado, devedora destes montantes.

Portanto, muito embora eu compreenda que possa não conseguir dar a resposta, é para perceber que há uma ligação, de facto, a Oakleigh não surge do nada, a Oakleigh participa na Lunha, deve ao Insular o que acabo de referir e, enfim, não é à toa que, naquelas relações do Grupo, se explicava, num documento chamado *O estado da nação*, que aqui temos trazido muitas vezes, a Abnerka como um dos veículos que permitiam a saída de dinheiro sem que aparecessem essas saídas consolidadas nas contas, porque, aparentemente, eram de outra entidade, só que, no entanto, tinham como último beneficiário a SLN.

Agora, o que lhe pergunto é, Sr. José Albano Oliveira, o seguinte: estes são projectos importantes, em termos financeiros, para o BPN, o senhor é chamado para participar neles e, certamente, lhe terá sido dito, na altura, que estes *offshore*, que o senhor, enfim, representaria, se assim quisesse, eram SLN. Ou seja, aquilo que o Banco de Portugal não sabia o Sr. José Albano Oliveira sabia?

O Sr. José Albano Oliveira: — Sr. Deputado, vamos lá ver: penso e sei hoje que existiam *offshore*.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não!

O Sr. José Albano Oliveira: — Não? Naquele tempo?

Mas, respondendo directamente à sua pergunta, a Oakleigh é um *offshore* da SLN.

Então, se tem uma licença de importação de capitais, por amor de Deus, uma coisa oficial do Banco Nacional de Angola e o senhor está a duvidar?

Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não é crime ter *offshore*, só que os *offshore* foram pensados por boas razões. O mau uso que deram aos *offshore* é que faz com que eles, hoje, sejam considerados um mau instrumento, como se sabe.

E a verdade é que, neste documento *O estado da nação*, para perceber que não se trata apenas de um *offshore*, Sr. José Albano Oliveira, lá aparece, e vou ler: «Problemas do Grupo SLN: compromissos extrapatrimoniais não assumidos, créditos a veículos *offshore* cujo dono efectivo é o Grupo SLN, como forma de financiamento de actividades do Grupo, garantias bancárias, não carregadas no sistema. Os seguintes veículos têm sido sucessivamente indicados como pertencentes a terceiros quando, de facto, são do Grupo SLN». E cá está, por exemplo, a Abnerka com 5 milhões.

E, portanto, perceba-se, Sr. José Albano Oliveira, não é com essa simplicidade de chegar-se aqui e dizer: bem, mas a Abnerka é SLN, o problema está resolvido...! Não está porque, durante todos estes anos, a Abnerka era um problema do Grupo, porque era indicada como pertencente a terceiros quando, na verdade, era SLN. E era indicada como pertencente a terceiros através das pessoas que se permitiam, enquanto terceiros, representá-las, sem que se soubesse que eram verdadeiramente SLN.

E esse é que é problema, Sr. José Albano Oliveira. O problema não é o *offshore* porque *offshore* há muitos; o problema é o uso que lhes é dado

e a justificação que neles se encontra para, à margem do conhecimento das autoridades, tirar dinheiro dos depositantes.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, está a apresentar questões ou não está a apresentar questões?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isto é questão, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, desculpe mas nós tínhamos uma metodologia para apresentar as questões e o Sr. Deputado disse assim: «então, eu vou usar, em princípio, a última parte». Só que o Sr. Deputado já usou a primeira, a segunda, a última e a quarta. De maneira que era para saber se está a terminar as suas questões.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Estou, numa audição que julgo que está a ser útil para não dizer mais, Sr. Presidente, e devo dizer que se usei da pergunta/resposta foi porque todos usaram, porque eu, aqui, jogo as regras do jogo, Sr.ª Presidente, e se me disserem que é de uma vez só, é de uma vez só, agora, os outros usam pergunta/resposta e eu também uso.

Vou terminar, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, desculpe, mas foi para a explicitação de questões que tinham sido apresentadas na primeira parte e o Sr. Deputado sabe isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Acha, Sr.ª Presidente? Eu sei que não, Sr.ª Presidente!

A Sr.ª Presidente: — É, está dito. Mas, pronto, Sr. Deputado, então, agradecia que terminasse.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vou terminar, Sr.ª Presidente, só em pergunta/resposta sucinta e em concreto.

Sr. José Albano Oliveira, com quem contactava quando se tratava de créditos do Banco Insular?

O Sr. José Albano Oliveira: — Não era eu que tratava.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Banco Central de Angola sabia do Banco Insular?

O Sr. José Albano Oliveira: — Não sei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quem contactava com o Banco Insular para efeitos de obtenção...

O Sr. José Albano Oliveira: — Como lhe disse, no início, era o presidente da imobiliária do Grupo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, como é que o senhor soube da existência do Insular desde, suponho, a data, que referiu há pouco, de 2001 ou 2002?

O Sr. José Albano Oliveira: — Sr. Deputado, desculpe, mas o senhor está a cansar-me, porque eu já respondi a isso. E nesse período de minha iniciativa que disse a data que assinei, como o Sr. Deputado sabe, quando me fez a pergunta do Banco Insular. Estava lá a data, mas não estavam assinaturas de ninguém quando eu apus a minha.

Eu já respondi. Peço desculpa, mas o senhor está a cansar-me com perguntas a que já respondi.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Uma outra questão, Sr. José Albano Oliveira: quem mais, ao nível da administração do BPN, o senhor conseguiu perceber que sabia da existência do Banco Insular?

O Sr. José Albano Oliveira: — Não sei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, só soube do Banco Insular, porque constava de um documento e apenas isso?

O Sr. José Albano Oliveira: — Nessa altura, sim. Só a partir daí é que vi notícias nos jornais e conversas que havia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E isso foi agora, recentemente, durante este último ano?

O Sr. José Albano Oliveira: — Sim, sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O senhor é accionista da SLN?

O Sr. José Albano Oliveira: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas eu já respondi a isso tudo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É porque faz sentido e é só para perguntar o seguinte: participou em reuniões do conselho superior do banco ou não?

O Sr. José Albano Oliveira: — Eu fico espantado com a sua pergunta...! Por que me faz essa pergunta? Se não sou accionista, se não sou funcionário do banco, como é que eu posso estar numa reunião do conselho superior?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Exactamente porque, entre outras coisas, percebemos que há *offshore* que o senhor representava, que eram SLN mas que não estavam relevados nas contas do Grupo e, portanto, de alguma forma, o senhor...

O Sr. José Albano Oliveira: — Desculpe, o senhor tem a certeza que eu representava alguma *offshore*? Eu não tenho.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, qual é a ligação que o senhor tem, por exemplo, à Abnerka?

O Sr. José Albano Oliveira: — A Abnerka foi o veículo que financiou o cidadão angolano Albano Oliveira, como eu disse no princípio.

Eu não sei se o Sr. Deputado estava desde o início aqui!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Estava...

O Sr. José Albano Oliveira: — Então, já disse isso!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ó Sr. José Albano, parece-me...

O Sr. José Albano Oliveira: — Eu peço desculpa, mas o Sr. Deputado ou envereda por outro caminho, porque o senhor está aqui a procurar que eu entre em contradições e eu não respondo mais.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Juro-lhe que não estou.

A única coisa que estou a tentar é o seguinte: esclarecer factos é só isso. Mas, pronto, percebo que, mais que não seja, pode dizer assim «olhe não quero responder, não vou responder, não quero esclarecer»; agora, não me queira convencer de que não tinha nada que ver com isto, ou que não tinha nada que ver com estas empresas, porque se percebe uma ligação, por exemplo, à Abnerka, que, parece-me, no limite, poderá explicar, dentro do seu conhecimento, aquilo que essa ligação esclarece.

Mas fico por aqui, Sr.<sup>a</sup> Presidente, porque, enfim, não saberá, mas eu, aqui, não sou propriamente investigador criminal e, portanto, as pessoas esclarecem do que querem e do que sabem.

O Sr. José Albano Oliveira: — Mas olhe que parece, olhe que parece!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, se eu fosse, mostraria muito mais coisas, acredite. Se eu fosse, até mostraria que as pessoas sabem muito mais do que, muitas vezes, aqui nos dizem.

A Sr.ª Presidente: — As pessoas dizem o que entendem dizer e não respondem às perguntas que lhe são apresentadas se considerarem que não devem fazê-lo.

Não é do juízo, é das pessoas e o Sr. Deputado sabe, como advogado, que as pessoas podem, pura e simplesmente, não responder.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu sei dos juízos todos, Sr.ª Presidente, mas só queria dizer uma coisa a terminar: é que, por exemplo, quando o BPN, numa carta de 17 de Dezembro de 2007, oficia ao Banco de Portugal uma série de operações com entidades domiciliadas em centros *offshore*, a dado passo, como aqui se vê – portanto, isto não foi feito por mim, isto está assinado por Francisco Sanches que, por acaso, representava sabe muito bem o quê –, diz o seguinte: «Grupo Albano Oliveira, Abnerka Trading & Services, 5 653 476,70 €».

Portanto, se esta associação é feita não é por mim nem é mal intencionada; é feita na base dos documentos que possuo de informação que foi prestada ao Banco de Portugal e que nós temos obrigação de, aqui, esclarecer, porque nós decidimos a nacionalização de um banco, Sr. José Albano oliveira, e decidimos a nacionalização de um banco por causa da utilização perversa desse banco, durante muitos anos, em termos que saíram muito caros ao País.

Portanto, se fiz esta associação e se me sinto legitimado a pedir esclarecimentos é porque essa associação não foi feita só por mim, antes de mim foi feita pelo BPN em informação dada ao Banco de Portugal, informação essa que eu, por acaso, possuo, e, portanto, como calculará não será por mim tida como irrelevante.

Mas eu não questiono mais, Sr.<sup>a</sup> Presidente, fico-me por aqui e muito obrigado.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado João Semedo pediu a palavra novamente.

O Sr. João Semedo (BE): — Gostaria ainda de fazer três perguntas, que são as seguintes: primeira, o Sr. José Albano Oliveira, há pouco, falou numa empresa chamada Tetris, que, creio, está ligada àquela urbanização e empreendimentos na Ericeira, e eu gostaria de lhe perguntar quem eram os proprietários, os accionistas, os administradores dessa empresa de que, penso, o Sr. José Albano Oliveira guarda má memória pelo que nos contou.

O Sr. José Albano Oliveira: — É melhor responder já, Sr.<sup>a</sup> Presidente, se não perco-me.

A empresa é a Tetris (qualquer coisa) Imobiliária. Os administradores, na altura em que assinaram, eram os Srs. Paulo Santana Lopes, Manuel Guerra Noves e Ricardo Lopes – aliás, essa empresa entrou em insolvência.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado.

Vou então fazer pergunta/resposta. Pode ser assim?

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado disse que eram três...

O Sr. João Semedo (BE): — Sim, três, mas ainda só fiz uma!

A Sr.ª Presidente: — O Sr. José Albano pede-me para ser pergunta/resposta, porque está em dificuldade em estar a apontar e a responder.

O Sr. João Semedo (BE): — Não querendo voltar à questão do Banco Insular, gostava de lhe perguntar o seguinte: quando há pouco nos disse que conheceu o Banco Insular em 2005, quando assinou um primeiro contrato...

O Sr. José Albano Oliveira: — Não, foi em 2003!

O Sr. João Semedo (BE): — Desculpe, 2003, tem toda a razão.

Portanto, em 2003 e quando assinou o primeiro contrato de financiamento e, depois, disse-nos que quem tinha tratado do contrato tinha sido o presidente da imobiliária e o presidente da imobiliária é o Sr. Vilaverde?

O Sr. José Albano Oliveira: — Na altura, era.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado.

A terceira e última pergunta, que lhe queria fazer, era a seguinte: já várias vezes, mas sobretudo nas respostas que deu às perguntas que eu lhe fiz, referiu, muitas vezes, e, portanto, já se percebeu que o Sr. José Albano Oliveira aparece associado a diferentes sociedades, operações das quais apenas se prontificou a ser, digamos, consultar oficial, titular, etc.

Depois, na sequência disso, várias vezes nos aludiu a que tinha a expectativa de resolver as situações e isso foi sendo sempre adiado. Mas disse, algumas vezes, que estava seguro, quer dizer, a sensação com que fiquei é que alguém na SLN tinha assumido consigo o compromisso de que, se essas operações, eventualmente, não corressem da melhor forma, a SLN assumiria as suas responsabilidades, mesmo que elas não estivessem tituladas pelo próprio nome da SLN.

A minha pergunta concreta – desculpe ter demorado tanto tempo a formulá-la – é esta: a que garantias se refere o Sr. José Albano Oliveira?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. José Albano, antes de responder, permita-me que diga o seguinte: eu peço desculpa aos Srs. Jornalistas mas nós, aqui, temos muita dificuldade em ouvir e, portanto, pedia que não fizessem barulho até porque o Sr. José Albano estava já, digamos, a manifestar a sua preocupação, porque esse sururu lá do fundo perturba a condução dos trabalhos.

Faça favor, Sr. José Albano, para responder.

O Sr. José Albano Oliveira: — Sr. Deputado, eu vou procurar precisar melhor aquilo que eu disse em resposta às suas perguntas acerca dessa passagem.

Quando me apercebi, passado mais ou menos dois anos, que as coisas não estavam a correr bem com a Tetris, eu disse que me dirigi ao Dr. Oliveira e Costa, através do Eng. Monteverde, para dizer da minha preocupação, e foi-me garantido que passava a sociedade anónima e entraria uma empresa do Grupo e, em principio, fala-se na Perteno, mas isso nunca aconteceu. Mas esteve sempre na iminência, quer através do Eng. Sanches, quando estive com o pelouro, quer do Dr. Franquelim Alves também... Até porque há correspondência, há directrizes, há memorandos nesse sentido.

E, portanto, como a Sr.<sup>a</sup> Presidente me ajudou, eu já prestei declarações a uma entidade e, portanto, não gostaria de me alongar mais.

Quando disse «tenho esperança», tenho esperança porque acredito nas palavras do novo presidente da SLN, o Dr. Fernando Lima, que tem o *dossier* nas mãos e que vai resolver.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, só para perceber se entendi bem, o Sr. José Albano compreenderá que, com a documentação que existe, alguma entidade, um dia, pode chegar ao pé do Sr. José Albano, ou do BPN ou da própria SLN, e dizer: olhe, o senhor deve-nos isto, pague! O senhor acha que há na SLN documentação que permite, digamos, desresponsabiliza-lo? Isto é, se há documentação suficiente para, eventualmente, se desresponsabilizar desses encargos?

O Sr. José Albano Oliveira: — Eu só lhe posso dizer que é uma entidade que está em posse disso tudo.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado.

A Sr.ª Presidente: — Muito bem.

Terminamos esta audição e eu queria agradecer ao Sr. José Albano os esclarecimentos que nos trouxe, pois colaborou, com certeza, para que os nossos trabalhos fossem mais completos.

Quero também pedir desculpa pelos incómodos que uma audição sempre representa, mas, mais uma vez, em nome de todos as Sras. e Srs. Deputados que integram esta Comissão, os nossos agradecimentos.

*Pausa.*

Srs. Deputados, estamos em condições de continuar os nossos trabalhos, agora com a presença do Sr. Joaquim Coimbra.

Em nome de todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que integram a Comissão de Inquérito – e hoje não temos aqui muitos Srs. Deputados porque estão, ao mesmo tempo, algumas Comissões a decorrer com audições de Ministros e há Deputados que integram essas Comissões e que não conseguem estar em ambos os lados –, queria transmitir que temos todo o gosto em ter aqui, connosco, o Sr. Joaquim Coimbra.

Já expliquei a metodologia da audição e quero, desde já pedir ao Sr. Joaquim Coimbra que nos faça um brevíssimo resumo da sua vida profissional e não por qualquer outra vida, até porque já o conheço há muitos anos, face à sua presença forte na indústria farmacêutica, o que não se passa com outros Srs. Deputados, de maneira que, por uma questão de localização, costumamos pedir essa brevíssima incursão curricular.

Faz favor, Sr. Joaquim Coimbra.

O Sr. Joaquim Coimbra (Accionista de referência da SLN/BPN): —  
Boa a tarde a todos, Sr.<sup>a</sup> Presidente e Srs. Deputados.

Tenho muito gosto em estar aqui convosco e procurar esclarecer as questões que possa e saiba esclarecer, neste caso.

Sou natural do concelho de Tondela, de jovem fui para Moçambique, fiz o serviço militar numa companhia de Comandos e, com 25 anos, regressei a Portugal e enveredei pela indústria farmacêutica, como a Sr.<sup>a</sup> Presidente acabou de dizer, na qual tive muito orgulho em ajudar a desenvolver. Fui um dos pioneiros nos genéricos, de que tanto se

fala hoje, e das unidoses – a Sr.ª Presidente lembra-se, certamente das minhas posições à volta de tudo isso.

Entretanto, construí um grupo económico e, hoje tenho, debaixo da minha gestão, 1183 pessoas, no interior do País, e, fora do País, mais de 500, à volta de uma *holding* que tenho, chamada JVC – Holding.

Estou na indústria dos vinhos, com a Quinta de Cabriz, Casa de Santar, Monte da Caopa, passe a publicidade, Quinta das Tecedeiras no Douro, que também é um mundo farmacêutico se bebido com moderação, e, portanto, no meu vício pelo sector farmacêutico, se calhar, esta passagem pelos vinhos foi um pouco também similar, até no *marketing*.

Estou ligado a empresas de metalomecânica e também de turismo, informática, de segurança alimentar, de segurança informática, continuo ligado à indústria farmacêutica em Cabo Verde, onde existe um laboratório farmacêutico em que o Estado cabo-verdiano é accionista e eu sou o maior accionista.

Estou ligado aos seguros e, portanto, também enveredei, em má hora, certamente direi eu, pelo sector financeiro, onde estou na SLN, no Banco Privado Português e também no BES, no BCP, e noutras companhias cotadas na Bolsa no PSI 20.

E, enfim, isto é um pouco desta minha passagem pela vida empresarial.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Joaquim Coimbra.

la dar, então, agora, a palavra ao Sr. Deputado Honório Novo, que foi quem requereu esta audição, que fará um grupo de perguntas a que, depois, o Sr. Joaquim Coimbra responderá, por favor.

Faz favor, Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Muito obrigado por ter acedido ao convite desta Comissão, Sr. Joaquim Coimbra.

É absolutamente incontornável que eu comece por uma questão prévia, que é uma questão pública, é uma questão conhecida, é uma questão integrante, e para a qual, naturalmente, eu tinha que colher uma opinião clarificadora do Sr. Joaquim Coimbra.

Foi tornado público e não desmentido, que o Sr. Joaquim Coimbra se terá manifestado contra a realização, a organização e aprovação e desenvolvimento de uma Comissão de Inquérito ao chamado caso BCP. Quem o disse foi o anterior líder do PSD, Dr. Luís Filipe Menezes. E foi no tempo do Dr. Luís Filipe Menezes, como líder do PSD, que essa Comissão de Inquérito foi criada.

Nós somos uma Comissão de Inquérito que tem uma afinidade muito grande com essa outra, pode dizer-se que o tipo de situações ilegais, não regulamentares, tipificadoras da existência de crimes, são perfeitamente idênticas, ou, pelo menos, muito semelhantes às que ocorreram no BCP.

Face às suas declarações iniciais de que está aqui com muito gosto, eu gostava de perceber, exactamente, se mudou de opinião, se desmente o Dr. Luís Filipe Menezes, quando lhe atribui esta afirmação e esta posição e, portanto, gostava de começar por ouvir a sua opinião sobre isto, porque, sabe, Sr. Joaquim Coimbra, o que se passou no BPN e também parte daquilo que se passou no BCP só foi possível ser do conhecimento

da opinião pública em Portugal, porque existiu a Comissão de Inquérito do BCP e existe esta Comissão.

Se não fosse esta Comissão, a opinião pública em Portugal, os portugueses não saberiam os pormenores das situações criminosas que ocorreram nestes dois bancos. E impedir esse conhecimento ao País ou mantê-lo em circuito fechado ou no circuito das elites, para mim, é uma situação insustentável e incompreensível num país democrático.

Portanto, esta é uma questão prévia que gostava de o ver comentar.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faça favor, Sr. Joaquim Coimbra.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Sr. Deputado Honório Novo, é público efectivamente que eu fui contra a Comissão de Inquérito ao BCP, mas também é público que eu fui a favor da Comissão de Inquérito ao BPN – e não sei se o Sr. Deputado leu essas minhas declarações.

Portanto, eu fazia parte da Comissão Política do PSD e, em 23 de Fevereiro de 2008, demiti-me dessa Comissão Política por discordar, na altura, da opinião do presidente do partido. E não só por essa razão mas também porque havia outra de carácter pessoal porque, efectivamente, estou habituado, primeiro ponto, a não lidar com pessoas que tenham duas caras e, segundo ponto, também tinha a ver, efectivamente, com a questão do BCP.

Vou, não só ao Sr. Deputado mas a toda a Comissão, ler um comunicado que, na altura, não tornei público, mas era para o fazer, e assim se esclarecerá, efectivamente, a minha opinião da altura, que, eventualmente, pode ter mudado entretanto. Mas temos que ver que,

efectivamente, na altura, tínhamos um sistema financeiro já a começar com algumas fragilidades a nível internacional, havia um indício da crise e o meu entendimento era o que passo a ler para ficar mais claro.

Não se trata de uma carta de demissão, de que se falou aí também, que eu terei escrito, porque, quanto a essa, terei dito que nunca a divulgaria e não vou divulgar, obviamente.

Mas, vou ler então o que na altura escrevi: «Tomei a decisão de me demitir da Comissão Política Nacional do PSD por discordar frontalmente da decisão que o partido tomou de avançar com a criação de uma comissão parlamentar de inquérito à supervisão bancária do chamado caso BCP.

Uma coisa é esclarecer, criticar e censurar; outra é uma investigação parlamentar com o espalhafato político e mediático que tem num sector tão sensível e delicado da economia nacional, o qual exige transparência mas também estabilidade, confiança e segurança.

A primeira atitude é própria de um partido exigente e responsável, a segunda é apanágio de partidos marginais do sistema político e não de partidos com sentido de Estado e com vocação de governo como deve ser o PSD».

Este era um comunicado que tinha, na altura, ou seja, no dia 23 de Fevereiro de 2008, que, por razões que, enfim, não interessam para aqui, acabei por não divulgar.

Por conseguinte, tem aqui as razões que me levaram, no caso específico da comissão de inquérito, por que eu achava que não devia haver uma comissão de inquérito ao chamado caso BCP. Mas, em relação ao BPN, a minha posição foi precisamente contrária e, interrogado pela comunicação social, na altura, não disse as razões que me tinham levado

em relação ao BCP, e que estou a dizer agora, mas, em relação à comissão de inquérito ao BPN, sou totalmente favorável, desde quando ainda nem se pensava que ela ia ser feita, apenas se falava na eventualidade de ela ser criada.

Não sei se lhe respondi à questão me colocou?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Agradeço-lhe a frontalidade e até a divulgação de uma coisa que não era conhecida...

O Sr. Joaquim Coimbra: — Exactamente!

O Sr. Honório Novo (PCP): — ... mas que é do interesse desta Comissão e não apenas do meu interesse, embora tenha sido eu que perguntei.

Naturalmente que aceito a sua explicação, Sr. Joaquim Coimbra, mas, ouvindo-o, mantenho uma dúvida que esclarecerá ou não, porque a resposta é sua e já a terminou, mas porque – deixe-me utilizar uma expressão muito popular que vem da minha origem quase rural minhota – carga de água é que, havendo um crime como houve e que, aliás, estão ainda em decisões contra-ordenacionais, que prejudicou um banco, uma instituição financeira, num valor mínimo estimado, por baixo, de perto de 500 milhões de euros, uma Comissão de Inquérito Parlamentar investigando-o criaria um espalhafato que descredibilizaria a instituição financeira e por que é que o mesmo não se poderia aplicar, ou ao contrário, no caso do BPN?

O Sr. Joaquim Coimbra responderá se quiser, mas respondo-lhe também e comento-lhe que, na minha mente, fica esta dúvida que me acompanhará sempre.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Joaquim Coimbra se quer responder, faz favor, porque, com certeza, que não quererá que o Sr. Deputado Honório Novo fique com dívidas.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Não, não quero que fique com dúvidas em relação àquilo que me vai na alma.

Efectivamente, o que estava em causa, na altura, Sr. Deputado, era uma comissão de inquérito ao Banco de Portugal e aquilo que eu entedia não tem a ver com as *offshore*, com tudo o que depois, efectivamente, veio a lume e que foi objecto, depois, do conhecimento hoje. Na altura, o que se falava era em relação a uma comissão de inquérito à actuação do Banco de Portugal... E é aqui, precisamente, que eu, na altura, discordava pelas razões que aponte.

Não sei se o esclareci.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

Considero encerrada esta questão e permita-me, Sr.ª Presidente, que avance, embora não resista à tentação de recordar que esta Comissão é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que também tem como objecto, exactamente, a análise e a investigação da forma como o Banco de Portugal desempenhou a sua acção de supervisão. É exactamente nos mesmos termos.

Sr. Joaquim Coimbra, para além desta questão, que era uma questão prévia, que não podia deixar de abordar e compreenderá que eu não podia deixar de o fazer, naturalmente estou interessado em abordar outros temas, estes já relacionados com o BPN e procurarei fazer um pouco de história.

O senhor é membro do conselho superior, é um dos 20 ou 30 membros do conselho superior, é um accionista de referência de sempre do BPN e, salvo melhor opinião, sempre pertenceu ao conselho superior ou, pelo menos, teve uma participação muito activa nesse conselho superior ao longo dos tempos, pelo que, certamente, terá uma memória que nos permitirá ajudar a resolver alguns problemas, a esclarecer ou a melhorar a nossa informação.

A primeira questão é esta: em artigo, com uma entrevista ao Dr. Oliveira e Costa, publicado na revista *Exame* em 2001, o que se disse não era nada meigo para o banco de que o senhor era accionista de referência.

Sabe-se, e sabia-se na altura, que o que se dizia à mesa do café – e a mesa do café é um oráculo para os accionistas de referência e para aqueles que acompanham os destinos de uma instituição deste tipo – era que a realidade, porventura, seria pior do que aquilo que vinha escrito.

E a minha pergunta é esta: como é que reagiu o conselho superior a esta situação, como é que reagiu o Sr. Joaquim Coimbra a esta situação, que tipo de reacção, que tipo de debate, que tipo de investigação, que tipo de perguntas e que tipo de respostas é que obteve de quem de direito, dos administradores nomeados?

A mesma coisa, o mesmo tipo de pergunta, se passa com duas reuniões de significativa importância, que ocorreram até 2006, por iniciativa do Banco de Portugal, sendo uma em 2003 e a outra em 2006,

convocada pelo vice-governador António Marta e dirigida a todos os órgãos sociais.

É certo, Sr. Joaquim Coimbra, que o conselho superior, reconhece hoje o Dr. António Marta, não foi convocado para esta reunião e mal, diz ele, mas a verdade é que a ninguém passa pela cabeça que estas duas reuniões não tenham sido objecto de difusão e de reflexão por parte dos accionistas principais do Grupo e do conselho superior e, portanto, importava perceber que tipo de revolta é que os accionistas provocaram, se é que provocaram ou não, porque de revolta de tratou, já um pouco mais tarde, em 2007, pelo menos, na designação de um antigo director e membro do conselho de administração, Dr. António Franco, que chamou ao movimento dos accionistas, em 2007, «a revolta dos accionistas em finais de 2007».

Ora, eu gostava de entender ou de conhecer alguns pormenores dessa revolta. Primeiro: quantos foram os revoltosos? Foram dez ou foram quatro? Há quem diga dez, como o accionista Almiro Silva, que até, ultimamente, nos falou num chamado «grupo do pacto social».

Bom, não sei se é verdade ou não esta designação, mas era importante e interessante perceber por que é que a este grupo se chamou «grupo do pacto social», se é que este grupo dos dez o continha no seu seio, como todos julgamos que continha. Não sei se o Sr. Joaquim Coimbra fazia, simultaneamente, parte dos dois grupos, do grupo dos dez e do grupo dos quatro..., mas o senhor esclarecerá, certamente.

Foi algum ou alguns dos membros destes dois grupos quem escreveu cartas, referidas pelo Dr. Vítor Constância, no final de 2007 e 2008, e que tipo de conteúdo de cartas é que foram escritas – o Dr. Vítor Constância não quis, enfim, alargar-se muito na sua pormenorização –,

dando conta de dúvidas sobre o funcionamento do Grupo. Quando é que estas cartas foram escritas e qual era o seu teor?

Esta chamada «revolta dos accionistas», seja a revolta dos accionistas composta por quatro, por dez ou por catorze, não sabemos, tinha uma estratégia ou não de substituição do Dr. Oliveira e Costa? E, se tinha, por onde é que ela passava exactamente, isto é, passava por uma substituição do Dr. Oliveira e Costa, encaminhando-o para um cargo honorífico e atribuindo ao Eng. Francisco Sanches a responsabilidade máxima futura do Grupo, acompanhado pelo Dr. Franquelim Alves? Se era esta a estratégia por que é que falhou?

E naturalmente se é verdade ou não, se confirma, uma coisa que temos como relativamente adquirida, que a segunda via, que passou pela nomeação da administração Vakil, foi uma solução de recurso expressamente aceite e combinada com o próprio ou não? E se, não sendo, como é que se consegue entender que haja uma nomeação de um conselho de administração em que não se conferem poderes ao mesmo para, por exemplo, realizar uma auditoria externa? De que é que os accionistas tinham medo, se é que tinham? E, se não tinham, por que é que não permitiram ao Sr. Abdool Vakil contratar uma auditoria externa?

Até porque, no fundo, complementaria aqui o que seriam decisões até tomadas ao nível...

O Sr. Joaquim Coimbra: — Sr. Deputado, é uma questão tão extensa que, se me permite...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas, Sr. Joaquim Coimbra, eu tenho aqui as perguntas todas e, depois, se falhar alguma, eu recordo-lha. Não

ficará nenhuma por responder, certamente, porque é sua vontade responder e minha vontade também perguntar e, portanto, vê-las respondidas.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Muito bem!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Dizia eu que a não atribuição destes poderes a uma administração não se entende porque, se vocês – accionistas, membros do conselho superior – até tinham decidido, ao nível do conselho superior, realizar estudos de avaliação da situação económica e financeira das empresas, como consta de uma das actas, então qual a vantagem ou não de realizar uma auditoria externa que permitisse clarificar a situação em todo o Grupo, se era essa a vossa vontade, de facto?

Neste desenvolvimento de actividade do conselho superior, surge o documento *O estado da nação*. E, portanto, sobre isso, as perguntas são óbvias, Sr. Joaquim Coimbra: quando é que o conhece? Ele formalmente aparece, de facto, pela primeira vez, em Março/Abril, mas há versões anteriores, que foram sendo desenvolvidas. Qual é o papel do grupo dos dez ou do grupo dos quatro na elaboração deste documento?

Porque ninguém acredita, Sr. Joaquim Coimbra, que tenham sido apenas o Dr. António Franco e o Dr. António José Duarte, que, aliás, foi quem apresentou isso no conselho superior em Abril, de sua própria e exclusiva iniciativa, os responsáveis pela elaboração de um documento, documento que é uma bomba, e que é uma bomba desde a sua versão inicial até à sua versão final.

Portanto, não se vislumbra como é que dois funcionários, no fundo, podem organizar e desenvolver um documento desta natureza sem que tenham por trás o suporte institucional dos Srs. Accionistas ou do conselho de administração. E, portanto, uma das situações era certamente e gostava que a abordasse.

Finalmente, duas questões: Sr. Joaquim Coimbra, gostava de perceber como é que entra a Carlyle. Percebemos que, pelo menos formalmente, entraria em nome de capitais estrangeiros – angolanos, diz-se –, mas a verdade é que há actas que dizem que há cartas da Carlyle apresentadas pelo accionista Joaquim Coimbra e, portanto, gostava que explicasse qual a sua origem, que tipo de negociações é que teve com a Carlyle e com quem? Por exemplo, concretamente, o Dr. Oliveira e Costa acompanhava-o ou não nessas negociações? Que tipo de acompanhamento é que o Dr. Oliveira e Costa fazia destas negociações? Havia algum compromisso de tempo, de prazo, da Carlyle de deter o Grupo ou havia um compromisso escrito ou implícito de venda imediata e posterior do Grupo a terceiros ou de passagem da gestão a terceiros?

Finalmente, queria que comentasse aquilo que nos foi dado conhecer pela acta de 10 de Abril do conselho superior. Confirma ou não confirma que o Sr. Abdool Vakil ameaçou demitir-se de presidente do conselho de administração? Confirma ou não confirma que essa ameaça de demissão foi feita perante a oposição dos Srs. Accionistas em termos maioritários a que uma resposta ao Banco de Portugal, que acabou por ser dada no dia 15 de Maio, dois dias ou três ou quatro depois, onde já se pronunciava a existência do Banco Insular, a maioria dos accionistas se opuseram à explicitação dos termos dessa carta?

E, finalmente, uma pergunta directa, Sr. Joaquim Coimbra: sendo o senhor um accionista de referência que passa transversalmente pelo grupo dos dez, pelo grupo dos quatro, pelas negociações com a Carlyle e, eventualmente, pela discussão do documento *O estado da nação*, uma pessoa que está por dentro disto tudo, o que é que nos tem a dizer essa pessoa sobre os factos que o documento *O estado da nação* mais gravemente explicitava, designadamente a existência e detenção do Banco Insular para além de outros fenómenos que são do conhecimento, mais ou menos, público.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Joaquim Coimbra para responder.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Em primeiro lugar, Sr. Deputado, o conselho superior não tem 20 nem 30 elementos, mas são 14 ou 15 e, portanto, não são mais do que isso.

Em segundo lugar, e na sequência das questões que levanta, eu, em 2001, era um pequeno accionista.

Mas, efectivamente, como fiz uma referência aos Comandos, como está a ver tenho que estar sempre com a protecção à retaguarda, porque é uma deselegância, efectivamente, estar a filmar documentos que... Se mos pedirem, eu dou-os, agora estar a filmar sem autorização, acho que é deselegante...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Eu já transmiti, Sr. Joaquim Coimbra, ao operador de câmara que não pode filmar nem pode vir aqui para trás filmar as pessoas.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Nós teremos que estar sempre atentos à retaguarda, que era uma das coisas que me ensinaram...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Desculpe, Sr. Joaquim Coimbra, mas aquele senhor queria apanhar-me a mim, queria apanhar-me num bom ângulo a mim e não a si, não o queria apanhar por detrás!

O Sr. Joaquim Coimbra: — Pois, enfim, também serve para aliviar um pouco!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — É uma questão de opção, perfeitamente legítima, e cabe-me a mim garantir que a condução dos trabalhos se faça nos termos adequados e, portanto, se nós estamos a inquirir, também me compete a mim perguntar aos Srs. Jornalistas, nesta posição, quem é que estão a firmar.

Faz favor, Sr. Joaquim Coimbra.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Até podem confundir-nos, efectivamente, por uma questão da cor dos cabelos!

Bom, como estava a dizer, em 2001, não sei o que se passava porque não pertencia ao conselho superior. Direi, Sr. Deputado, que a minha primeira reunião do conselho superior foi de 24 de Setembro de 2005. De antes, não sei nada do que se passava no Grupo e, se soubesse o que se passava, não tinha investido 40 e tal milhões de euros em 2005.

Também não sabia da revista *Exame*, o que, enfim, vim a saber mais tarde, não sabia de mesas de café, não sabia de muitas coisas que hoje

acabo por saber, mais até pela comunicação social, porque, senão, repito-lhe, não tinha investido 40,4 milhões de euros em 2005.

E é na assembleia-geral de Maio de 2005, mercê desse investimento, que efectivamente, na primeira reunião do conselho superior, que houve a seguir a essa assembleia-geral, que foi em 24 de Setembro, foi que, efectivamente, passei a ter conhecimento, porque assistia às reuniões do conselho superior.

Portanto, de 24 de Setembro de 2005 para cá, efectivamente, tenho que saber minimamente o que se passou no conselho superior, uma vez que fui a todas as reuniões do conselho superior, e, como tal, efectivamente, é sobre isso que me irei debruçar.

Portanto, quanto às reuniões do Banco de Portugal, em 2003, desconheço e, em relação a uma reunião do Banco de Portugal, em 2006, também desconheço. E eu tenho as actas todas desde que dele faço parte. Aliás, li na comunicação social que efectivamente a Comissão não tinha as actas e eu até trazia todas as actas, desde que sou do conselho superior, para vos deixar, se for caso disso, porque acho que não há nada a esconder em relação a essas actas. Segundo sei, o presidente do conselho superior, Dr. Rui Machete, terá já entregue as actas e como tal...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Entregou as que tinha disponíveis.

Se o Sr. Joaquim Coimbra fez o favor e teve a gentileza de trazer à Comissão, se não se importar, ficávamos com elas até porque pode faltar uma ou outra.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Posso efectivamente porque, desde que sou membro do conselho, não tenho nem estou a cometer nenhuma violação de segredo de Estado em deixar as actas.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Por conseguinte, em conselho superior, em 2006, nunca ouvi falar nem consta de qualquer acta – e elas são só duas porque, efectivamente, só se faziam duas reuniões do conselho superior por ano. Em 2007, é que se fizeram várias, mas, em 2005, só assisti a uma e, em 2006, assisti só a duas porque foram as duas que existiram e, em 2006, tratava-se da aprovação de contas e da análise ao resultados do primeiro semestre, que normalmente era em Setembro, e foi, efectivamente, em Março.

Portanto, em 2001, não sei; em 2003, também não sei; em 2006, sobre o Banco de Portugal também não sei, porque nunca foi falado em conselho superior nem sabia que havia qualquer reunião, a não ser aquelas normais que o presidente e os administradores, neste caso da SLN ou do banco, pudessem ter.

Sobre «em 2007, a revolta dos accionistas»...

*Aparte inaudível.*

Pois, mas até nem está mal esquadrado, porque, efectivamente, dir-lhe-ei, e fazendo um bocadinho de história, que, em 2005, na primeira reunião do conselho superior para aprovação de contas, aquela a que referi que assisti, além das boas-vindas a um novo membro do conselho

superior, que, neste caso, até foram dois, eu e um outro membro do conselho superior, baseou-se em dar conhecimento das contas do primeiro semestre de 2005 e uma informação da criação de um banco em Cabo Verde, que não o tal dito Banco Insular, mas o BPN IFI, como instituição financeira.

Nessa reunião, foi-nos dado conhecimento que tinha sido criado esse BPN IFI, em Cabo Verde, o que, enfim, na altura, todos ou quase todos os bancos nacionais criaram o seu banco IFI. O IFI era designação muito *soft* porque, no fundo, acabava por ser *offshore*, mas era denominado instituição financeira e, portanto, era efectivamente a designação correcta que Cabo Verde adoptou, segundo nos era dito.

Portanto, em 2006, houve a primeira reunião do conselho superior para aprovação de contas do primeiro semestre e, normalmente, tudo ia bem e tudo ia bem porque aquilo que nos era dito no conselho superior era a apresentação de contas, era, efectivamente, grandes negócios, grandes perspectivas, a ida para a Bolsa e os accionistas teriam a possibilidade de ter retorno dos seus investimentos, ou melhor, liquidez, através dessa ida para a Bolsa e, por conseguinte, digamos que tudo ia bem no reino, como também se diz na minha região.

Em 2007, a primeira reunião do conselho superior foi para aprovação de contas de 2006, com uma apresentação de resultados de 75 milhões de euros, o que era brilhante para uma instituição como aquela, a nível de resultados consolidados, e, enfim, numa assembleia-geral e num conselho superior, com resultados destes, comparados com outros grupos económicos semelhantes, enfim, os accionistas batiam palmas e questionavam pouco.

Mas, começava a haver, efectivamente, no princípio de 2007, mesmo com estes resultados, algum desconforto em alguns accionistas. E começa a haver, efectivamente, conversas entre accionistas membros do conselho superior, porque os accionistas do conselho superior eram accionistas que representavam, no mínimo, 2% do capital do Grupo e que, portanto, tinham uma posição qualificada e começavam a haver algumas conversas. E estou à vontade porque, praticamente, não conhecia nenhum dos accionistas e foi através de contactos no conselho superior, quando eles se reuniam e, nessas poucas vezes, que conheci alguns deles.

Portanto, começou, efectivamente, a haver conversas. Havia uns que estavam de maior proximidade, havia uns mais envolvidos com o banco e eu posso dizer-lhe que nunca tive grande envolvimento com o banco, enfim, com a instituição em si, nunca tive relações de grande proximidade com o Dr. Oliveira e Costa, até 2007.

Em 2005, houve uns pequenos contactos quando fui para accionista, mas começou a haver, efectivamente, as tais conversas que deram origem a que eu próprio tivesse algumas conversas com o Dr. Oliveira e Costa, na medida em que alguns accionistas diziam que ele só me ouvia a mim e eu ficava intrigado, porque é que ele só me ouvia a mim, na medida em que eu tinha algumas conversas com ele, mas eu acho que ele não me ouvia, porque, efectivamente, não conseguia fazer passar a mensagem.

Até que, um dia, combinei com o Dr. Oliveira e Costa que ele deveria convidar os Srs. Accionistas, que entendesse, para uma reunião. E essa reunião realizou-se no dia 20 de Julho de 2007. Foi uma reunião de membros do conselho superior, não de todos mas apenas de nove membros do conselho superior. Lá vem efectivamente o número que, há

pouco, referiu. Ele convidou-os informalmente para uma reunião e efectivamente tivemos essa reunião, onde as pessoas, esses nove accionistas, sentiram-se mais à vontade e, nesse dia, disseram tudo o que lhes ia na alma.

Posso-vos dizer aquilo que foi dito nessa reunião: nós pretendíamos uma alteração do modelo de governação, o grupo não podia continuar a ser gerido por um só homem, na medida em que o grupo era gerido por um só homem, como já constataram, queríamos transparência, queríamos a separação da área financeira da área não financeira, queríamos delinear uma estratégia para o grupo, desenvolver as empresas com futuro, alienar o supérfluo, um plano de negócios a cinco anos e não em navegação à vista, como era feito, queríamos a sucessão a prazo do Dr. Oliveira e Costa.

Havia também os tais ruídos da rua, a que o Sr. Deputado se referiu de 2001, mas eu só tive conhecimento de alguns em 2007, portanto, esses tais ruídos da rua que havia, e sobretudo também a desmotivação dos bons colaboradores, porque esses, alguns dos bons colaboradores, estavam efectivamente a sair do grupo.

Tudo isto foi falado nessa reunião, que durou algumas horas e onde todos os accionistas, os tais nove, puderam manifestar-se e, em suma, foi tratado, nessa reunião, isto que acabei de dizer.

Ficou combinado, no após férias, porque no fim de Julho a maior parte das pessoas iam para férias e, portanto, no fim de Agosto, que se fizesse uma nova reunião e que fosse apresentado um modelo de governação do banco. Essa reunião existiu no dia 31 de Agosto, a mesma reunião de carácter informal, com membros do conselho superior, que foi exclusivamente para apresentação do modelo de governação. Não

concordámos com o modelo que nos foi apresentado, porque era mais do mesmo. Houve discussão, obviamente, sobre este tema e alguma discussão mais viva, tendo ficado em ser apresentado um novo modelo. Esse modelo foi apresentado em conselho superior, a 24 de Setembro de 2007, e foi aprovado.

Portanto, foi um modelo de governação dentro dos vários modelos que foram discutidos. Os próprios membros, esses nove, apresentaram uma proposta e foi essa proposta que foi aprovada. Era um modelo latino reforçado com um conselho de administração, uma assembleia-geral e um revisor oficial de contas e os accionistas pretendiam começar a separar a área financeira da não financeira e defendíamos que fossem criadas duas comissões executivas, uma para a área financeira e outra para a área não financeira. Aliás, isso faz parte da acta de 24 de Setembro de 2007, que, se a não tiverem, eu posso deixá-la.

E é nesse conselho superior, também de 24 de Setembro, que é criada uma comissão de avaliação e nomeações que, certamente, porventura, alguém já terá falado aqui nela, porque já vi também alguns documentos da comunicação social onde se falava nesta comissão de avaliação e nomeações.

Eu fazia parte dessa comissão – fazia e faço porque ainda não fui destituído! –, com o Sr. Fernando Cordeiro e o Sr. Adelino Silva e, mais tarde, o Sr. Almiro Silva, que, dois meses depois, veio a fazer parte do conselho de administração não executivo, acompanhava-nos também nessa comissão e ele era o único que era de Lisboa.

Havia aqui uma questão de proximidade, porque quer eu, quer o Fernando Cordeiro, quer o Adelino Silva somos pessoas de fora de Lisboa: eu, de Tondela, como é sabido, o Fernando Cordeiro, da Maia, e o Adelino

Silva, da Trofa e, portanto, estávamos distantes para a proximidade que esta comissão devia ter e, então, tínhamos o Almiro Silva, que não fazendo parte oficialmente, fazia informalmente.

O objectivo dessa comissão era dar contributos para avaliação e nomeação dos administradores, o que veio a acontecer; acompanhamento da mudança e implementação do modelo de governação e o acompanhamento da separação da área financeira da não financeira.

Mas, voltando um pouco atrás, sobre a comissão, presumo que, quando falou em quatro, estava-se a referir a estes quatro nomes e, efectivamente, assim era, mas foi mais tarde e não anteriormente.

Os nove existiram e existem e fizeram, efectivamente, um acordo entre si, que foi assinado e bem guardado esteve até à altura de o Dr. Oliveira e Costa se ter apercebido de que havia unidade entre estes nove accionistas, porque eles, directa ou indirectamente, representavam a maioria do capital. E efectivamente, ele tentou, em Outubro e Novembro e Dezembro de 2007, anular este grupo, na medida em que tentou desmobilizar alguns destes accionistas, mas este acordo que nós tínhamos e que, aliás, terminou em 31 de Dezembro de 2008 e que, julgo, não é necessário renovar, na medida em que este espírito de unidade entre os accionistas criou-se por si.

Mas, como falou em nove ou dez, devo dizer que, mais tarde, em 18 de Janeiro, acarinhámos mais um accionista, que foi o Sr. Alberto Figueiredo que era o actual presidente da SLN Valor. Portanto, de nove passou efectivamente a 10.

Portanto, os números que o Sr. Deputado apresenta estão correctos, mas, enfim, com esta clareza de informação que lhe estou a dar.

Nós, estes nove, tínhamos um acordo parassocial, que terminou em 31 de Dezembro de 2008, que foi assinado no dia 30 de Agosto de 2007, o chamado acordo de cooperação ou sindicato de voto, como lhe queiram chamar. Eu entendo que era mais um sindicato de voto, na medida em que, efectivamente, nós representávamos 50,47% dos votos, com acções próprias que sabíamos haver. Na altura, não sabíamos que havia tantas acções próprias e ficámos a saber mais tarde, mas aquelas de que tínhamos conhecimento representavam 52% dos votos. Portanto, era um grupo efectivamente estável.

Quanto às cartas que referiu o Dr. Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, em relação a dúvidas, desconheço qualquer carta que tenha ido de algum membro do conselho superior para o Banco de Portugal. Nunca ouvi falar e desconheço. Portanto, não posso falar sobre isso porque, efectivamente, desconheço.

Quanto à substituição do Dr. Oliveira e Costa, efectivamente, este grupo esteve na sua substituição. Dir-lhe-ei que quem esteve mais activo na sua substituição foi a comissão dos três mais um (os quatro membros da comissão), mas sempre com informação do grupo dos nove, depois, mais tarde, dos dez.

A substituição ocorreu no dia 12 de Fevereiro de 2008. Nós vínhamos acompanhando, com alguma preocupação, o desenrolar e as notícias que iam surgindo sobre e má imagem do grupo e lembro que, em Janeiro/Fevereiro de 2008, o que saiu na comunicação social – aliás, tenho aqui alguma informação sobre isso que dizia sobre o BPN: «Sob

pressão do supervisor, quatro administradores saem de emergência com o presidente», isto no *Expresso* de 26 de Janeiro de 2008, outras notícias sobre beneficiários de *offshores*, também de Janeiro de 2008, depois, o presidente deu uma entrevista, já sob pressão, ao *Diário Económico*, onde dizia que não tinha nada a esconder dentro do BPN.

Esta é uma entrevista com bastante destaque, em manchete de primeira página que dizia: «Não tenho nada a esconder dentro do BPN» e onde ele falava que existiam regras e, se efectivamente, em matéria de *offshore*, houvesse falta de rigor, esperava que as pessoas responsáveis por essas áreas estivessem a cumprir.

Sei que isto, internamente, foi bastante criticado e bastante mal recebido, na medida em que ele estaria a desresponsabilizar-se e a responsabilizar pessoas e algumas que o Sr. Deputado Honório Novo, efectivamente, há pouco, referiu.

As duas pessoas, que há pouco referiu, ficaram desagradadas com esta entrevista onde se procurou transferir e responsabilizar pessoas por algo que pudesse não estar tão correcto como seria desejável.

Depois ainda numa outra notícia dizia-se: «Denúncia do BPN anexada à Operação Furacão. O banco pediu alguns esclarecimentos oficiais a *offshore* feitos pelo banco» no *Diário Económico* de 1 de Fevereiro; «O Procurador-Geral da República abre nova investigação ao BPN no âmbito da Operação Furacão», no *Jornal de Negócios* de 1 de Fevereiro de 2008; «O BPN tenta organizar a casa»...

Portanto, começa-se a falar, mas não vou maçar-vos com tudo o que saiu de notícias nessa altura, de uma má imagem para o banco – e estamos a falar de uma instituição porque, quando falamos na SLN, que é a *holding* e daí que o conselho superior é da *holding* e não do banco em si,

mas a imagem que passa para o exterior é o banco porque é aquele que, efectivamente, tinha maior notoriedade no grupo. E é uma má imagem. E como estamos a falar de uma instituição financeira e num período (Janeiro/Fevereiro de 2008) em que o ambiente no mundo financeiro, a nível internacional, já não era o melhor, como é sabido, daí a minha posição em relação à tal primeira questão que colocou sobre a supervisão ao Banco de Portugal e sobre a posição que eu tomei, que foi em Fevereiro e coincidiu, mais ou menos, com esta posição.

Efectivamente, depois de tudo isto e de um grupo de questões que os accionistas (estes quatro accionistas) pretendiam que era um comité de compra e venda do património, na medida em que nos apercebemos que havia transacções que não eram feitas da melhor maneira, devido aos tais ruídos que fomos absorvendo, isto é, que havia transacções de imobiliário que não seriam feitas na posição mais correcta e, como tal, nós pretendíamos criar um comité onde dois accionistas dele fizessem parte, em virtude de passarmos a ter desconfiança em relação a alguns negócios imobiliários que eram feitos.

Depois de, nessa reunião do dia 12 de Fevereiro, entre estes quatro accionistas, o Dr. Oliveira Costa e o Eng. Francisco Sanches, da qual, hoje, no *Correio da Manhã*, enfim, até vem a divulgação de uma possível acta que terá existido nesse dia 12 de Janeiro, mas é curioso que é tratado como sendo uma acta mas eu, efectivamente, não vi lá assinatura nenhuma, nem acho que a haja, porque, quando uma folha A4, manuscrita e sem qualquer assinatura, é considerado um documento como tenha existido, podemos ter agora  $n$  versões e, efectivamente, não sabemos qual delas será efectivamente a correcta.

Portanto, voltando ao *Correio da Manhã* de hoje, ali se fala na questão da componente imobiliária, ou seja, imóveis, nos OPI, nos Pluripar, em todas essas empresas de que nos foi dado conhecimento, nesse dia 12.

Portanto, mercê também de algumas informações, que, nesse dia, obtivemos, do património imobiliário em sociedades extragrupo, que eram desconhecidas dos accionistas. Pelo menos, até pode haver accionistas que eram intervenientes nessas sociedades, mas eu desconhecia grande parte delas, até esse dia.

E como pretendíamos saber tudo sobre rumores e porque se falava que, efectivamente, havia umas cartas conforto do próprio banco para outros bancos, no sentido de poderem dar financiamentos a esses negócios imobiliários que eram feitos e, portanto, como se constava, nós queríamos saber.

E também umas transacções feitas no final de Dezembro de 2007, à última da hora, na área da saúde, que causaram alguma desconfiança a este grupo de quatro accionistas

Portanto, como achávamos estas coisas muito estranhas, que mereciam desconfiança, a nós, os quatro, foi-nos dado conhecimento, também nesse dia 12, que havia irregularidades num banco situado em Cabo Verde e todos nós, pelo menos aqueles quatro, pensamos que efectivamente seria o BPN IFI, mas, enfim, foi-nos dito que era o Banco Insular e, perante tudo isto, pelas informações obtidas nessa reunião e do muito daquilo que vos estou a relatar, às notícias vindas na comunicação social que davam uma imagem efectivamente muito negativa do Grupo – estamos a falar de uma instituição financeira e não propriamente de um supermercado, porque uma instituição financeira tem que merecer a

confiança dos depositantes – e porventura nem vos passava pela cabeça alguma ansiedade desses quatro e, porventura, de todos os outros accionistas, os nove, na medida em que era grande o receio e a sensibilidade que tinham a tratar destes problemas para que não passasse para a opinião pública uma mensagem negativa, na medida em que podia, efectivamente, naquele período, haver uma corrida aos depósitos e, portanto, sempre que havia uma notícia negativa, a grande preocupação nossa que havia, porque éramos pessoas responsáveis, era tentar saber, através dos canais próprios, através do administrador do banco, se, efectivamente, naquele dia, houve ou não houve corrida aos depósitos, o que não veio a acontecer durante todo o ano de 2008.

Portanto, como o Dr. Oliveira e Costa adia constantemente a implementação das medidas acordadas connosco e fazia tudo para protelar ou resistir a qualquer mudança que nós pretendíamos, entendemos, para bem do Grupo, dos colaboradores, accionistas e clientes do banco, que ele devia afastar-se. E a decisão foi no dia 12 de Fevereiro de 2008, em que lhe dissemos, os quatro, na presença do Eng. Francisco Sanches, que efectivamente ele tinha que sair.

Acordámos com ele a saída formal para o dia 14, que depois não foi possível porque tinha que ser comunicada ao conselho superior, que teve de se convocar, sem saber para o que estava a ser convocado, através do Dr. Rui Machete, e o conselho superior reuniu no dia 15, às 15 horas, onde, efectivamente formalizou e deu conhecimento da sua saída.

Também posso dizer à Comissão que os quatro membros da comissão reuniram, uma hora antes, com o presidente, na altura, e ele, nesse dia, apesar do acordado, ainda tentou resistir e tentou convencer-nos de que o melhor era ele ficar ao que, efectivamente, nós nos

opusemos terminantemente, e foi connosco, depois que nos deslocamos da sala contígua ao seu gabinete para a sala onde estavam os nossos outros colegas e o presidente do conselho superior à espera para ele nos dar a todos, de viva voz, o conhecimento da sua demissão.

Perante aquela pressão que fizemos sobre ele, nesse dia 12, ele finalmente acabou por concordar com esta *nuance*, depois de, no dia 15, tentar resistir ainda um pouco à saída.

Portanto, sobre a sua substituição, acho que relatei e, eventualmente, estou disponível para mais algumas questões.

Quanto à substituição dele, Dr. Oliveira e Costa, pelo Eng. Francisco Sanches ou pelo Dr. Franquelim Alves, a estratégia não passava por aí. O Dr. Franquelim Alves entrou para o Grupo, formalmente, em Janeiro de 2008, mas, se a memória não me falha, teve que ser dado conhecimento ao Banco de Portugal e esperar que o Banco de Portugal pudesse validar a sua entrada no Grupo, o que só veio a acontecer em meados de Janeiro de 2008.

Houve ali um período de espera, não só quanto a ele, mas também sobre o Sr. Almiro Silva, porque ambos foram cooptados, na medida em que o conselho de administração da SLN SGPS estava desfalcado de dois membros. Ele tinha cinco membros: Oliveira e Costa, Francisco Sanches, Joaquim Nunes, José Mendes Ribeiro e Luís Caprichoso, mas, no princípio de Maio de 2007, o Dr. José Mendes Ribeiro tinha saído e, mais tarde, em Agosto ou Setembro, o Dr. Luís Caprichoso também saiu e, portanto, o conselho de administração estava limitado a três membros e foram cooptados o Dr. Franquelim Alves e o Sr. Almiro Silva.

A entrada do Dr. Franquelim Alves já fazia parte da estratégia dos accionistas no sentido de ir buscar alguém que pudesse vir a ser o CEO,

mais tarde, da área não financeira. Portanto, houve vários convites que foram feitos e a escolha recaiu no Dr. Franquelim Alves. Isso foi trabalho da tal comissão que tinha sido eleita em 24 de Setembro.

Portanto, a estratégia nunca passou pelo Eng. Francisco Sanches para ser o responsável máximo. Pelo menos, na minha cabeça, nunca passou e penso que, na cabeça da maior parte dos accionistas, também nunca passou. Aliás, a estratégia passava, Sr. Deputado e Srs. Membros da Comissão, por alguém que viesse de fora, porque entendíamos que, para poder resolver os problemas do Grupo, tinha que vir gente nova e, portanto, as pessoas que estiveram ligadas ao Grupo, não porque não houvesse capacidade nem vamos agora julgar a capacidade das pessoas, mas teria que vir alguém com autoridade de fora, alguém que pudesse gerar confiança não só para o exterior como confiança também internamente.

Portanto, esteve fora de questão a questão de o Dr. Franquelim Alves e de o Eng. Francisco Sanches serem os responsáveis. Direi, sim, que o Sr. Franquelim Alves podia vir a ser apontado, na criação da comissão executiva da área não financeira, como podendo vir a liderar ou ser o CEO dessa área, como nós, efectivamente, pretendíamos.

Sobre o Dr. Vakil e sobre se os accionistas tinham medo de auditorias, Sr. Deputado, se há coisas de que os accionistas nunca tiveram medo foi de auditorias. Na acta que está a referir-se, do dia 17 de Dezembro de 2007, onde há uma nota em que o accionista Neves dos Santos, por acordo com os outros accionistas para não serem todos a falar, lembrou, aquando da aprovação da acta de 24 de Setembro, que faltava lá precisamente... – e se vir essa acta verificará que devia ser feita – e isso ficou muito *soft* chamando «avaliação» para não se chamar

«auditoria» – a avaliação de todas as empresas do Grupo. Posso dizer-lhe que eu próprio contactei a Deloitte para ser feita uma auditoria externa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quando fez esse contacto?

O Sr. Joaquim Coimbra: — Quando? Em Setembro de 2007, eu próprio contactei a Deloitte, na pessoa do Sr. Dr. Luís Delgado, no sentido de se poder vir a fazer uma auditoria exterior. Aliás, curiosamente, mais tarde, foi a própria Deloitte que também veio a fazer essa auditoria.

E, naquela reunião informal, do dia 20 de Julho, que referi, falámos nisso. Nós tínhamos necessidade de saber, não direi o estado da nação, relacionando o documento que referiu há pouco, efectivamente, o que se passava no Grupo. Nós accionistas, quando nos apercebemos que havia coisas que não estariam bem, eventualmente até pelos rumores que chegaram, nós, efectivamente, éramos os primeiros a querer saber. E, mais tarde, podemos voltar a este ponto.

Portanto, sobre o medo que o Dr. Vakil terá dito no sentido de que os accionistas não queriam auditorias, não faço ideia, mas não corresponde ao que nós queríamos porque nós queríamos auditorias.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Dá-me licença, Sr.ª Presidente, para não ficar uma impressão errada.

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Essas palavras não são do Dr. Abdool Vakil, o Dr. Abdool Vakil lamentou-se de que a ele nunca, nem no início da

sua administração, lhe disseram que a sua administração era provisória, e apercebeu-se mais tarde que não tinha poderes, conferidos por vocês, para accionar uma auditoria externa.

Aquilo que o Sr. Joaquim Coimbra acaba de nos dizer que até tentou antes de Setembro de 2007, é, salvo melhor opinião, contraditório com aquilo que o Dr. Abdool Vakil nos transmitiu.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Mas não tenha dúvidas que era vontade dos accionistas, destes accionistas do grupo a que estive ligado, efectivamente, fazer tudo o que fosse necessário. E não era uma auditoria interna porque destas estavam constantemente a dizer-nos que havia, mas nós não queríamos essa, queríamos uma auditoria externa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas reconhecerá que há aqui uma contradição. Se a maioria do capital social, ou pelo menos uma parte significativa, representado pelos accionistas, desejava até fazer uma auditoria externa em Setembro de 2007, como é que, depois, nomeiam um presidente do conselho de administração, o Dr. Abdool Vakil, a quem não conferem esse poder?

O Sr. Joaquim Coimbra: — Nunca nos foi solicitado, pelos menos em reuniões que eu tenha estado, porque, senão, a posição não seria contraditória, mas seria a mesma que estou a afirmar e até lhe dei conhecimento do contacto que fiz na Deloitte, na pessoa do Dr. Luís Delgado.

Quanto à questão que o Sr. Deputado agora lembrou sobre a situação provisória ou não provisória do Dr. Vakil, direi que o Dr. Vakil foi

convidado – e estou à vontade porque fui uma das quatro pessoas que o convidaram e que insistiram para que ele ficasse à frente do Grupo até à assembleia-geral. E tudo o que se diga fora disto, não corresponde à verdade. Ou seja, ele foi convidado provisoriamente até à assembleia-geral, na medida em que os accionistas não só desejavam uma solução externa, como referi anteriormente, porque era essa a vontade maioritária dos accionistas, dos tais dez, porque entendiam, pelas razões que aponte, que era desejável uma solução externa, assim como lhe foi dito para ele proceder com espírito de missão – palavras minhas para com ele –, até à assembleia-geral numa situação provisória de transição.

Sendo ele uma pessoa da casa, tendo ele uma credibilidade no mundo financeiro, era a pessoa, dentro da casa, que, de imediato, tinha melhores condições para presidir ao Grupo. E acho que fizemos a melhor escolha e estamos-lhe gratos, pelo menos eu, pessoalmente, estou-lhe grato por ele ter aceite, até porque estou à vontade porque não tinha ligações com o Dr. Vakil, mas reconhecia, por aquilo que conhecia do mundo financeiro, que ele era uma pessoa que tinha e tem credibilidade. Posso discordar noutras coisas, mas acho que ele tem credibilidade nesse pormenor.

Portanto, isto em relação à situação provisória e não definitiva.

Independentemente, depois de ele ter dado uma entrevista a um jornal semanário, que não o *Expresso*, em que, enfim, terá efectivamente dado a ideia de que iria ficar e nós ficamos com a sensação que ele gostaria de ficar, mas isso foi enquanto os accionistas, efectivamente, estavam num processo de poder arranjar uma solução, que fosse definitiva, e que, portanto, veio a culminar, como veio, na figura do Dr. Miguel Cadilhe, que foi anunciada no dia 30 de Maio à assembleia-geral e,

depois, veio a fazer-se uma assembleia-geral a 20 de Junho, onde efectivamente ele foi eleito. Portanto, a situação do Dr. Vakil era provisória.

O Sr. Deputado referiu o dia 12 de Fevereiro, que eu também já referi, e quanto ao documento «estado da nação», eu tenho ouvido falar nesse documento e o Sr. Deputado vai, certamente, ficar admirado de eu lhe dizer que nunca vi esse documento.

Portanto, nunca vi esse documento com o nome de *O estado da nação*...

O Sr. Honório Novo (PCP): — A gente oferece-lhe uma cópia!

O Sr. Joaquim Coimbra: — ... nem sei a que documento se refere.

Estou a ser sincero, como em tudo o que lhe estou a dizer, não tenha dúvidas sobre isso. Estou a ser tão sincero que, inicialmente, o senhor até ficou admirado — está a ver Sr. Deputado? - com as primeiras palavras que preferi em relação ao meu próprio partido.

Por conseguinte, ouvi falar, efectivamente, mais tarde, aqui, quando a Comissão já estava a decorrer, no documento *O estado da nação*. Andei a ver se tinha algum documento com esse nome e não encontrei.

Circularam alguns documentos, na altura... Não sei se estão a referir-se a algum documento que eu possa conhecer mas não com essa designação e, portanto, se me avivarem a memória, quer o Sr. Deputado, quer, depois, o Sr. Deputado Nuno Melo, até pode ser que o tenha aqui, mas com outra referência que não essa.

O Sr. Deputado falou nos Srs. Drs. António Franco e António Duarte como sendo os mentores deste documento?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Só se fosse o contrário. Não me passa pela cabeça que o Dr. António Franco e o Dr. António Duarte possam ter sido os mentores da realização daquele documento e, pelo contrário, passa, logicamente, pela minha cabeça e de muitos outros, que terá sido este grupo dos nove mais um, que, se trabalhava e até tinha um acordo escrito desde Agosto de 2007, tenha dado indicações ou sugerido a sua realização.

Mas, Sr. Joaquim Coimbra, para terminar e deixar a deixa, só se chama *O estado da nação* na sua versão de Março porque, antes, não se chamava nada.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Dir-lhe-ei que o meu estado da nação, meu e de quatro accionistas, foi no dia 12 de Fevereiro, não em conversas paralelas mas em viva voz do então presidente do Grupo, conforme aquilo de que lhe falei, há pouco.

Portanto, efectivamente, questões imobiliárias, ou outras, a questão do BI, que, quando foi referido, era o BI, o BI, o BI, e comentávamos uns com os outros: mas, o que é que o homem tem? Falta-lhe o bilhete de identidade...?». Isto porque o BI não dizia nada, nem a mim nem a nenhum dos quatro, porque, efectivamente, nessa altura, o Dr. Oliveira e Costa dizia-nos que o problema era o BI e, como nós, efectivamente, não sabíamos o que era o BI, julgávamos que seria o bilhete de identidade... Isto que estou a dizer é verdade. Pensávamos mesmo que lhe faltava o bilhete de identidade, mas não, infelizmente, era o dito buraco de que se falava e que nos foi dito, na altura – e também

digo isto com muita clareza –, que nunca seria superior a 150 milhões de euros.

Não com o alcance que a auditoria de Julho, já na administração do Dr. Miguel Cadilhe, veio a constatar e, portanto, dos números que vieram a público, aquilo que nos foi dito a nós foi que, no máximo, atingiria 150 milhões e que aquilo tinha uma cobertura porque tínhamos uma colecção de Miró, que estava avaliada em 150 milhões de euros e que, nos livros do banco, estava por 70 milhões, e, portanto, havia ali um espaço de 80 milhões para cobrir o buraco e, com mais umas mais-valias na componente imobiliária, aquele buraco era resolúvel.

Isto foi aquilo que, efectivamente, nos foi dito na altura, e que, como devem calcular, perante toda aquela exposição e recolhendo mais alguma informação, que obtivemos, criou-nos muita desconfiança e tomámos, então, a decisão, como referi há pouco, de criar as condições para que o senhor saísse, efectivamente, do Grupo.

Sobre a Carlyle, que, como instituição, já conhecia ou, pelo menos, já ouvia falar nela, no conselho superior do dia 17 de Dezembro, o presidente do Grupo, dentro da apresentação de contas provisionais para o fecho de 2007, que nos apontava para 65 milhões de euros de resultados, portanto com um quebra em relação a 2006, mas justificável por causa de uma menos-valia – isso está na acta do dia 17 de Dezembro de 2007 –, falou-nos efectivamente na Carlyle e, portanto, que tinha falado com alguns accionistas na possibilidade de haver interesse do Grupo Carlyle em adquirir uma posição da ordem dos 35 a 40% do Grupo, que tinha feito uma apresentação do Grupo a pessoas da Carlyle e que os seus accionistas estariam interessados e etc.

Levantaram-se algumas questões à volta disso, alguns accionistas perguntaram qual seria o preço a pagar, e, na altura, foi-nos referido que seria na ordem dos três euros por acção.

Fizeram-se perguntas várias sobre como é que aquele modelo seria. Ele deu-nos conhecimento daquilo que o Sr. Presidente do conselho superior Rui Machete referiu que tinha dado conhecimento às autoridades. Sou-lhe sincero, na altura, duvidei até porque já andava num clima de desconfiança, e duvidei quando ele nos comunicou que, efectivamente, tinha dado conhecimento às autoridades e os moldes em que foi feito, mas não foi verdade e é bom que assim tenha sido, e, portanto, os accionistas acabaram por dizer para ele desenvolver esse possível negócio.

Não estive em nenhuma reunião com o Dr. Oliveira e Costa e com alguém da Carlyle, não sei se algum accionista esteve e duvido que alguém do grupo dos dez tenha estado porque, se estivesse, julgo que se saberia devido à confiança e à unidade que esse grupo manteve e, como tal, passou-se isto, que vos acabo de dizer, no dia 17 de Dezembro.

Ouve, depois, o movimento da saída dele, esqueceu-se Carlyle nem nunca mais se falou em Carlyle, ele também nunca mais nos falou em Carlyle e, após a sua saída, efectivamente, fui interveniente no processo Carlyle.

No dia 18 de Fevereiro, o Dr. Abdool Vakil entra para presidente do Grupo e, em finais de Fevereiro, fui contactado pelo representante da Carlyle em Portugal para uma reunião e eu, com o outro accionista, o Sr. Almiro Silva, estivemos numa reunião com esse representante da Carlyle em Portugal, que nos falou dos contactos que tinha tido, anteriormente, em finais de 2007, com o Dr. Oliveira e Costa, e, assim, efectivamente

constatamos que tinham existido, e nos informou que a Carlyle poderia estar interessada, se nós também estivéssemos interessados, em desenvolver negociações.

Disse-lhe que sim, que poderíamos vir a desenvolver, que estávamos ali, eu e o outro accionista, em termos pessoais, mas que levaríamos ao conhecimento dos restantes accionistas tudo o que se pudesse passar naquela reunião.

Foram-nos explicados os contornos da proposta. Efectivamente confirmo que a Carlyle representava um grupo de investidores angolanos. A proposta seria acompanhada de um plano estratégico, designadamente de abrir o BPN em Angola e Angola ter um banco na Europa, desenvolver negócios estratégicos, implementar as empresas do Grupo SLN para apoio ao desenvolvimento de Angola.

Tudo o que nos foi dito fazia sentido e, no fundo, é aquilo que tem acontecido, nos últimos meses, na minha opinião, que é haver banca portuguesa que tem ido para Angola e interesses angolanos que têm vindo para a banca nacional. Enfim, quiçá, seria essa a estratégia da Carlyle ou dos investidores, na altura.

A aquisição passava por 40% ou, se os accionistas entendessem, podia ser mais ou a maioria do capital.

Foi-me informado que as autoridades portuguesas tinham conhecimento, e, pelos jeitos, tinham, pelo que o Dr. Oliveira e Costa não tinha mentido na reunião do conselho do dia 17.

Havia necessidade de fazer uma auditoria, que levaria quatro a seis semanas, ia ser feito um memorando de entendimento no sentido, enfim, de procurar fazer as auditorias, haveria disponível um advogado em Nova

lorque para vir negociar o documento que autorizaria essa auditora e a Morgan Stanley ou a UBS fariam essa mesma auditoria.

Como devem calcular, dei conhecimento desta reunião não só ao grupo dos dez ou dos oito que faltavam, como também ao presidente do conselho de administração, Dr. Vakil.

Veio, entretanto, uma carta, no dia 3 de Março, em meu nome, efectivamente dirigida a mim, como membro do conselho superior, carta essa que entreguei e faz parte de uma acta também do conselho superior. Foi verificada a veracidade, enfim, de tudo isto, de todos os nomes que apontava essa carta, que, efectivamente, correspondiam à verdade. O presidente da Carlyle prontificava-se a vir falar com o Banco de Portugal e autoridades portuguesas e foi acordado, em conselho superior, em nome dos accionistas, que o presidente do conselho de administração, o Dr. Vakil, e o administrador Franquelim Alves, assessorados por advogados, dessem inicio a um processo negocial.

Penso ter havido troca de correspondência entre a Carlyle e a SLN, já em termos de administração, na medida em que a nossa função era levantar as questões e entregá-las à administração, portanto, não havia aqui negociações paralelas.

Mantive contactos – e aqui vou contradizer um bocadinho aquilo que acabei de dizer – marginais com o meu interlocutor e esse meu interlocutor, que era o representante da Carlyle cá, em Portugal, dizia-me que as coisas, da nossa parte, não estavam a ter o desenrolar que deviam ter, pelo que nós fizemos algumas queixas, inclusive «queixas» sobre por que é que as coisas não estavam a andar da nossa parte, entenda-se da parte da SLN.

Portanto isto foi um processo que demorou algum tempo e por razões que, efectivamente, desconheço, porventura por razões de conjuntura, por razões das auditorias que iriam levar algum tempo, por razões de situação provisória – o Dr. Abdool Vakil passava aqui um período de transição –, por razões até talvez do Banco de Portugal, na pressão exercida, sobretudo nos meses de Abril e Maio, que possam não ter dado oportunidade a que, efectivamente, o negócio possa ter andado.

Agora, para mim, é muito clara uma coisa: é que ninguém compra nada, numa situação destas, sem haver uma auditoria profunda. Eu não comprava, obviamente. Mesmo hoje, nos tempos que correm, nós até temos grupos com grandes auditorias pelos grandes auditores e nós, os investidores, sentimo-nos burlados, quanto mais numa situação que era um grupo que não era sequer cotado em Bolsa e, portanto, não permitia, certamente, detectar aquilo que veio a constatar-se que existia.

Portanto, para mim, era muito claro que, quem quer que viesse a entrar no grupo, só o faria fazendo uma auditoria e uma auditoria realmente profunda encomendada pelo comprador, que, como disse, estava previsto ser feita pela Stanley Morgan ou por o UBS. E chegou a haver contactos para que pudesse avançar.

Depois, entrou-se no processo de mudança da administração e julgo que, pelas razões que aponte há pouco, terá ou desmotivado os investidores porque a Carlyle, segundo sei, seria o veículo para uma possível aquisição, mas quem estaria atrás da Carlyle seriam investidores angolanos, como referi.

Portanto, em momento nenhum, Sr. Deputado, falei com o Dr. Oliveira e Costa sobre este assunto. Dir-lhe-ei que nunca mais tive contactos com o Dr. Oliveira e Costa. O último contacto que terei tido com

ele, dir-lhe-ei, até para ser preciso, que foi no dia 14 de Março de 2008, dia em que a comissão dos quatro, de que eu fazia parte (a tal dos três mais um), teve a última reunião com ele. Sei que houve reuniões *a posteriori* de accionistas com ele, até por possíveis compradores para o Grupo, mas eu nunca estive presente em reuniões dessas porque entendia que a minha ligação com o Dr. Oliveira e Costa teria cessado ali, em assuntos relacionados com o Grupo.

Nego terminantemente que, nestes contactos que tive com a Carlyle, tenha alguma vez estado com o Dr. Oliveira e Costa.

Quanto a o Dr. Vakil ter ameaçado demitir-se se fosse recusada determinada resposta ao Banco de Portugal, informo que isso está bem traduzido numa acta, que não sei se os Srs. Deputados a tem, mas para se saber da questão, basta ler a acta.

Portanto, houve, efectivamente, até do próprio presidente do conselho superior, algumas cautelas porque não eram do conhecimento total informações que pudessem ser dadas ao Banco de Portugal e, portanto, havia que haver algum cuidado naquilo que havia de ser dado ao Banco de Portugal e, com efeito, nessa acta, se dela têm conhecimento, julgo que vem lá uma intervenção minha, porque o Dr. Vakil pôs a questão de que estava em causa a credibilidade dele e, eu próprio – há-de estar em acta –, achava que ninguém queria pôr em causa a credibilidade dele, Dr. Vakil.

Por conseguinte, não houve nenhuma recusa e ele, efectivamente, disse que se não dissesse toda a verdade ao Banco de Portugal punha o seu lugar à disposição. Isso passou-se efectivamente mas tanto é que não se demitiu e, por conseguinte, foi porque os accionistas, neste caso o conselho superior, entendeu que ele desse conhecimento da maneira que

entendesse e até foi, se a memória não me falha e não estou a ler acta embora a tenha aqui, entendido que ele e o presidente do conselho superior pudessem dar a resposta que entendessem mais adequada ao Banco de Portugal. Julgo, que é isto que está efectivamente na acta.

Não sei se respondi a tudo.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigada, Sr. Joaquim Coimbra.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Nuno Melo, do CDS-PP, e pedia ao Sr. Deputado Honório Novo que me substituísse por um minuto.

Peço desculpa, mas, neste momento, acaba de chegar o Sr. Vice-Presidente Aguiar Branco, pelo que assumirá a presidência da Comissão.

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Aguiar Branco.*

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr. Deputado, quando quiser pode usar da palavra.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Estou aqui só a tentar descobrir uma passagem, que eu tinha sublinhado, exactamente para dar início a esta intervenção.

Entretanto, queria agradecer ao Sr. Joaquim Coimbra a oportunidade que nos dá, e queria colocar-lhe algumas questões, sendo que a primeira tem que ver com declarações que aqui foram prestadas pelo Eng. Francisco Sanches.

Acabou, há pouco, por nos referir problemas ligados à gestão dos imóveis do Grupo, num processo que tem que ver com a separação entre

a área financeira e a não financeira, que foi determinante no mal-estar dos accionistas.

Mas eu recordava-me de uma outra declaração, aqui feita pelo Eng. Francisco Sanches, em relação à qual gostava que pudesse testemunhar.

E é a seguinte: questionava-o, exactamente, sobre esse conflito entre os accionistas e o Dr. Oliveira e Costa, que levou à elaboração da primeira versão de *O estado da nação* em que o Eng. Francisco Sanches era ele próprio apontado, e ele interrompe e, a dado momento, diz o seguinte: «Aliás, há pouco, esqueci-me de referir mas uma das razões, que entronca com isto e que levou ao mau relacionamento entre os accionistas e o Dr. Oliveira e Costa, teve que ver com o facto de, em meados de 2007, o Dr. Oliveira e Costa ter promovido uma solução para o Grupo de compra de 45% da SLN, através de uma entidade ligada ao Grupo Carlyle, que vinha com investidores angolanos, em que o Dr. Oliveira e Costa julgava que, através dessa operação, poderia resolver o problema do Banco Insular».

Ora bem, sobre esta venda dos 45% da SLN ao Carlyle – e não sei se, através do Carlyle, tinha a ver com interesses angolanos, o que não interessa apurar –, perguntava se já havia, da parte dos accionistas, essa noção que o Eng. Francisco Sanches aqui transmitiu, ou seja, que, através dessa venda, seria possível resolver o problema do Banco Insular. Esta é a primeira questão.

O Sr. Presidente querera que eu coloque as questões todas de uma vez só, não é?

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Não sou eu, é a metodologia que está estabelecida.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Claro. Pensei que não!

A segunda questão tem que ver, Sr. Joaquim Coimbra, com essa tal questão, que é muito importante e que talvez esta Comissão ainda não tenha tratado suficientemente, sobre a separação da área financeira da área imobiliária do Grupo porque, em boa verdade, é este o momento e é esta decisão que justifica muito que acabou por ser o cataclismo na administração do Grupo, que depois se percebeu.

E isto porquê? Porque, a esse propósito, e a questão que coloco é do conhecimento que, porventura, tenha e a decisão inicial é anterior à entrada para o Grupo do Sr. Joaquim Coimbra, é uma decisão que é de 2002, a verdade é que, aí, se decide, primeiro, tentar fintar o Banco de Portugal, a propósito dessa separação. E porquê? Porque, como o Banco de Portugal apurou – e aí a questão da interpelação que, depois, faria a V. Ex.<sup>ª</sup>, Sr. Presidente ou à Sr.<sup>ª</sup> Presidente, que acaba de entrar –, é o seguinte: «Embora a Sogipart, SGPS, antiga SLN Imobiliária, SGPS, tenha sido formalmente alienada pela SLN, SGPS à Camden, em finais de 2000, com uma mais-valia de 15 milhões de euros, existem diversos indícios de que o Grupo SLN continua a exercer influência significativa na gestão do Grupo Sogipart».

Depois, há até uma nota infrapaginal que diz, sobre a Camden, «veículo *offshore* do qual não foi possível obter qualquer informação e cujo capital, segundo informações prestadas...».

Bom, não deixa de ser curioso, enfim, tratando-se (e revelo) de um relatório de uma inspeção do Banco de Portugal, esta designação de «se tratar de um veículo *offshore* do qual não foi possível obter qualquer informação, cujo capital, segundo informações prestadas...». Portanto,

segundo alguma informação conseguida! Mas continuando: «...é detida por cinco accionistas da SLN, António Santos Cavaco, Fernando Rodrigues Cordeiro, Manuel Lagoa Veríssimo, Rui Manuel Fonseca e Manuel Santos Cavaco».

Ora bem, por que é que, nesta parte, eu questiono V. Ex.<sup>ª</sup>? É porque esta separação e os termos desta separação, tal qual há pouco acabou de revelar, foi um dos motivos de mal-estar entre os accionistas.

Além dessa declaração, que aqui fez, eu recordei-lhe a outra, que fez o Eng. Francisco Sanches, dizendo que «a própria venda dos 45% a favor dos angolanos, como forma de resolver, em 2007, o problema do Banco Insular, foi outro momento».

Logo, temos aqui dois momentos determinantes – e questiono se assim foi – sobre os motivos de insatisfação dos accionistas que são: venda de 45% ao Carlyle e venda do património imobiliário da SLN a um *offshore*, que é detido por cinco accionistas. Portanto, são duas questões que lhe deixo.

Mas deixo ainda outra: é que eu, por acaso, tenho aqui a *declaration off trust* do tal *offshore* de que o Banco de Portugal diz que «não conseguiu à data obter informação», muito embora conhecesse todos os factos, porque estão todos aqui. Ou seja, o Banco de Portugal relata os factos, mas diz não ter obtido informação.

E aqui o motivo da interpelação que eu faço, neste momento e na oportunidade, à Sr.<sup>ª</sup> Presidente, que é o seguinte: este relatório da inspecção do Banco de Portugal, de 2005, foi, em aspectos importantes, que revelam um conhecimento aprofundado do Banco de Portugal acerca da realidade da situação do Grupo SLN e do BPN, que o Sr. Governador do Banco de Portugal, em acto quase contínuo, em comunicado remetido

para as redacções dos órgãos de comunicação social, desmentiu. E eu tive oportunidade, e isso também foi, de certa forma, publicado, de solicitar ao Sr. Governador do Banco de Portugal o seguinte: se aquilo, que eu assegurei que constava deste relatório desta inspecção de 2005, não correspondia à verdade, então, pedir-lhe que juntasse a esta Comissão, ao menos este documento, este relatório, para nos permitir a nós, Deputados, que aqui temos assento e estamos obrigados a avaliar da supervisão, se assim é ou não.

Porque, Sr.<sup>a</sup> Presidente, não me parece muito normal que, quando é feita uma referência ao Banco de Portugal, a propósito de uma inspecção que é feita e de documentos que existem, o Sr. Governador se limite a dizer «não é assim», mas, depois, não habilite a Comissão com o documento que nos permitirá saber se é assim ou não.

Portanto, isto é uma interpelação à Mesa.

*Entretanto, assumiu a presidência a Sr.<sup>a</sup> Presidente Maria de Belém Roseira.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, essa matéria, como o Sr. Deputado sabe, será objecto de tratamento noutra altura. Agora, estamos no período das questões ao Sr. Joaquim Coimbra que, com certeza, não vai responder pelo Banco de Portugal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas é que era exactamente neste ponto, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

É porque se o Banco de Portugal tivesse tido já a gentileza, mais do que comunicados às redacções da imprensa, de enviar o documento para

que nós o avaliássemos, eu poderia juntá-lo ou pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que o exhibisse ao Sr. Joaquim Coimbra para, desde logo, nos confirmar se o que lá vem ou não mesmo assim.

Doutra fora, porque não me posso substituir ao Banco de Portugal, não posso também juntar o documento, como V. Ex.<sup>a</sup> convirá. E, portanto, a interpelação que faria era nesse sentido, ou seja, no de saber se o Banco de Portugal já fez, como seria suposto, face à declaração feita, esta junção ou não.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Não fez, não, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Obrigado.

É útil, Sr.<sup>a</sup> Presidente e, assim sendo e não tendo feito, e insistindo eu...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Já terminou as questões, Sr. Deputado?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Terminei a interpelação!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — É que, como está a ver, já passou imenso tempo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, o Sr. Deputado Honório Novo...

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado Honório Novo respeitou, rigorosamente, o tempo. O Sr. Joaquim Coimbra é que respondeu, durante uma hora e tal, com a vontade que tem de esclarecer a Comissão.

Portanto, pedia ao Sr. Deputado que fosse conciso e que não andasse à volta para não gastar o seu tempo com questões que não são desta reunião.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pedia apenas a V. Ex.ª que descontasse o tempo da interpelação à Mesa, muito embora, aí, numa discordância, que temos tido poucas mas esta fica registada, me pareça que isto tem rigorosamente que ver com a interpelação que estou a fazer. O documento era útil.

E, portanto, assim sendo, Sr. Joaquim Coimbra, queria dizer-lhe que tenho aqui o protocolo, aliás, os protocolos e a declaração de *trust* da Camden, a tal sociedade, que demonstra aquilo que foi celebrado entre a SLN e estes accionistas cujo nome citei.

E isto tem consequência para os accionistas. Porquê? Porque diz-se assim (e vou ler, Sr.ª Presidente): «Considerando que, como decorrência do enquadramento assumido pela Banco de Portugal quanto aos limites das participações da SLN fora da área financeira, foi assinado, em 11 de Agosto de 2000, o protocolo entre as partes, cuja cópia se junta, em cumprimento da cláusula segunda do referido protocolo, os accionistas constituíram a sociedade Camden Capital Corporation, de agora em diante, designada por Camden, que adquiriu 5 milhões de acções representativas (...).

Nos termos da cláusula terceira do protocolo destes considerandos, a SLN tinha o direito de readquirir os activos alienados à Camden, logo que estivessem reunidas as condições regulamentares.».

Portanto, basicamente, escondem-se ali os imóveis e logo que reunidas as condições regulamentares voltam-se a adquirir. E vem aqui uma cláusula que diz respeito a todos os accionistas que é a seguinte: «Caso a SLN não reunisse as condições regulamentares, os accionistas obrigavam-se a alienar as suas participações no capital da Camden, aos restantes accionistas da SLN».

Ora bem, por que é que isto é muito importante? E a leitura era importante também para registo da acta, Sr.ª Presidente, e logo o tempo, porque eu não podia evitá-la porque a Comissão não tem o documento...

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado pode ter a generosidade de a ceder à Comissão da mesma maneira que o Sr. Joaquim Coimbra nos cede a acta.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, este protocolo já há, o resultado da inspecção é que não.

Agora, queria dizer o seguinte: se, em 2000, este foi o expediente separando a área financeira da área imobiliária, e cinco accionistas, em boa verdade, através de um *offshore* ficaram a deter aquilo que era o património imobiliário do Grupo, tendo em conta, como parece evidente, até agora, não ficaram reunidas as tais condições regulamentares que o protocolo refere para que o património voltasse ao Grupo, gostava de saber se, em algum momento, foi ponderado, já ao tempo em que o Sr. Joaquim Coimbra era accionista, esta venda por todos os accionistas das

participações no capital da Camden e também gostava de saber se Camden, em concreto, foi motivo de agravo entre os accionistas, relativamente ao Dr. Oliveira e Costa e à solução apresentada.

E, agora, para terminar, Sr. Presidente, só queria perguntar apenas o seguinte: sobre esta solução dos accionistas e da mudança do Dr. Oliveira e Costa, a dado passo, o Eng. Francisco Sanches, à minha pergunta sobre quem sabia, ele disse: «Com excepção de uma ou duas pessoas, todo o conselho superior».

Isto, enfim, porque não coincide totalmente com o que o Sr. Joaquim Coimbra aqui nos trouxe e daí o esclarecimento que seria útil.

Portanto, ao Sr. Eng. Francisco Sanches, que é responsável por muita coisa – e, então, quanto ao «estado da nação», meu Deus!, não é? -, perguntei: «Sr. Eng., quem foram os accionistas que participaram nesse movimento de destituição ou de substituição do Dr. Oliveira e Costa?» Esta foi a minha pergunta e a resposta foi a seguinte: «Penso que, praticamente, terá sido todo o conselho superior, à excepção de uma ou duas pessoas».

Ora, porque no conselho superior são mais de quatro, eu pergunto se, porventura, o Sr. Joaquim Coimbra terá sido esta uma ou uma das duas que não teve conhecimento do dito movimento.

Depois, uma outra questão, que aqui tem sido colocado, tem que ver com os pagamentos feitos, em dinheiro, à margem dos vencimentos, que foi revelado pelo Dr. Meira Fernandes, e eu gostava de saber sobre isso, em relação a alguns administradores – sei que o Sr. Joaquim Coimbra não era administrador, mas, enfim, pode ter esse conhecimento – e, portanto, perguntava-lhe se sabe de pagamentos em dinheiro, à margem do que seja, feitos ali.

E para terminar – agora, sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente, mas isto é muito importante e eu não podia deixar de questionar sobre isso e V. Ex.<sup>a</sup> compreenderá –, coloco a questão que tem que ver com a tal acta do conselho superior e que também entronca no Banco de Portugal.

Porque esta acta de 12 de Maio de 2008, de facto, não está assinada, mas foi entregue pelo Dr. Rui Machete, cuja credibilidade aqui não se questiona, tal qual, suponho, mas o Sr. Joaquim Coimbra dirá, também não estarão assinadas as actas que aqui nos trouxe e não deixo de as classificar como actas por isso mesmo, porque são efectivamente, mas, enfim, mais que não seja, vou ler-lhe só duas ou três passagens desta acta para se saber, na dúvida que suscita, se assim foi ou não, até porque é um esclarecimento importante que nós precisávamos ter.

Esta acta tem um ponto que é relativo à análise das contas da SLN relativas a 31 de Dezembro de 2007 – refiro-me à acta de 12 de Maio de 2008 – e que, depois, podemos comparar com a do Sr. Joaquim Coimbra para saber se é a mesma e, aí, assinatura deixa de ter importância, e., depois, tem outros assuntos de interesse. E, quanto às contas da SLN, diz assim: «O Sr. Presidente do conselho superior, Dr. Rui Machete, deu a palavra ao Sr. Presidente do conselho de administração, Dr. Abdool Karim Vakil, e, no uso da mesma, o Sr. Dr. Vakil apresentou os resultados do Grupo SLN relativos ao exercício findo». Depois diz assim: «Os resultados individuais passaram...». Enfim, demonstra péssimos resultados com decréscimos individuais, resultados consolidados, e por aí fora.

E, depois, diz: «O Sr. Presidente do conselho de administração manifestou a sua preocupação face à pressão da imprensa sobre os resultados do Grupo, bem como do *rating* relativamente ao BPN, SGPS, SA. Referiu ainda que o rácio enviado à autoridade de supervisão com

referência a 31 de Dezembro de 2007, se enquadrava nos parâmetros impostos pelo Banco de Portugal mas que, entretanto, diminuiu substancialmente».

E, depois: «No uso da sua palavra, o representante do fiscal único da sociedade esclareceu os Srs. Conselheiros sobre o decréscimo do resultado consolidado da SLN, referindo que o mesmo se explica por um conjunto de operações realizadas no exercício de 2006 e que geraram mais-valias não recorrentes e prejuízos nalgumas actividades como se segue...».

E, depois, enfim, tem vários prejuízos por aqui abaixo com BPN Créditos Brasil, Clube Português de Saúde, e etc.

E, depois, diz: «Por outro lado, explicou que a área financeira aplicava *spreads* acima do mercado à área não financeira, o que justifica, de certa forma, melhores resultados da área financeira do que na área não financeira».

E, depois, tem os tais outros assuntos de interesse, onde se diz: «O Sr. Presidente do conselho de administração, Sr. Dr. Abdool Karim Vakil, dirigindo-se aos Srs. Conselheiros, manifestou a sua enorme preocupação numa resposta a ser dada, por escrito, a uma carta do Banco de Portugal e na qual terão de ser indicadas, pelo conselho de administração da SLN, as relações que o Grupo tem com uma entidade em Cabo Verde».

Portanto, ficamos a saber que, pelo menos, em 12 de Maio, a entidade de Cabo Verde é tratada. Já não refiro antes porque, como aqui foi revelado pelo Eng. Francisco Sanches, este documento «estado da nação», pelo Dr. Abdool Vakil, foi discutido em conselho superior. Mas, pelo menos, nesta data, em 12 de Maio, foi falada a entidade de Cabo Verde.

Depois diz assim: «Tomou a palavra o Sr. Conselheiro Dr. Alberto Queiroga Figueiredo referindo que, dada a delicadeza do assunto em questão e dado que a assembleia-geral da SLN se realiza dentro de 15 dias, esta carta deveria ser objecto de análise e resposta por parte da nova administração». O que significa também que, em 12 de Maio, então, sendo o Dr. Abdool Vakil administrador, já se ponderava a nova administração que veio, depois, a perceber-se ser do Dr. Miguel Cadilhe.

E depois: «No uso da sua palavra, o Sr. Presidente do conselho de administração referiu que, de uma forma geral, todos os problemas se centram na área financeira, nomeadamente na BPN, SA, a BPN SGPS (...) e referiu ainda que estavam a ser dadas respostas às questões levantadas pela CMVM, no decurso de uma inspecção por parte desta entidade de supervisora, e que tinha sido pedida uma audiência com o Sr. Presidente a esta entidade, um voto de confiança e prometido regularizar eventuais faltas».

E, agora, vamos ao que importa mais. Diz assim: «Por outro lado, manifestou a sua preocupação quanto ao risco reputacional, risco de corrida aos depósitos, risco ao nível dos recursos humanos, uma vez que se dispõem de informação de assédio da concorrência aos bons quadros do Grupo e referiu ainda que o Banco de Portugal pretende uma separação da área financeira e da área não financeira».

E isto é extraordinário e esta é também uma questão que lhe deixo, porque se já tinha havido em 2000, a propósito da área imobiliária do Grupo, através da Camden, a transferência para cinco accionistas daquele que era a realidade não financeira, que era a área imobiliária do grupo, como é que em 12 de Maio de 2007 ainda se tem aqui o Banco de

Portugal a ter uma clara separação da área financeira e da não financeira? Isto em 2007.

Referindo-lhe eu, também há pouco, Sr. Joaquim Coimbra, o relatório da inspecção do Banco de Portugal, que é de 2005, e algumas avaliações feitas em 2004. Portanto, de 2004 a 2007, continuamos ainda a ter o Banco de Portugal, aqui, a exigir a separação da área financeira da área não financeira. Gostava que me explicasse como e porquê, se é que sabe.

E aqui a tal parte, que também é importante Sr.<sup>a</sup> Presidente – é que não é impossível colocar as questões sem ler a acta para precisar e balizar o que se quer –, diz assim: «Mencionou ainda (portanto, o Dr. Vakil) que, no passado, as cartas enviadas pelo Banco de Portugal eram ignoradas pelo conselho de administração».

Não era a resposta às pinguinhas, eram ignoradas pelo conselho de administração. E mais diz: «Que, neste momento, existem cartas por responder e que, especificamente, em relação à carta sobre as relações com a entidade de Cabo Verde, referida anteriormente, só poderia responder se os Srs. Conselheiros estivessem de acordo com um *draft* de resposta que já tinha preparado para o efeito».

Queria saber se este *draft* de resposta era, porventura, a carta que saiu em 2 de Junho de 2008, ou se era outro.

Depois, diz: «De seguida, o Sr. Presidente do Conselho de Administração entregou o referido *draft* ao Sr. Presidente do Conselho Superior, Dr. Rui Machete, e solicitou a sua colaboração na resposta».

E, agora, diz-se ainda: «Após uma breve troca de impressões entre os Srs. Conselheiros, foi proposto que essa resposta contivesse apenas a informação estritamente necessária».

Portanto, queria saber se, de facto, nesta data, os Srs. Conselheiros aconselharam, como a acta relata, que apenas se transmitisse ao Banco de Portugal a informação estritamente necessária. E pergunto-lhe isto porque, como consta da acta, o Sr. Dr. Abdool Karim Vakil disse: «que tinha de preservar a sua credibilidade junto do Banco de Portugal pelo que colocava o seu lugar à disposição caso a resposta não fosse completa».

E, agora, temos um parágrafo que tem que ser aqui esclarecido, que é o seguinte: «Realçou ainda o facto de o Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal, Prof., Duarte Neves, numa reunião havida recentemente, ter considerado que a melhor solução era a venda dessa entidade em causa a terceiros». Ora bem, a entidade em causa, Sr.ª Presidente, é o Banco Insular.

E, porque se trata de uma acta de 12 de Maio de 2008, do conhecimento dos Srs. Conselheiros, necessariamente, que é elaborada por alguém cuja credibilidade, suponho que é insuspeita, o Dr. Rui Machete, e que reporta a declaração de um administrador tido pelo Banco de Portugal como colaborante, que é o Sr. Abdool Vakil, pedia que me explicasse, Sr. Joaquim Coimbra, o exacto teor deste parágrafo. Ou seja, que o Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal, Duarte Neves, numa reunião recente – não diz quando, mas foi anterior a 12 de Maio –, teria sugerido a venda do Banco Insular a terceiros, como forma de resolução dos problemas do Grupo.

E questiono-o porque, no mais, esta acta – e terminei, Sr.ª Presidente, mesmo e já não faço as outras questões que tinha e tinha várias...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — É que o Sr. Deputado não faz perguntas, o Sr. Deputado anda à volta, à volta, à volta, e não questiona...!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, não, Sr.<sup>a</sup> Presidente, eu li uma acta.

É que não posso questionar o Sr. Joaquim Coimbra sobre uma acta em relação à qual...

O Sr. Presidente: — Pode, Sr. Deputado. E sabe porquê? É que o Sr. Deputado Honório Novo já fez algumas dessas perguntas, só que o Sr. Deputado não estava aqui ou, então, estava aqui em corpo e não em mente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas sabe por que não Sr.<sup>a</sup> Presidente? Eu vou-lhe dizer porque é que estava em corpo e estava em mente. É que, depois disso, na resposta, o Sr. Joaquim Coimbra explicou da relevância dessa acta não estando assinada. E não estando, então, assinada a acta, de facto, mas querendo eu saber se é cópia autêntica da que o Sr. Joaquim Coimbra tem ou, pelo menos, um documento de... Mas não estando esta, então, terei que lê-la para se perceber o conteúdo.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Mas, então, já terminou, não já, Sr. Deputado?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado. Terminei e inscrevo-me para uma segunda ronda, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faz favor, Sr. Joaquim Coimbra.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Sr. Deputado Nuno Melo, permita-me, o senhor se fosse accionista da SLN ia permitir que alguém vendesse as suas acções ou uma parte delas para tapar um buraco? É que, quando coloca a pergunta de que o Dr. Oliveira e Costa pretendia vender uma parte do capital à Carlyle para tapar um buraco, eu dir-lhe-ei que não e se, efectivamente, ele viesse propor isso, no mínimo, ia para a rua nesse dia. Porque, efectivamente, vender as nossas acções para tapar um buraco, acho que não faz sentido.

Portanto, a insatisfação dos accionistas não tem nada a ver com a questão da Carlyle, da venda ou não venda. Os accionistas até estavam muito satisfeitos se tivessem vendido, na altura. Estamos a falar em fins de 2007, quando o problema nos foi colocado pela primeira vez. O Sr. Deputado não estava presente, mas direi que eu soube da Carlyle e a maior parte dos accionistas – admito que alguns accionistas tenham sabido antes –, no dia 17 de Dezembro de 2007, segundo também esclareci o Sr. Deputado Honório Novo, numa acta do conselho superior onde nos é informado do interesse da Carlyle.

Por conseguinte, eu, pelo menos, não tinha conhecimento da informação que terá sido prestada, aqui, na Comissão, pelo Eng. Francisco Sanches, em que estas negociações com a Carlyle vinham de trás. Não, porque aquilo que eu soube, e que está na acta, é que essas negociações, segundo nos foi dito pelo presidente Oliveira e Costa, na altura, em 17 de Dezembro, é que, efectivamente, manteve contactos com a Carlyle, em princípios de Novembro ou fins de Novembro, porventura, mas não em meados. Portanto, se houve contactos em meados, efectivamente, desconheço.

Agora, a venda dos 45% para tapar o buraco também não faria...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Do Banco Insular?

O Sr. Joaquim Coimbra: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Esses meados de 2007, do Banco Insular...

O Sr. Joaquim Coimbra: — Não, não, eu só tive conhecimento do Banco Insular, segundo já afirmei, no dia 12 de Fevereiro de 2008. Foi o dia em que tive conhecimento e foi uma das razões, dentre várias, segundo também aqui referi na resposta às questões levantadas pelo Sr. Deputado Honório Novo, que levou a que, naquele dia, o grupo dos quatro tomasse a decisão de que o Dr. Oliveira e Costa teria que abandonar o Grupo.

Portanto, do Banco Insular não tinha conhecimento dele antes de 12 de Fevereiro e não com a dimensão que ele tinha porque, enfim, o Sr. Deputado não estava, mas aquilo que nos foi dito é que o Banco Insular, no máximo, teria um buraco de 150 milhões de euros.

Quanto à separação da área financeira da não financeira em 2002, porque só comecei a fazer do conselho superior, como referi, a 24 de Setembro de 2005, não estava nessa altura, mas dir-lhe-ei que não desconheço a situação da Camden. E foi falado algumas vezes, não estando em acta, pela preocupação desses accionistas que referiu, que mais não foram do que «barrigas de aluguer».

O motivo porquê não sei, mas, em 2006/2007, ouvi algumas conversas e preocupações, que não constam em nenhuma acta, mas, no próprio conselho superior, onde estavam alguns dos accionistas que referiu, porque nem todos faziam parte do conselho superior mas pelo menos três faziam, e a grande preocupação deles era em relação à desmontagem de todas essas *offshore* a que eles teriam dado o nome para que fossem feitas.

Aquilo terá sido para, efectivamente, ocultar algo. Não sei, mas estou certo de que nem os próprios cinco accionistas saberão para que é que serviu. Estou convencido que esse documento que referiu, certamente, nem estará assinado por eles, accionistas, mas, se calhar, por alguém por eles, porventura. Porém, agora, sou eu que estou a insinuar, porque eu nem conhecia o documento. A minha assinatura não tem certamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, mas está assinado por todos, Sr. Joaquim Coimbra!

O Sr. Joaquim Coimbra: — Ok! Mas eu só estou a referir porque desconheço o que é que esteve atrás disso, mas, de qualquer maneira, estou a referir e posso dizer que a preocupação de, pelo menos, três desses accionistas, que referiu, era no sentido de dizer ao presidente da altura – e estamos a falar em 2006 /2007 e até de 2008 – que não queriam o nome deles ligado a qualquer questão que tenham assinado no passado, que terá servido para algo a que só alguns deles é que poderão responder. E, como há pouco afirmei, e volto a afirmar, se calhar, nem eles próprios saberão aquilo que assinaram.

Isto é uma prova, e se calhar a Comissão também chegará à conclusão de que, efectivamente, nem sempre devemos assinar aquilo que nos põem na frente. E acho que esse terá sido, certamente, um desses casos que não devia ser assinado, pelas preocupações que referi e que vi até eles chegarem a exigir que o Dr. Oliveira e Costa lhes passasse um documento em como não tinham nenhuma responsabilidade sobre as transacções possíveis que tenham sido feitas em nome deles.

Agora, se serviu para ocultar ou não, efectivamente, é algo que... Se calhar, serviu, mas não sou a pessoa indicada para responder. Aliás, segundo parece, essa ligação da Camden a esses accionistas veio referida num jornal semanário.

Portanto, desconheço o teor do documento em causa e sobre a Camden, que acho que é assim que se chama, não sei nada.

Mas, respondendo ao que me perguntou sobre se serviu para motivo de os accionistas, digo não e não pelas razões que lhe aponto, da preocupação dos accionistas. E, pelo menos, um desses accionistas até faz parte do grupo dos quatro e três fazem parte do grupo dos dez. Portanto, essa razão não era motivo para agravo da situação que levaram ao Dr. Oliveira e Costa. Bem, se calhar, muitas das situações que foram detectadas, idênticas a esta, foi um acumular de casos que acabou por servir para, no dia 12, explodir e tomar-se a decisão que se tomou.

Não sei se o Sr. Deputado estava presente quando referi um conjunto de situações, que levou a que nós tomássemos a decisão do dia 12, das quais algumas eram estas: situações imobiliárias mas imobiliárias na questão de transacções que se constava que tinham mais-valias «suspeitas», isto é, o senhor comprava um imóvel e quando era registado tinha mais-valias, que iam ficando pelo caminho, e havia prejuízo,

entendemos nós, dos accionistas. Portanto, alguém ficava no circuito, indevidamente... Portanto, eu só tinha visto isto no futebol, embora não seja dirigente desportivo, mas, pelo que dizem, nas transacções que se fazem à volta dos futebolistas.

Sobre o movimento dos accionistas que, como disse o Eng. Francisco Sanches, havia um ou dois que não sabiam disto. No conselho superior, que agora não sei precisar se são 14 ou 15 membros, havia nove ou dez mas, efectivamente, havia dois, três ou quatro que, posso referir, não sabiam.

As decisões do dia 12 foram tomadas por quatro accionistas e, quando fomos para a reunião do dia 12, já havia um acumular de situações que nos deixavam muita desconfiança e desconforto, e, portanto, nós comunicávamos aos outros seis para saber se eles apoiavam uma decisão que viesse a culminar com a saída. E, por unanimidade, efectivamente, foi entendido que as decisões que nós tomássemos seriam, depois, apoiadas pelos restantes.

Havia, efectivamente, quatro accionistas, sendo um deles o próprio presidente, Dr. Rui Machete, que só pontualmente é que tinha conhecimento de uma ou outra situação, porque nós não queríamos envolvê-lo nestas questões, e havia mais três accionistas que por não terem uma ligação tão grande, enfim, não é que lhes ocultássemos qualquer decisão, mas como tínhamos um grupo onde tínhamos o tal acordo ou sindicato de voto e só tínhamos obrigação de ter esses votos, mas, independentemente disso, em votações do conselho superior, e muitas votações haverá, pois nem tudo está escrito nas actas, houve, efectivamente, sempre o apoio dos restantes accionistas, mesmo não fazendo parte do tal sindicato de voto.

Quanto a dinheiro a administradores ou outros dinheiros, desconheço completamente essa situação. Vim a saber, efectivamente, no dia 12 de Fevereiro de 2008, porque, de entre as coisas que nos foram ditas também havia administradores ou directores que poderiam receber o seu complemento de vencimento do mesmo género da mercearia lá do bairro... Mas eu desconheço nomes e desconheço quem o fazia. Aquilo que sei é aquilo que veio na comunicação social sobre algumas referências que foram feitas, aqui, nesta Casa.

Há pouco, de facto, o Sr. Deputado referiu-o – e eu até anotei – porque, nesse aspecto, ultimamente, também tenho sido apelidado de administrador e não sou, como vê, mas, de vez em quando, sou brindado assim com umas coisinhas, com umas brincadeiras, dizendo que eu sou administrador da SLN, que sou membro de conselho nacional do PSD – bom, neste caso, sou militante do PSD –, e que sou accionista da SLN...

Normalmente, estes amigos, que estão aqui, à nossa esquerda, brindam-me com estas coisas como isso seja crime, ou seja, como se, ser militante do PSD ou ser accionista da SLN ou accionista do Banco Privado, seja crime!... Parece que passou a ser crime.

Mas eu sou mais do que isso e, como sou muito convicto daquilo que sou, desde sempre, e mesmo como empresário, desculpem-se a imodéstia, sempre tive uma posição onde tive as minhas convicções e defendo-as até ao fim. Não sou propriamente daqueles empresários que se vão colocando conforme os momentos e, enfim, os ventos vão correndo.

Sou convicto naquilo que sou, sei separar o que é a minha convicção política da minha vida empresarial, sempre o digo, e a Sr.<sup>a</sup> Presidente até sabe disso, porque teve uma colaboração, enquanto foi Ministra da Saúde,

julgo que exemplar da minha parte, como empresário ligado ao sector e sendo da «oposição», e, portanto, pode ter uma prova provada daquilo que estou a dizer e, portanto, com esta idade que já tenho, não vou efectivamente mudar.

Portanto, também desculpem lá...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Joaquim Coimbra, não se preocupe, porque há aqui mais militantes do PSD, nesta sala!

*Risos.*

O Sr. Joaquim Coimbra: — Não, não tenho problemas nisso!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — E não só, e não só!

Isto foi para permitir um pequeno intervalo de descompressão.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Exactamente, hoje somos muitos e amanhã seremos milhões, Sr. Deputado Honório!

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Joaquim Coimbra, julguei que era só o Sr. Deputado Nuno Melo que estava a fazer campanha eleitoral, até porque ele foi apresentado como cabeça de lista!...

*Apartes inaudíveis.*

O Sr. Joaquim Coimbra: — Bom, quanto à assinatura das actas, eu não tenho dúvidas de que as actas que o Sr. Presidente do conselho superior, Dr. Rui Machete, entregou são actas verdadeiras, tanto mais que elas circulam entre nós em termos finais, por *e-mail* e, portanto, são todas iguais e aprovadas. Disso não tenho dúvidas, nem terei! Agora, eu referia-me a um documento, que já vi em várias versões, que é um documento que tem também o título de acta, do dia 26 de Fevereiro de 2008, e um outro da comissão de avaliação do dia 3 de Outubro de 2007, que foi a primeira reunião da comissão de avaliação que houve entre os 3 ou 4 e o Dr. Oliveira e Costa, que ainda não vi referido, mas foi onde foi aprovado o conselho fiscal do BPN, SGPS, podendo até referir os nomes das pessoas que, na altura, foram indigitadas e que nos aprovámos.

Mas isso é apenas um aparte, agora, não ponham dúvidas em relação às actas do conselho superior.

Em relação ao Dr. Vakil e à questão que leu na acta do dia 12 de Maio. Os resultados de 2007 foram de 29,7 milhões de euros, se a memória me não falha muito, mas quando nos foram apresentados os resultados provisórios, em 17 de Dezembro de 2007, que eu referi, eles eram de 65 milhões.

Portanto, eles tiveram uma quebra, mercê já da administração do Dr. Vakil, pois foi ele que levou as contas ao conselho superior, no dia 12, para, depois, levar à assembleia-geral, os resultados por imparidades, e a verdade é que, por razões que na altura foram explicadas e algumas estão na acta, os resultados baixaram de 65 milhões, que estavam previstos, na era do Dr. Oliveira e Costa, para 29,7 milhões, que foram os resultados que, efectivamente, foram apresentados, em termos negociais, em 2007.

Quanto à questão dos *spreads* era corrente e, portanto, os directores das diferentes empresas do Grupo queixavam-se, efectivamente, muito de que tinham os *spreads* elevados. E aquilo que era dito é que as empresas serviam efectivamente para o que era mais emblemático e que tinha mais notoriedade que era o banco e, como tal, como era tudo do Grupo, faziam reflectir, através de *spreads* mais elevados do que seria normal para que o banco, que tinha mais notoriedade e até porque estava a ser preparado para ir para a Bolsa, tivesse resultados melhores do que aquilo que seria normal se não existissem as empresas.

Veja que o conselho superior nunca referiu o Banco Insular, como sendo a tal entidade existente em Cabo Verde, que acho que era assim que era denominado. Era o melindre da questão e era assim como era tratado internamente, porque foi assim que foi entendido e acho que foi o Dr. Vakil para que não transpirasse para o exterior o enfoque no Banco Insular, portanto, havia a *nuance* de uma entidade em Cabo Verde e essa entidade, obviamente, era o Banco Insular, na medida em que havia essa preocupação, que é dita na acta, do próprio Dr. Vakil e de nós próprios, de que pudesse haver, devido à má imagem, uma corrida aos depósitos no banco, que era um desastre, acho eu, não só para o banco em si, mas para o sistema financeiro em geral, pois, como é sabido, o banco é um lugar em que as pessoas têm confiança, julgo que hoje não tanto como tinham no passado, mas é um lugar onde as pessoas confiavam e, agora, são capazes de não confiar tanto.

Quanto ao relatório, a questão da separação da área financeira da não financeira, ou melhor, conforme o termo aplicado pelo Sr. Deputado, da área financeira da área imobiliária, que eu não diria, mas antes diria

área financeira e não financeira, porque a componente não financeira tem no imobiliário uma das suas áreas de negócio, mas tem  $n$  áreas de negócio, desde comida para cães até à saúde, que é a parte mais emblemática, até aos vinhos, como a Murganheira, Raposeira e muitas coisas mais, como informática e tecnologia, como certamente constataram.

Portanto, seria a área financeira da não financeira, o que englobaria todo o conjunto de empresas e não só a componente imobiliária. A imobiliária é, certamente, aquela que permitiu mais-valias ou menos valias, ou mais-valias para o grupo e menos valias para alguém que não o grupo. Pronto, mas isso era o que tinha mais peso, mais pressão e, enfim, seria mais susceptível de desconforto.

Quanto ao relatório do Banco de Portugal de 2005, não sei, Sr. Deputado, nunca ouvi falar desse relatório de 2005. Não tinha que saber dos relatórios. Os relatórios têm a ver com o banco em si e, portanto, eram-nos ocultados e nunca vi relatório nenhum. O único relatório que eu vi e, eventualmente, os Srs. Deputados também terão, é um documento de Maio, do Dr. Vakil, então presidente do Grupo, onde relatava alguns procedimentos que o Banco de Portugal exigia que deviam ser tomados, a nível de rácios, a nível de um conjunto de situações, nomeadamente a resolução do problema da tal entidade com problemas em Cabo Verde, como era dito no documento.

Esse documento será de Maio e terá sido o documento que serviu de suporte a este conselho superior que referiu de 12 de Maio.

Quanto ao Banco de Portugal, não sei. Quanto às cartas do Banco de Portugal ignoradas em 2004, era voz corrente e dizia-se, efectivamente, que não se dava respostas ao que o Banco de Portugal se

queixava que, efectivamente, não eram dadas respostas desde 2004, ou não eram dadas respostas completas e, portanto, havia fuga de informação. Isso era voz corrente!

Sobre o *draft* da resposta a dar ao Banco Insular, que foi aprovado, o que leu na acta corresponde àquilo que se passou nessa reunião, com mais ou menos pormenor, e, efectivamente, o presidente do conselho superior, Dr. Rui Machete, foi mandatado para, em conjunto com o Dr. Abdool Vakil, imediatamente prepararem a resposta ao Banco de Portugal.

Como o Dr. Vakil tinha colocado a questão, que o Sr. Deputado Honório Novo levantou e o Sr. Deputado Nuno Melo também, de se demitir se não fosse transparente com o Banco de Portugal, admito, não conheço a carta que foi, que a carta que foi para o Banco de Portugal tenha sido uma carta que informou de tudo o que havia para informar, o que era conhecido na altura, porque, senão, o Dr. Vakil tinha-se demitido, obviamente.

Aliás, o senhor esqueceu-se de ler, já agora, uma citação minha...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A Sr.<sup>a</sup> Presidente não deixou...

O Sr. Joaquim Coimbra: — É que eu digo lá precisamente isso, que estou de acordo com o Dr. Vakil quando ele devia ser transparente para com o Banco de Portugal.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — É que a função dos Srs. Deputados aqui não é serem leitores, é de colocarem questões. Está a ver? E o Sr. Deputado

Nuno Melo queria ler tudo, mas o Sr. Joaquim Coimbra conhece bem a acta.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Não sei se respondi a tudo, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não respondeu à questão fundamental que é a da exactidão da acta, que, que me conste, nunca foi impugnada e que o Sr. Joaquim Coimbra relatou como sendo fidedigna, vinda de quem vem e por ter retratado o que se passou na reunião.

No parágrafo em que o Dr. Vakil diz: «Realçou ainda o facto de o Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal, Prof. Duarte Neves, numa reunião havida recentemente, ter considerado que a melhor solução era a venda dessa entidade em causa a terceiros...».

O Sr. Joaquim Coimbra: — Confirmo que o está na acta, é exacto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, isso foi dito pelo Dr. Abdool Vakil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Boa noite, Sr. Joaquim Coimbra.

Os acontecimentos do caso do Grupo SLN/BPN levantam múltiplos problemas não só do conhecimento da realidade das actividades ilegais,

ilícitas e irregulares e mesmo, eventualmente, criminosas, mas, para além do registo e do conhecimento destes factos, levantam-se dois outros problemas: o primeiro é quando é que alguns dos protagonistas, accionistas, administradores, directores, e o próprio Banco de Portugal, tomaram conhecimento desses factos; mas, há, ainda, uma outra questão, que também é importante, que é a que cada um fez com a verdade que conheceu na extensão em que terá acontecido.

E eu, Sr. Joaquim Coimbra, gostava de dizer-lhe, com toda a franqueza, que não estou muito convencido que o primeiro impulso de um número relativamente significativo de accionistas, perante os factos que vieram a ser conhecidos, tenha sido o da transparência. Admito que alguns accionistas e até administradores tenham tido esse impulso e, portanto, chegou o momento de dar-nos a conhecer aquilo que ficamos a conhecer relativamente ao Grupo, e, portanto, a minha primeira pergunta é esta: não fiquei muito convencido das suas opiniões e das suas explicações relativamente ao episódio da sua demissão de membro da comissão política do PSD, mas, independentemente disso, e essa é a minha opinião e não tem grade importância, o que gostaria de lhe perguntar é se, depois de tudo o que ficou conhecer-se, se não está arrependido de ter achado que uma comissão de inquérito à supervisão do Banco de Portugal era mais uma manifestação, digamos, folclórica e mediática da direcção do Dr. Luís Filipe Menezes.

Portanto, a minha pergunta é exactamente essa: se, passado isto tudo, se não se sente arrependido.

E, a propósito, gostaria também de lhe perguntar se, na altura – e isso tem importância relativamente aos factos que agora estamos a procurar conhecer melhor –, tomou conhecimento – e leio-lhe

rapidamente um parágrafo das declarações do Dr. Luís Filipe Menezes, dizendo que: «Os ex-membros do Governo e ex-ministros, que eu visava na minha crítica por me pressionarem fortemente quando assim decidimos, não eram, obviamente, membros da equipa que liderava o partido». Portanto, estava a excluí-lo, até porque a notícia fundamentalmente se refere a si e estava a excluí-lo de qualquer uma dessas pressões.

Mas eu gostaria de lhe perguntar, porque acho que isso tem importância relativamente ao que temos estado aqui a discutir, quem eram estes ex-membros do governo e ex-ministros, portanto, embora para o Dr. Luís Filipe Menezes ex-membros do governo de ex-ministros possam não ser a mesma coisa, mas, na realidade, são.

Portanto, pergunto-lhe quem eram estes ex-ministros que pressionaram tanto a direcção do PSD, nomeadamente a direcção do Dr. Filipe Menezes para que não se realizasse essa comissão de inquérito.

Terceira pergunta: um administrador chamado Dr. António Franco disse, aqui, nesta Comissão, que tinha contactado alguns accionistas para os prevenir para algumas irregularidades de funcionamento do banco.

Gostava de saber se o Sr. Joaquim Coimbra foi um dos accionistas contactados pelo Dr. António Franco.

O Sr. Joaquim Coimbra disse, há pouco, que tinha tomado conhecimento do Banco Insular, em 12 de Fevereiro de 2008, presumindo eu que se esteja a referir à reunião da comissão de avaliação e nomeações com o Sr. Presidente.

Ora, tenho aqui a acta dessa reunião e, de facto, é de ficar com os cabelos em pé, coisa que a mim dificilmente poderá acontecer, mas, pronto, de qualquer forma, para qualquer outro cidadão, mas não há

nenhuma referência ao Banco Insular nesta acta. Não estou a dizer que, durante a reunião, não se tenha, digamos, falado do Banco Insular e que o Sr. Joaquim Coimbra não tenha tomado conhecimento do Banco Insular neste dia e nesta reunião, mas, na realidade, esta acta não fala do Banco Insular, não explica nada através de quaisquer movimentações com o Banco Insular e é uma acta que tem um conteúdo de verdade, até não muito habitual em actas deste tipo, porque, diz-se com toda a transparência, o que acho positivo, que «as pessoas reunidas consideraram que deviam propor ao Sr. Dr. Oliveira e Costa que se demitisse».

É claro isso e, portanto, admitiria eu que, com este grau de verdade, também teria sido possível haver aqui uma referência ao Banco Insular e gostaria de lhe perguntar por que é isso não aconteceu.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente e Deputada Maria de Belém, fica incomodada sempre que nós lemos actas, mas a acta que já aqui foi lida duas ou três vezes, e que eu irei ler a quarta vez e, eventualmente, alguém irá lê-la a quinta vez, não é completamente esclarecedora sobre aquela questão que coloquei, no início, sobre a transparência, porque, na realidade, aquilo que o Dr. Abdool Vakil está a dizer é o seguinte: ou me deixam dizer toda a verdade – e aqui toda a verdade é toda a verdade para o Dr. Abdool Vakil –, ou eu, então, demito-me. E a resposta que é dada, se me permite Sr. Joaquim Coimbra, mesmo a sua própria declaração tem muitas interpretações possíveis.

Vou ler exactamente o que está na acta – embora não leia tudo para a Sr.<sup>a</sup> Presidente me não interromper – e, a certa altura, é-lhe atribuída esta afirmação: «Os Srs. Conselheiros, através do Sr. Joaquim Coimbra, manifestaram (ao Dr. Abdool Vakil) que não queriam, de forma alguma,

colocar em causa a credibilidade do Sr. Presidente do conselho de administração». Ora, isto não é exactamente a mesma coisa que dizer: Sr. Presidente, seja inteiramente verdadeiro! Porque isto tem uma outra interpretação: é que, bom, mesmo que não seja verdadeiro, isso pode não pôr em causa a sua credibilidade... Ou seja, eu não estou muito satisfeito no sentido de que não me parece claro que o primeiro impulso, incluindo o do Dr. Abdool Vakil, na altura presidente, fosse de uma inteira transparência relativamente ao Banco de Portugal, e portanto, gostaria de o ouvir sobre isso.

Há uma outra referência ao Sr. Joaquim Coimbra em que, a certa altura, sobre a Carlyle, o Sr. Joaquim Coimbra diz: «Referiu ainda que houve uma aproximação ao Sr. Governador do Banco de Portugal sobre esta matéria».

E a minha pergunta é se esta aproximação é uma reunião anterior onde, presumo eu, o senhor não tenha estado, até pelo que há pouco disse, mas queria saber do que conhece dessa reunião e se o Sr. Governador do Banco de Portugal se limitou a ouvir falar da possibilidade de venda de 40% das acções ao Grupo Carlyle e mais nada sobre o BPN e a SLN foi discutido, nomeadamente – repito a pergunta porque acho que ela precisa de ser esclarecida – se sim ou não há algum responsável do Banco de Portugal que, neste contexto, tenha sugerido que o melhor seria vender o Banco Insular, coisa que também me pareceria importante esclarecer.

Agora, ia fazer-lhe perguntas muito rápidas e concretas: gostava de saber se o Sr. Joaquim Coimbra nos pode ajudar a perceber por que é que o Sr. Luís Caprichoso saiu do conselho de administração da SLN, explicação que, até, agora, ninguém nos deu.

Também gostaria de lhe perguntar, muito rapidamente, quem é que sugeriu o nome do Dr. Miguel Cadilhe e quem é que liderou esse processo de convite ao Dr. Miguel Cadilhe. E queria perguntar-lhe também se o Sr. Joaquim Coimbra foi um entusiasta de primeira hora da opção pelo Dr. Miguel Cadilhe.

Presumo que, depois, tenha motivos de sobra para não estar, digamos, muito satisfeito ou não avaliar como muito positiva a passagem do Dr. Miguel Cadilhe pelo Grupo, mas pergunto-lhe também qual é a sua avaliação sobre esse período e, nomeadamente, qual foi a reacção dos accionistas à possibilidade da venda da SLN à Caixa Geral de Depósitos. Gostaria de saber qual foi a solidez até dessa proposta e se isso tinha alguma aceitação por parte dos accionistas.

Por último, gostava de lhe perguntar, crente de que o Sr. Joaquim Coimbra presidia à comissão de vencimentos da SLN, embora não sabendo exactamente qual o período em que presidiu, como é que avalia, relativamente às diferentes administrações com que, eventualmente, coincidiu a sua presidência, os vencimentos e outras remunerações recebidas pelos presidentes e pelos administradores da SLN.

Não tenho mais nenhuma pergunta, nem mais nenhuma acta para ler.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado, pela sua colaboração.

Sr. Joaquim Coimbra, tem a palavra para responder.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Em relação à transparência dos accionistas, de que o Sr. Deputado João Semedo não está convencido, eu

não posso falar por todos os accionistas, mas falo por mim e, portanto, em relação a lutar pela transparência do Grupo, não tenho dúvidas que, pegando na história e indo para a batalha de alguém com origens na minha terra, que é o Duarte Pires de Bandeira, da Batalha de Toro, o Decepado, em termos comparativos, só se me cortarem este braço é que alguém me pode acusar de não ter lutado, no Grupo, pela transparência. Portanto, se alguém lutou pela transparência daquele Grupo, fui eu e, portanto, enfim, aplicando a expressão, acho que fiz *aequit*.

Portanto, pessoas ligadas à comunicação social que, naquele período, me acusavam de eu não responder às questões que me colocavam – e eu tenho muito respeito pela comunicação social –, simplesmente, na altura, não podia nem devia, porque estávamos a tratar, não, como disse já esta tarde, com a mercearia de bairro ou o supermercado do bairro, mas com uma instituição financeira, na qual nós tínhamos que ter muito cuidado.

E eu acho que aí – e desculpem referir-vos isto –, se mais não fora, estes accionistas com o comportamento que tiveram e a maneira como geriram todo este processo em relação a outros problemas que houve noutra instituição financeira – e estamos a falar no único conselho superior em que só o presidente e um outro accionista é que eram pessoas licenciadas, porque nós éramos todos pessoas a nível de empresários, que subimos a pulso na vida e que fazíamos parte daquele conselho –, acho que fizemos o melhor que soubemos e pudemos

Agora, Sr. Deputado, a nível da transparência, não falo pelos dez, mas falo por mim, sou eu que estou aqui, e responderei, sem saber se o convenço ou não, que, efectivamente, lutei pela transparência daquele Grupo e, disso, não tenha dúvidas.

E quanto a não ter ficado convencido da minha demissão do PSD, é óbvio que há razões que eu não disse nem vou divulgar e, como lhe disse, inicialmente, o Dr. Luís Filipe Menezes sabe que eu não divulgarei, e, se ele entender, divulgará ele. E sobre isto também não procuro convencê-lo.

Sobre quem era o ex-ministro, não faço ideia. Sei quem, naquele momento, em Outubro, ele procurou atingir, não era a mim, mas eu é que saí na rifa. Portanto, ele não procurava atingir-me, ele procurava atingir alguém que não a mim. Sobre isso, é a luta política e, como tal, eu, como estava ali no meio, levei pela tabela, porque certamente o Sr. Deputado não tem que estar atento a tudo, mas olhe que há companheiros meus, e desculpem este desabafo partidário, que estavam atentos, na altura, às movimentações e saberão quem é que ele procurava atingir, que não era a mim, mas fui eu que apanhei por tabela, mais tarde, em Outubro.

Mas nunca o pressionei em nada, isso posso garantir-lhe e é o que interesse para aqui, e, portanto, aquilo que disse, inicialmente, é que me meto sempre na minha vida, e, portanto, não pactuo muito com pessoas de duas caras e, agora, cada um tira daqui as ilações que quiser.

E o outro ponto foi por discordar, dentro daquilo que li e o que li é precisamente o que pensei. Agora, também lhe digo, Sr. Deputado, os tempos são outros e, se calhar, hoje concordo que foi bom ter-se feito a Comissão de Inquérito ao BCP e, portanto, irei um pouco de encontro à questão que coloca. Os tempos mudaram e, enfim, tudo muda e saber reconhecer no momento o pensamento que estive no passado e aquilo que se passa hoje, se calhar, aquilo que veio a público e que é documento público, hoje, acho que, efectivamente, valeu a pena.

Isto é como a história dos TGV e das situações de alta velocidade, que, há cinco anos, há quem defendia e, agora, não defende. Enfim, os

tempos são outros e, se calhar, quem defendia no passado não defende agora e vice-versa, e outros, daqui a uns anos, também hão-de dizer que tiveram uma ideia brilhante e hão-de tentar obter os louros de numa ideia que tiveram, mas, enfim, não a concretizaram.

O Dr. António Franco contactou alguns accionistas acerca de irregularidades. Eu tive conhecimento de irregularidades com precisão, no dia 12 de Fevereiro de 2008. Admito que haja outros accionistas mais íntimos do Dr. António Franco que, efectivamente, tenham tido contactos ou ele tenha referido algumas irregularidades das quais eu desconheço, porque o meu verdadeiro «estado da nação», utilizando a expressão do tal documento, que os Srs. Deputados Honório Novo e Nuno Melo referiram, foi no dia 12 de Fevereiro, como o Sr. Deputado referiu aí, nessa acta.

Mas, Sr. Deputado, eu quando referia, quanto a esse documento, que pode haver vários documentos, é porque eu tenho o meu documento e o meu documento fala no BI, Sr. Deputado. Por isso, não foi ingenuamente que eu perguntei quais são os documentos, e isto entronca aqui com a questão das actas verdadeiras ou não verdadeiras, e as do conselho superior não tenho dúvidas que o são.

A minha acta, Sr. Deputado, já está muito rascunhada e, portanto, permita-me que não a ceda, mas terá tudo que tem a sua. A sua termina, certamente, na Herdade da Miséria, não é Sr. Deputado?

O Sr. João Semedo (BE): — Não!

O Sr. Joaquim Coimbra: — Não? É que se ela estivesse assinada, já não havia dúvidas.

Mas eu vou-lha ler, Sr. Deputado: «Buraco no BI, necessidade de capital, de 24 milhões de euros; buraco de Porto Rico, cerca de 40 milhões; prejuízo com a especulação cambial, cerca de 10 milhões; prejuízo da primeira operação de securitização, 11 milhões; prejuízo da SFA Itália, 19 milhões; transferência para fundos, 37 milhões; necessidades actuais para os fundos, 6 milhões; Total, 147 milhões de euros».

Eu quando referi que nos era dito que o buraco não atingia 150 milhões, está aqui explicado e faz parte da acta, que seria a acta verdadeira, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Desculpe só interrompê-lo para lhe dizer que eu também não lhe perguntei por ingenuidade.

É exactamente porque me parece, por o que o Sr. Joaquim Coimbra acabou de ler e aquilo que eu tenho aqui, que é diferente, nessa parte, que confirma exactamente aquilo que há pouco lhe perguntei. É que, de facto, relativamente à transparência houve, de facto, estratégias diferentes nesta fase da história do Grupo.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Mas, Sr. Deputado, não tem dúvidas nenhuma da minha transparência, pois não?

O Sr. João Semedo (BE): — Eu nem estava a falar sobre isso!

O Sr. Joaquim Coimbra: — Eu podia ter respondido a isto: não sei.

O Sr. João Semedo (BE): — Certo.

Mas eu nem estava a falar sobre isso, o que estava dizer é que, de facto, há muitos documentos em que acontece exactamente o que aconteceu com este, o que confirma que há, de facto, diferentes impulsos relativamente à transparência.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Então, vou-lhe dizer mais, Sr. Deputado: o Sr. Presidente informou-nos que o BI, através de diversas sociedades, detém 7,44% de acções da SLN, o que se veio a provar mais tarde que, efectivamente, era verdade e que se tentaram vender e, como sabe...

Diz-se assim, na acta: «Sobre a situação do BI, ficamos de, numa próxima reunião, voltar a conversar a fim de tomarmos conhecimento total da situação real do mesmo». Portanto, isto é uma referência específica ao BI, que faz parte dessa acta.

Portanto, mais transparente que isto, não sei como é que possa ser, Sr. Deputado, porque eu podia limitar-me a dizer: não sei. Mas eu disse que tinha muito gosto em vir a esta Comissão e dizer o que sei e, portanto, não tenha dúvidas que direi tudo aquilo que sei, em prol da transparência.

Sobre o facto de o Dr. Abdool Vakil ter dito que ou o deixavam dizer a verdade ou demitia-se, Sr. Deputado, eu já tinha referido isto e a questão da *nuance* da minha intervenção.

Obviamente que a acta não é feita depois por nós, era feita pelo secretariado, as sessões não eram gravadas, mas pode inferir-se que efectivamente a posição era... Mas, Sr. Deputado, agora ponho eu a questão ao contrário: se o Dr. Abdool Vakil dizia que ou o deixavam dizer tudo ou ele demitia-se, se, efectivamente, ele não se demitiu, Sr. Deputado, então das duas uma: ou ele voltou atrás na sua afirmação; ou

efectivamente os accionistas deixaram que ele escrevesse tudo, mas, volto a dizer-lhe que o que ele escreveu, pelo menos, eu não conheço. Admito que ele tenha dito toda a verdade do que era possível informar, no momento.

Portanto, em relação a isso, acho que não há dúvidas nenhuma e acho que o Dr. Vakil, em conjunto com o Dr. Rui Machete, conforme está na acta, foram mandatados para dar as respostas ao Banco de Portugal, e julgo que até tenham ido, em conjunto, ao Banco de Portugal e que terão dito toda a verdade ou, pelo menos, aquilo que era, naquele momento, possível informar o Banco de Portugal.

O Sr. Deputado fez uma referência a ligando-me à Carlyle e ao Banco de Portugal e, sobre isso, direi que nunca fui ao Banco de Portugal falar de qualquer assunto relacionado com a Carlyle. Aliás, fui uma vez ao Banco de Portugal – está a ver, Sr. Deputado, mais uma novidade! – e acompanhei o Dr. Oliveira e Costa com outro accionista, a pedido do Dr. Oliveira e Costa, porque punha-se em dúvida quem eram os accionistas do Grupo e se os accionistas estavam interessados em ir a um possível aumento de capital para dar estabilidade ao Grupo.

Então, na reunião que tive, acompanhando o Dr. Oliveira e Costa, em fins Janeiro, porventura princípios de Fevereiro, sem que tenha precisão na data, com um outro accionista, o Sr. Almiro Silva, fomos transmitir ao Banco de Portugal que os accionistas não eram um grupo de malfeitores e tinham rosto e deixámos, ou melhor, não foi preciso deixar, porque o Banco de Portugal, sistematicamente, recebia a informação, a disponibilidade, até porque fomos mandatados pelo resto dos accionistas, de os accionistas poderem vir, se necessário, a arranjar soluções para possíveis aumentos de capital.

Sobre se eu tinha conhecimento que o vice-governador do Banco de Portugal terá dito ao Sr. Vakil para vender a tal entidade, desconheço, ou melhor, a única coisa que conheço é aquilo que está numa acta, de 12 de Maio, se a memória me não falha, que o Sr. Deputado Nuno Melo referiu. De facto, o que está nas actas corresponde à verdade, embora, eventualmente, possam não traduzir tudo o que se passava no conselho superior, mas, no essencial, corresponde à verdade.

Sobre por que saiu o Dr. Luís Caprichoso, francamente não sei. A única coisa que sei é que o conselho de administração da SLN tinha cinco elementos e passou a ter quatro, em Maio de 2007, se a memória não me falha, com a saída do Dr. Mendes Ribeiro e, depois, mais tarde, saiu o Dr. Caprichoso. Aquilo de que os administradores se queixavam é que o conselho de administração não reunia, e essa também era uma preocupação dos accionistas. Como é que era possível um Grupo daqueles em que o conselho de administração da *holding* não reunia? E não reunia por incompatibilidade entre administradores, nomeadamente o Dr. Oliveira e Costa com o Dr. Luís Caprichoso.

Não sei das razões que motivaram essa incompatibilidade, nunca foram públicas e mesmo nunca as ouvi nem da parte de um nem da parte de outro, portanto, não sei por que é que o Dr. Luís Caprichoso saiu.

Perguntou também quem sugeriu o nome do Dr. Miguel Cadilhe e se eu fui entusiasta do Dr. Miguel Cadilhe.

Quem sugeriu, de entre os nomes que estiveram em cima da mesa e alguns contactos que houve com diferentes pessoas, que nós entendíamos estar dentro do perfil que traçámos, o Dr. Miguel Cadilhe como uma das pessoas que correspondia a esse perfil, como houve outras pessoas. E não lhe escondo que houve outras pessoas que foram

convidadas e umas não aceitaram e outras pediram para pensar e, depois, acabaram por não aceitar, porque, certamente, não quiseram correr o risco de sair de outras funções que desempenhavam. E nós também precisávamos de alguém com alguma urgência, alguém que estivesse disponível e nem todas as pessoas, que foram contactadas, estavam disponíveis.

A escolha concentrou-se no grupo mais do Norte/Porto, nos accionistas mais próximos, alguns deles com relações com o Dr. Miguel Cadilhe, e o nome foi posto em cima da mesa com potencial aceitação, houve contactos, e eu fui uma das quatro pessoas que, efectivamente, em termos finais, estive envolvido na negociação que o Dr. Miguel Cadilhe teve para vir para o Grupo. A pessoa escolhida e, a partir do momento que aquela a pessoa foi escolhida, passou a ser, obviamente, o meu presidente e o presidente de todos os accionistas.

Quanto à reacção dos accionistas à venda do BPN à Caixa Geral de Depósitos...

O Sr. João Semedo (BE): — Essa venda era de...

O Sr. Joaquim Coimbra: — Sim, da SLN.

Acho que esta situação nunca esteve em cima da mesa. A reacção dos accionistas sobre a venda à Caixa Geral de Depósitos, acho que nunca esteve em cima da mesa, repito. O que esteve em cima da mesa, e julgo que chegou a haver troca de correspondência, foi que a Caixa Geral de Depósitos, antes da nacionalização, pretendeu adquirir o banco e chegou a haver, julgo, troca de correspondência nesse sentido. Não vi essa correspondência, nem tinha que ver, mas tivemos conhecimento,

informalmente, nos fins de Outubro de 2007, que efectivamente a Caixa Geral de Depósitos estaria disponível para adquirir o BPN em condições que estariam estipuladas nessa carta.

O Sr. João Semedo (BE): — Foi em 2007 ou 2008?

O Sr. Joaquim Coimbra: — Perdão, foi em 2008.

Portanto, a resposta dos accionistas, a nível colectivo, não sei, mas a minha reacção, posso dizer-lhe, foi positiva e, portanto, entendia que era uma maneira de se poder resolver o problema em relação às propostas que tinham sido colocadas e devido ser no mês de Outubro, nós tínhamos de entender que, no mês de Outubro, o mundo financeiro ia-nos caindo em cima. Houve dias em que, eventualmente, não sabíamos o que é que amanhã ia acontecer, se havia bancos, se havia empresas, se havia um conjunto de situações, como bem se lembram.

E houve uma corrida aos depósitos de toda a banca. Eu próprio assisti, ali na zona de Sete Rios, a uma fila de pessoas à frente do BPN a quererem levantar dinheiro e à Polícia, com bastões, a pôr as pessoas em ordem.

Por conseguinte, o BPN como vinha fragilizado com todas aquelas questões, foi aquele que efectivamente teve, naquele momento, mais corrida. Todos tiveram, como sabem, mas depois criou-se a imagem, e bem, que a Caixa Geral de Depósitos era Estado e, como tal, os depósitos das pessoas estariam mais bem protegidas na Caixa Geral de Depósitos.

Portanto, entendi, na altura, e há pessoas que sabem efectivamente disso, que a venda, que seria atribuída mais tarde, seria uma solução para o BPN. E também, naquela altura, quando o banco foi nacionalizado,

também lhe posso dizer, Sr. Deputado, que fui, se calhar, das poucas pessoas accionistas, pelo menos que eu saiba não há mais nenhuma, que comentou para algumas pessoas que o melhor que podia ter acontecido ao BPN foi a nacionalização. Se calhar, o Sr. Deputado fica admirado com esta minha afirmação, na medida em que, naquela altura, para a credibilização do sistema financeiro, eu acho que a atitude que o Governo teve, naquele momento, foi a correcta e, direi mesmo, uma atitude corajosa com a nacionalização do BPN.

Quanto à comissão de remuneração, efectivamente sou o presidente desde o dia 20 de Julho de 2008, ou seja, desde a assembleia-geral em que o Dr. Miguel Cadilhe e a sua equipa foram eleitos para a administração.

Quanto a remunerações aquilo que foi combinado com o presidente, neste caso, o Dr. Miguel Cadilhe, e, portanto, com o apoio dos 10 accionistas, na medida em que o facto de eu ser presidente há mais dois membros da comissão de remunerações e eu não quis assumir essa responsabilidade sozinho e, portanto, foram os 10 accionistas que estiveram envolvidos na negociação que culminou com a entrada do Dr. Miguel Cadilhe e a remuneração que foi acertada – não vou cometer nenhuma inconfidência porque há uma acta, é público, e até me admira essas actas ainda não terem vindo a público – com o Dr. Miguel Cadilhe foi uma remuneração anual bruta de um milhão de euros e os restantes administradores 70% deste valor.

Quanto à questão de prémios, seria uma questão a ver quando o Grupo tivesse condições e, portanto, viriam a ser estipuladas mais tarde.

Estamos a falar de valores totais que foram efectivamente negociados.

Não sei se respondi a todas as questões que o Sr. Deputado colocou.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Joaquim Coimbra.

Vou dar agora a palavra à Sr.ª Deputada Leonor Coutinho, do Partido Socialista.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigada, Sr.ª Presidente.

Vou tentar ser curta até porque já muito aqui foi dito.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a maneira como nos tem esclarecido sobre esta matéria e com a precisão com que o tem feito.

Em primeiro lugar, e se quiser responder, perguntava-lhe se só investiu, e investiu fortemente, como accionista de referência do BPN e, portanto, no Grupo SLN, em 2005. Ora, na altura, já tinha havido muitos rumores, muitas chamadas de atenção do Banco de Portugal. Aliás, havia um rácio de capital diferente para este banco em relação aos outros, o que é um indício claro de que qualquer coisa não estaria bem. E, agora, também nos diz que estaria arrependido.

Gostaria de lhe perguntar por que razão, se a pode dizer, decidiu investir num banco destes e se não considera que o risco já era muito grande nessa altura.

Em segundo lugar, também sobre a regulação, notei a importância que dá ao Banco de Portugal e ao seu trabalho e, por isso, também gostaria de lhe perguntar se, em 2007, ano em que houve a tal revolta dos accionistas, se o facto de o Banco de Portugal estar a fazer uma inspecção e de haver, aliás, também perguntas do próprio Banco de Cabo Verde,

nessa altura, se esses factos foram importantes como um elemento para o posicionamento dos accionistas.

Sobre a mesma matéria, o chumbo da entrada em Bolsa que, como referiu aqui, seria vantajosa para os accionistas, e o facto de ela não poder ter tido lugar e de haver, aliás, até pessoas aqui que já nos disseram que lhes parecia impensável que alguma vez a entrada em Bolsa tivesse tido lugar, se isso também influiu em relação à posição, no fundo, do grupo dos nove que, depois, veio a ser dos dez.

Em relação à venda, falou-nos aqui da posposta, que se veio, depois, a esfumar, do Grupo Carlyle, mas há também outras propostas, que nós temos, datadas de 1 de Julho de 2008, de outros grupos. Gostaria de lhe perguntar se foram feitos contactos e se eles nunca tiveram a forma de negociação séria ou se foram pelo facto de os preços serem inferiores àquele que nos citou aqui, como referência para o Grupo Carlyle, porque é a informação que tenho e gostaria de saber a sua opinião.

Para terminar, também gostaria de lhe perguntar se tinha conhecimento que alguns investimentos eram feitos com testas de ferro e, em partícula, investimentos em Angola, conforme nos foi dito aqui, há algumas horas, e com empréstimos do próprio Banco Insular.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Joaquim Coimbra, tem a palavra para responder.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Sr.ª Deputada, portanto...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Se não compreendeu alguma coisa, eu posso dizer porque também tenho apontado.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Não, não, é que ia começar por me referir à questão do meu investimento.

Eu era um pequeno accionista, desde o início do banco, simplesmente, a partir de 2005, mercê de uma venda que eu fiz no sector farmacêutico, tinha disponibilidades financeiras e, enfim, fiz investimentos vários, nomeadamente na área financeira, e, como tinha dinheiro disponível no BPN, fui contactado no sentido de poder fazer esse investimento e foi daí que investi 40,4 milhões de euros, naquele momento, ou seja, no dia 18 de Abril de 2005.

Por conseguinte, se eu soubesse, como já referi esta tarde, dos muitos rumores e de algumas coisas que sei hoje e que vim a saber mais tarde, certamente não tinha investido, independentemente do meu investimento ter tido algumas *nuances*, na medida em que, também como é público, eu tinha um contrato, em relação a parte das minhas acções, de opção de compra e venda dessas acções.

Enfim, até há pouco tempo, no *Diário de Notícias*, fui apelidado de quase criminoso em relação a esse contrato, que é muito transparente, muito claro, e até é sabido também que eu próprio, em Novembro, meti uma acção, que foi de arresto, à SLN em relação às acções. Portanto, isso foi tudo muito transparente como julgo que, certamente, pelo menos os Srs. Jornalistas, sabem disso. Acho que, eventualmente, foi pública toda essa questão e, portanto, daí o estar-me a referir a ela.

Portanto, não sabia do que é que se passava anteriormente porque, senão, não tinha corrido o risco, efectivamente, de fazer esse investimento.

Perguntou se a revolta dos accionistas, em 2007, teve a ver também com a inspecção do Banco de Portugal e sobre as perguntas do Banco de Cabo Verde.

Em relação às perguntas de Cabo Verde, os accionistas desconheciam e só a partir do dia 12 de Fevereiro é que os accionistas vieram a saber das perguntas que havia.

Em relação às inspecções do Banco de Portugal, o que nos era dito é que eram inspecções de rotina. E à nossa pergunta «então, está cá o Banco de Portugal?» era-nos dito «ah, isso é normal, há bancos onde até o Banco de Portugal tem presença fixa e não é o nosso caso até». Era-nos dito, antes de finais de 2007, que, efectivamente, a presença do Banco de Portugal era uma situação normal. Depois, viemos a saber que, efectivamente, não era normal.

Se me pergunta se teve influência, a 12 de Fevereiro, para a tomada de posição da mudança, digo-lhe que teve porque, nessa data de 12 de Fevereiro, nós apercebemo-nos que as respostas não eram dadas com clareza ou fugia-se à resposta, desde 2004, a algumas das questões que foram aqui efectivamente levantadas. Portanto, dir-lhe-ei que também ajudou, como ajudou o conhecimento do BI e, enfim, de todas as outras questões que já relatámos.

Sobre a questão da entrada em Bolsa e o chumbo do Banco de Portugal, também ficamos com uma desconfiança e, embora nos tenham sido dito na altura que era a conjuntura a entrada na Bolsa já era prometida há dois anos atrás, já antes de 2005 e de eu ser accionista de referência, já havia a promessa de ir para a Bolsa e as razões por que não foi certamente nunca nos foram divulgadas, mas, mais tarde, viemos a saber que também o próprio Banco de Portugal não permitiu que se fosse

para a Bolsa quando o presidente procurou ir para a Bolsa. Mas isso viemos a saber, efectivamente, neste período de revolta mais acentuada, continuando a aplicar o termo revolta.

Sobre propostas de outros grupos para negociação, não sei o que é que a Sr.ª Deputada Leonor Coutinho sabe da proposta do dia 1 de Julho de 2008. Se me ajudar... É que não sei se estamos a falar da mesma coisa!

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Estava a falar da Carlyle. E temos outra proposta da Jurilis-Advogados... Enfim, temos aqui duas propostas, mas provavelmente até terá havido mais.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Não sei. Enfim, por razões de confidencialidade de contrato, não vou divulgar o nome, mas cinco accionistas, no dia 1 de Julho de 2008, assinaram um contrato de venda da maioria do capital da SLN, portanto da *holding*, que representava cerca de 60%.

Nós comprometíamo-nos a arranjar 60% das acções. O contrato foi assinado por cinco accionistas e pela outra parte...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — É isso que eu tenho!

O Sr. Joaquim Coimbra: — Mas eu, por razões de confidencialidade do contrato, não vou dizer o nome.

Portanto, se a Sr.ª Deputada os tem, não é por mim. Terá sido um dos cinco accionistas que terá divulgado, mas, por mim, não divulgo, nem vou referir o nome de quem contratou.

Posso é referir alguns aspectos do contrato: o contrato era válido até ao dia 18 de Julho, previa as acções da SLN Valor a 2,55 € e as da SLN, SGPS, a 2,85 €, previa que os investidores tivessem que fazer um aumento de capital de 300 milhões de euros até ao fim do ano, 31 de Dezembro, que era o aumento de capital que a equipa do Dr. Cadilhe já tinha proposto aos accionistas para ser feito.

Portanto, havia um compromisso, neste contrato de, efectivamente, esse aumento de capital dos 300 milhões de euros ser feito até ao findo ao ano.

O contrato previa, ainda, para salvaguarda dos interesses dos pequenos accionistas, que todos os accionistas que quisessem vender o comprador ou compradores teriam que comprar, de maneira que não estávamos a salvaguardar só os nossos interesses, mas estávamos a salvaguardar todos os interesses de todos os accionistas que quisessem vender.

O contrato previa também que o dinheiro tinha que cair num banco de primeira de linha, que foi indicado, com contas abertas e o dinheiro teria que cair numa conta *escrow* para haver, depois, a movimentação, e isso acabou por não acontecer.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Mas a minha pergunta é porquê que acabou por não acontecer, porque eu não tinha os detalhes do contrato...

O Sr. Joaquim Coimbra: — Acabou por não acontecer, porque não caiu o dinheiro. As condições eram que houvesse o dinheiro, que ele existisse, chegou-se a ir ao país de onde havia de vir o dinheiro e o dinheiro não apareceu, simplesmente. Podia não ter aparecido e,

portanto, o contrato acabou por não ser cumprido. Portanto, foi por incumprimento do contrato.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Portanto, por incumprimento da parte do comprador!

O Sr. Joaquim Coimbra: — Não lhe digo o nome, como já referi, mas dir-lhe-ei que estamos a falar de interesses ligados à Líbia.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Pois!

O Sr. Joaquim Coimbra: — Mais: houve efectivamente outros contactos, além do da Carlyle, houve contactos com um banco angolano, que não tinha nada a ver com a Carlyle, que estaria interessado só na parte do banco, mas, depois, como se encetou negociações com a Carlyle não fazia sentido estar a fazer negociações em paralelo, porque havia uma questão de exclusividade com a Carlyle.

Houve um banco nacional que, enfim, nunca foi desvendado, mas a comunicação social chegou a falar nisso, que podia estar interessado. E houve contactos e negociações avançadas de um banco nacional – estamos a falar em Julho de 2008 – e, nessa negociação, estamos a falar de valores muito, muito, inferiores àqueles que falávamos há pouco.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Sim, são bastante inferiores.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Houve, em princípio de Outubro de 2008, uma negociação, também com um grupo árabe, com um representante e

em Portugal. E veja que os accionistas, nesse caso, até admitiram poder vender as suas acções entre 1,20 e 1,25 € e, portanto, não estava em causa o preço, mas também, depois, isso não se concretizou.

O Dr. Oliveira e Costa, através de um advogado, que agora se constata que era o mesmo advogado que até o está a defender na situação em que ele se encontra, de nome Leonel Gaspar, que mantinha contactos regulares, porque sempre que os accionistas se mexiam havia um comprador, que era Sua Alteza qualquer coisa... Portanto, havia sempre uma Alteza a procurar adquirir o grupo. E chegou a haver accionistas que até viram os cheques passados. Eu nunca estive nessas negociações porque achava ridículo, inclusive, o que se estava a passar, mas havia ainda quem acreditasse em milagres, vindos desta parte.

E também lhe digo que, em Dezembro de 2008, já se tinha passado a nacionalização do banco, houve um grupo, através de um escritório de advogados, de Lisboa, que representava esses interesses também do exterior, que podiam estar interessados em adquirir aquilo que restava do Grupo. Chegou a haver correspondência nesse sentido... Reuni com quatro accionistas quando fui contactado, houve conversações, houve documentos, foi dado conhecimento ao Dr. Cadilhe, decidimos avançar para esse possível negócio, mas não houve sequência nem êxito nele. Estamos a falar em Dezembro de 2008, antes da assembleia-geral, que tivemos nessa data.

Não sei se fui claro sobre os contactos que tive em relação...

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — A minha pergunta, e agradeço-lhe a sua resposta, é que nunca foram os accionista que não quiseram vender, não houve foi parte terceira.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Também agradeço a pergunta que coloca, porque tinha-me constado que os accionistas não queriam vender e, efectivamente, isso não corresponde minimamente à verdade.

E aquilo que lhe relatei, Sr.<sup>a</sup> Deputada, prova, até por valores díspares – estamos a falar em 1,20 e 1,25 €, em princípios de Outubro de 2008 –, que os accionistas estariam disponíveis para, em nome da viabilização do Grupo, porque nessa altura tínhamos consciência do momento que o Grupo atravessada e, aliás, a administração do Dr. Cadilhe, pelo levantamento que fez da situação e pelas auditorias, essas sim, feitas por entidades exteriores e, aí, é que foi o verdadeiro estado da nação.

E, portanto, efectivamente, os accionistas, em prol da defesa do Grupo, estariam disponíveis a vender pelos valores que havia referido.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Isso põe um pouco em causa a viabilidade do próprio plano Cadilhe?

O Sr. Joaquim Coimbra: — Exactamente.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Concorda?

O Sr. Joaquim Coimbra: — Concordo, plenamente.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Pronto, obrigado.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Em relação aos testas-de-ferro de Angola, eu, em relação a Angola e aos financiamentos, desconheço. A única coisa que sei é que o Grupo tinha em Angola uma componente imobiliária, mas não sei a que componente estava ligada. Falava-se num Sr. Albano, pessoa que não conheço, que, eventualmente, tinha alguns interesses ligados ao Grupo, mas não sei que tipo de interesses.

Essa parte da SLN Internacional era gerida por um administrador que dizia que tudo ia bem, que havia um ou dois investimentos em Angola, ligados ao imobiliário, que estavam a decorrer, e havia um investimento também numa participação, que o Grupo tinha e julgo que ainda tem e que ainda se não desfez dela e espero que não se desfaça, que era um posição numa empresa ligada a uma exploração de petróleo, em que o Grupo teria uma participação de 20% numa posição de 15, numa companhia que tem lá alguns blocos de petróleo.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — E a actividade de financiamento?

O Sr. Joaquim Coimbra: — Não sei de financiamentos nenhuns, nesse lado.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Acabei, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Sr.ª Deputado, muito obrigada.

Tem a palavra o Sr. Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.ª Presidente, são só três perguntas.

Estive aqui a ouvir estas questões todas, e tenho, ainda, três ou quatro perguntas que queria fazer, cumprimentando, desde já, o Sr. Joaquim Coimbra.

Foi dito aqui a esta Comissão que, na altura em que houve negociações para a entrada do Carlyle no Grupo SLN, teria havido uma reunião – essa informação foi prestada numa reunião formal do Grupo SLN – ou uma audiência, pedida pelo Dr. Oliveira e Costa ao Primeiro-Ministro.

E a pergunta que queria fazer é se o Sr. Joaquim Coimbra, à data, soube dessa reunião e, se soube dessa reunião, se sabe por que é que essa reunião foi pedida ao Primeiro-Ministro e não foi pedida ao Governador do Banco de Portugal ou ao Ministro das Finanças e, se foi pedida ao Primeiro-Ministro, se sabe exactamente por que é que foi pedida ao Primeiro-Ministro e quais os termos em que pretendia o presidente do Grupo SLN falar com o Primeiro-Ministro sobre essa questão da entrada do Carlyle.

A segunda questão prende-se ou é motivada por causa destas respostas, que o Sr. Joaquim Coimbra acabou de dar das várias negociações que se sucederam no tempo, e a pergunta tem a ver com o seguinte: é ou não é verdade que algures no Verão de 2007, um grupo de accionistas de referência no Grupo SLN terá firmado um acordo – não sei se chamaram um acordo parassocial –, em que determinavam que a decisão de venda de acções de um determinava a venda das acções de todos e até teriam fixado, nessa altura, um valor por acção de 3,20 €?

A pergunta que lhe queria fazer era a seguinte: é ou não verdade que existiu esse acordo, mais ou menos um acordo parassocial, do tal grupo dos nove mais um ou do grupo de dez, como quiserem?

E a segunda pergunta, relacionada com isto, é a seguinte: se existiu este acordo, no Verão de 2007, o que é que determinou, nessa altura, a assinatura deste acordo e de quem é que partiu a iniciativa para a celebração do mesmo?

O Dr. António Franco, quando esteve aqui, na Comissão, disse a esta Comissão que, algures em Maio de 2007, avisou alguns accionistas da SLN dos problemas com o Banco Insular. E o que, muito directamente, queria perguntar era se o Sr. Joaquim Coimbra, enquanto accionista da SLN, foi um dos accionistas que foi abordado pelo Dr. António Franco com estes problemas e estas questões do Banco Insular.

A última pergunta tem a ver com o que se passou com a nacionalização.

Foi decretada a nacionalização do banco e aquilo que queria perguntar ao Sr. Joaquim Coimbra, para me responder naquilo que puder e estiver dentro das suas possibilidades e da avaliação que tem neste momento, é qual é, neste momento, o impacto da nacionalização do BPN no resto dos activos da SLN.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Joaquim Coimbra, tem a palavra para responder.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Sr. Deputado Miguel Macedo, sobre as negociações da Carlyle e da reunião com o Sr. Primeiro-Ministro, aquilo que sei foi aquilo que nos foi dito em conselho superior do dia 17 de Dezembro, que está na acta de que os Srs. Deputados já têm conhecimento, segundo sei e foi referido.

Portanto, foi-nos dito que tinha sido pedida uma audiência ao Primeiro-Ministro, em que foi dado conhecimento de uma possível negociação com o Grupo Carlyle.

E o que está na acta que foi efectivamente dito foi dito que o Sr. Primeiro-Ministro agradeceu a ida e que se manteve satisfeito por o Grupo continuar a pertencer, maioritariamente, a accionistas portugueses, enfim, por não perder a nacionalidade e que o Sr. Primeiro-Ministro, segundo nos foi dito pelo Dr. Oliveira e Costa e está na acta, terá interferido no sentido de o Sr. Dr. Oliveira e Costa ser recebido pelo Sr. Governador.

Não nos foi referido que foi pedida imediatamente a audiência ao Sr. Governador nem ao Sr. Ministro das Finanças. Portanto, o que nos foi dito foi, efectivamente, o que está na acta e não mais do que isso.

No Verão de 2007, efectivamente, houve um acordo, o chamado acordo de cooperação, que foi assinado pelos nove accionistas, como referi, e mais um, a 18 de Janeiro de 2008, sendo que o objectivo deste acordo foi, efectivamente, no sentido de que, se algum accionista procurasse vender as suas acções isoladamente, podia fazê-lo, mas era penalizado, o que constituía uma maneira de manter a unidade forçada inicialmente, mas, depois, naturalmente, acabou por não haver necessidade dessa unidade forçada, porque as pessoas sentiram que, quando assinaram este acordo de cooperação, fizeram uma espécie de apólice de seguro, na medida em que foi este acordo que permitiu, depois, o desenrolar de todos os acontecimentos que culminaram com a saída do Dr. Oliveira e Costa, porque, como também já disse, respondendo ao Sr. Honório Novo, esse acordo serviu para a unidade do grupo.

Mas, os pressupostos que levaram a este acordo de cooperação foram o fortalecimento desta sociedade e um bem que lhes pertence em comum, construindo assim um sindicato de voto que, tal como também referi e disse, mentalmente, que representava 40 e tal, mas, efectivamente, representava 50,34%, directos, mas representava mais devido às acções próprias e, depois, com a entrada do décimo accionista ainda representava mais, daí, nós termos assumido aquele compromisso da questão que a Sr. Deputada Leonor Coutinho levantou do contrato do dia 1 de Julho, em que cinco accionistas, em nome destes dez, que representávamos praticamente 60% do capital, porque, depois, enfim, aquilo foi uma bola de neve e todos os accionistas estavam realmente connosco.

Veja-se a assembleia-geral na mudança da administração da SLN Valor, quando entram cinco accionistas para a SLN Valor, em 22 de Abril de 2008, em que votação foi de cerca de 99% das presenças, o que revela a unidade que se conseguiu à volta disso e o espírito de mudança que, entretanto, efectivamente, se incutiu.

Nessa acta diz-se: «Os outros grandes em conjunto, e cada um deles, reconhecem que é do interesse de todos a eventualidade de ser feita uma oferta de compra a qualquer um deles, que a venda seja efectuada de forma conjunta num bloco, razão pela qual os outorgantes se comprometem a não celebrar individualmente qualquer negócio que tenha como objectivo as acções dessas entidades, no caso de a venda conjunta merecer a aprovação dos outorgantes accionistas, que representam 75% do capital representado».

O preço que efectivamente se permitia aqui, numa possível venda, era de 3,20 €, mas, nas possíveis propostas e negociações que houve,

chegamos a admitir o preço entre 1,20 e 1,25 €. Portanto, isto foi evolutivo... Estamos a falar no período em que se faziam transacções entre accionistas sensivelmente a esse preço, quando este documento foi feito.

Portanto, este documento existe, está assinado, ou melhor, existiu até ao dia 31 de Dezembro de 2008 e, neste momento, não existe.

De quem partiu a iniciativa? A iniciativa partiu de boas vontades e, portanto, isto não tinha gerente, passe a expressão, mas o documento foi apresentado por mim, numa reunião do dia 30 de Agosto de 2008, e mereceu a concordância de todos os nove accionistas que o assinaram.

Quanto ao Dr. António Franco e ao contacto que, em Maio de 2007, terá tido com accionistas e terá falado no BI, não duvida que possa ter falado com accionistas, mas eu desconheço e, portanto, não foi comigo e, por conseguinte, eu, como disse, tive conhecimento do BI no dia 12 de Fevereiro de 2008 e, depois disso, porventura, troquei algumas impressões, não só eu mas a comissão, com o administrador, na altura, António Franco, para percebermos melhor o que era aquilo do BI, mas isto *a posteriori*.

Note-se que toda a informação que a comissão dos três mais um recolheu, dela fizemos entrega ao conselho de administração do Dr. Vakil, na pessoa do administrador Franquelim Alves. Tudo o que recolhemos, efectivamente, foi entregue à administração do Dr. Vakil! Aliás, uma das partes do documento, que anda a circular, fala nisso e essa parte é verdade. Estamos a falar do documento de 26 de Fevereiro, onde isso se refere. Não sei se o Sr. Deputado João Semedo tem esse documento, quando refere que foi entregue documentação no dia 26.

Quanto ao impacto da nacionalização no resto do Grupo, é óbvio que teve e continua a ter. Quando as restantes empresas são apoiadas, maioritariamente, em cerca de 60 a 70%, como se fala, das necessidades de financiamento, que eram internas, eram do BPN, isso tem, efectivamente, muito impacto nas empresas. Direi que algumas até seriam menos bem geridas, porque tinham ali um banco ao lado e, portanto, era só pedir. Mas como, entretanto, as coisas mudaram, daí os accionistas procurarem a separação, com gestões autónomas, provavelmente para não haver essa promiscuidade.

Mas tem efectivamente impacto e, portanto, espero e é desejável porque estamos a falar de 4250 trabalhadores, enfim, mais dezena menos dezena, que pertencem ao Grupo SLN e à área não financeira. Portanto, estamos a falar de 4250 ou 4260 trabalhadores da parte que não foi nacionalizada. Portanto, tem de continuar a haver os apoios necessários para a boa gestão dessas empresas porque acho que seria uma catástrofe se o resto do Grupo não tivesse continuidade.

Estou plenamente confiante na administração, que saberá encontrar soluções para bem destes 4250 trabalhadores e, enfim, também – e por que não? – dos accionistas, daqueles que investiram, os maiores e os mais pequenos, enfim, para todos os accionistas poderem ainda ir buscar algum dinheiro daquele que investiram e poderem reestruturar o Grupo.

Não sei se respondi a todas as questões.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigada, Sr. Joaquim Coimbra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Joaquim Coimbra, são algumas perguntas de precisão, porque não quero tomar-lhe muito mais tempo e as respostas também poderão ser quase telegráficas ou conforme entender.

Durante três horas, ouvimo-lo aqui falar com uma abertura bastante assinalável, mas há respostas que nós, aqui, em termos de Comissão, precisamos objectivar. E uma delas tem a ver com o grupo dos dez. E a pergunta que lhe faço é óbvia, Sr. Joaquim Coimbra: quem é exactamente este grupo dos dez, nominalmente?

Segunda questão: no dia 12 de Fevereiro de 2008, conheceu o Sr. Joaquim Coimbra o verdadeiro «estado da nação». Estavam os accionistas do grupo dos quatro, que nós temos perfeitamente identificado. Mas quem é que mais estava? Percebemos que estava o Dr. Oliveira e Costa e o Eng. Francisco Saches, mas eu queria saber quem é que mais estava.

O Sr. Joaquim Coimbra disse, várias vezes, que os accionistas desconheciam a existência do Banco de Cabo Verde. Nem todos, porque há accionistas que faziam parte, quer do grupo dos quatro, quer do de dez, que tinham relações com o Banco Insular. E vou-lhe citar um nome, que não sei se o Sr. Joaquim Coimbra conhece, mas o Sr. Almiro Silva tinha relações de crédito, aliás, um crédito atribuído em termos especiais, desde 2004, que nos foi aqui relatado, quando ele aqui esteve. Portanto, sei que fala por si mas eu não generalizava esta afirmação.

E também o Sr. Almiro Silva, aqui, tem uma opinião contrária à que o Sr. Joaquim Coimbra exprimiu quanto aos períodos de transição e à liderança dessa transição. Disse-nos aqui, de uma forma clara, que a solução inicial era substituir Oliveira e Costa por Francisco Sanches e mais quatro elementos a integrarem comissões executivas e, só depois, numa

fase subsequente, é que aparece a solução Vakil. Queria, pois, que comentasse essa situação, se for possível.

Finalmente, no dia 12 de Fevereiro, alguns ou a maioria de vocês toma conhecimento da existência do Banco Insular. Gostava que o Sr. Joaquim Coimbra me precisasse como é que o Banco Insular vos era apresentado: como um banco associado, dependente, correspondente? Enfim, dirá, certamente.

Permita-me um comentário que é, simultaneamente uma pergunta e é a última. Percebo que o vosso acordo parassocial de Agosto previa um acordo de venda de 3,20 € e percebo que os senhores, em finais de Dezembro princípios de Janeiro, quando pela primeira vez se começou a falar na Carlyle, não quisessem vender abaixo deste valor. Agora, não me parece, permita-me a discordância, que é um comentário, que os accionistas quisessem perder o controlo do Grupo, à partida.

É certo que, a partir de Julho de 2008, e à medida que se aproximava o fim do ano e à medida que os problemas e as consequências da crise internacional se faziam sentir, até já estavam dispostos a vender por 1,20 €.

Mas, Sr. Joaquim Coimbra, vamos lá ver a história toda desde Dezembro de 2007, quando aparece o primeiro comprador, isto é, a Carlyle. Aí – e é o Prof. Rui Machete quem o diz aqui –, exprime uma opinião de que não lhe pareceu que os accionistas, a maioria, quisesse perder o poder, vendendo. Portanto, vamos lá ver se esta afirmação de que «sempre quiseram vender» é verdade sempre ou se é verdade a partir de uma fase adiantada do ano de 2008.

E, para acabar, uma pergunta final, que é uma especulação: o Sr. Joaquim Coimbra está convencido que o Dr. Oliveira e Costa tentou

comprar o Grupo, enfim, numa fase desesperada, já depois de afastado, ou não?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — O Sr. Deputado terminou e, portanto, vou dar a palavra ao Sr. Joaquim Coimbra para responder.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Obrigado, Sr. Joaquim Coimbra, pela sua eficiência e clareza nas respostas.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Obrigado Sr. Deputado.

Com muito gosto, vou referir a composição do grupo dos dez: Adelino Silva, Almiro de Jesus Silva, António Manuel Lagoa Veríssimo, António Marques dos Santos Cavaco, Adelino Mota Gaspar Francisco, Fernando Duarte Rodrigues Cordeiro, Joaquim Alberto Vieira Coimbra, Joaquim Ferreira Abreu e Manuel Eugénio Neves dos Santos. São nove e o décimo é Alberto Queiroga Figueiredo, que foi o que entrou no aditamento ao contrato, em 18 de Janeiro de 2008.

Em 12 de Fevereiro, conheci o estado da nação, o que efectivamente é verdade e tenho-o dito em toda a tarde.

O grupo dos quatro, ou seja, eu próprio, o Fernando Cordeiro, Adelino Silva, que fazíamos parte formalmente da comissão, e o Sr. Almiro Silva, pelas razões que aponte, como administrador convidado e por ser a pessoa que estava aqui, o residente, porque o Sr. Almiro Silva, inclusive, a partir daquele momento, passou a ter um gabinete no próprio 8.º andar que é, enfim, o piso da administração, sendo administrador não executivo.

E quem mais? Além do Dr. Oliveira e Costa, esteve o Eng. Francisco Sanches e, em determinados momentos e não sempre, mas sempre que

era necessária alguma informação, por razões operacionais, e, portanto, quando era preciso esclarecer alguma questão pontual das questões que, efectivamente, eram levantadas, o Dr. Oliveira e Costa chamava, pontualmente, o Sr. Dr. António Duarte para esclarecer. E mais ninguém esteve nessa reunião de 12 de Fevereiro. Houve outras reuniões onde estiveram pessoas, nomeadamente as que estão na dita acta que, pelos menos, nas pessoas, corresponde à verdade o que tem vindo a público.

Quanto a accionistas com ligações a Cabo Verde, mais tarde vim a ter conhecimento que sim. Falo por mim, efectivamente, como o Sr. Deputado diz, e não falo pelos outros e só falo pelos outros naquilo que outros tiveram e partilharam comigo.

Em relação a um crédito do Sr. Almiro Silva no BI, posteriormente a 12 de Fevereiro, efectivamente, ele confirmou-nos que era cliente, há algum tempo atrás ou em 2004, que agora não preciso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas confirma ou não?

O Sr. Joaquim Coimbra: — Confirmo, mas também confidenciou a esse grupo restrito quem nem sabia e estava convencido que aquilo era um banco normal, enfim, como havia outro banco em Cabo Verde.

Aliás, sobre Cabo Verde, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, eu tenho negócios em Cabo Verde no sector farmacêutico, nos seguros e noutras áreas e há amigos meus que, na altura, ficaram muito preocupados sobre se eu tinha alguma coisa a ver com aquilo. É que ninguém acredita que eu não sabia, sequer, que havia o BI em Cabo Verde. Portanto, pode acreditar, Sr. Deputado, que eu não sabia e só soube no dia 12 de

Fevereiro. Sabia, era-nos dito, que havia o BPN IFI em Cabo Verde, mas estamos a falar de coisas, efectivamente, diferentes.

Portanto, nunca tive qualquer crédito no Banco Insular, nem sabia que ele existia, mas confirmo, efectivamente, que o Sr. Almiro Silva me informou quando se soube do BI e do banco que era. Ele disse-nos que, efectivamente, tinha um crédito e, na altura, até nos disse o valor do crédito nesse banco. Portanto, não faço ideia o que ele terá dito aqui, porque não ouvi as audiências dos outros senhores que vieram cá.

Sobre o facto de o Sr. Almiro Silva ter uma opinião contrária em relação à da liderança, aqui, eventualmente, pode haver algum equívoco do Sr. Almiro Silva. Nem sei, enfim, como é que ele poderá ter dito isso, mas não ponho em causa o que Sr. Deputado diz que ele terá afirmado.

Mas o que se passou é que foi definido que haveria um período de transição, até à assembleia-geral, a nível da SLN, SGPS, porque não fazia sentido, havendo uma assembleia-geral, que, efectivamente, se fizesse uma outra assembleia-geral, que demora 30 dias a ser convocada com todas as formalidades, como sabem, e haver a preocupação que tínhamos, como disse, da atitude destes dez, em relação à maneira como conduziram todo este processo para que, designadamente para o exterior, as coisas fossem tranquilas, pelas razões que aponte.

Portanto, foi entendido que, até à assembleia-geral, dia 28 de Janeiro se a memória me não falha – não sei se têm esse comunicado interno –, por decisão do conselho superior, o Sr. Eng. Francisco Sanches funcionava como administrador-delegado do BPN, SGPS e não do banco, digamos, na *holding* ligada à parte financeira, onde tinha, depois, os seguros, o Banco Efisa, portanto, o BPN, SGPS tinha essa componente toda, e o Sr. Eng. Francisco Sanches ficaria como administrador-delegado

para congregar, porque andava tudo muito disperso, até à assembleia-geral...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Até à assembleia-geral de...

O Sr. Joaquim Coimbra: —... de aprovação de contas, que seria, depois, em Abril. Isto é, não fazia sentido fazer uma assembleia-geral, com o efeito mediático que isso teria, e que vinha levantar um problema de substituição, porque estamos a falar no tempo em que o próprio presidente ainda estava no activo, pois ele só veio a sair, oficialmente, depois, a 15 de Fevereiro.

Havia, portanto, aqui um período de transição e isso está claro. Não sei em que contexto é que isso foi dito pelo Sr. Almiro Silva, mas não havia nada de carácter definitivo que levasse a que o poder fosse entregue ao Eng. Francisco Sanches, substituindo o Dr. Oliveira e Costa. Isso esteve fora de questão sempre!

Como disse, a nossa solução passaria sempre por uma solução externa, porque entendíamos que, em muitas situações, era mais do mesmo, e que, por uma questão de credibilizar e por mais vontade que houvesse, e não está em causa a competência das pessoas, mas, enfim, que não seria credível uma situação.

Portanto, houve alguma especulação, a própria comunicação na altura admitia que o Eng.º Francisco Sanches viria a ser o sucessor de Oliveira e Costa, o que até causou alguma perturbação interna... O Fernando Ferreira, que era o presidente da Real, também, enfim, havia ali tudo isso, independentemente de ser verdade que o Eng.º Fernando Ferreira achou que tinha condições e tentou arranjar apoios para poder vir

a liderar o Grupo. E ele sabe disso até porque veio ter comigo e eu disse-lhe que a minha solução era uma solução externa e não estava em causa a disponibilidade e competência dele mas, portanto, embora pudesse ser derrotado, obviamente, mas não abdicava de ser uma solução externa. E o Dr. Vakil também sabe disso.

Quanto à solução Vakil? A solução Vakil vem na sequência da saída do Dr. Oliveira e Costa, porque, como já disse, foi a pessoa que, internamente, nós achávamos que era mais consensual não só internamente mas também para o exterior, pelas razões que também aponte da credibilidade dele no mundo financeiro e, portanto, essa é uma solução após a saída do Dr. Oliveira e Costa.

Se me pergunta se me passava pela cabeça que o Dr. Oliveira e Costa saísse a 12 ou, enfim, que a decisão fosse a 12 e ele saísse a 15, se calhar, 15 dias antes, 15 dias antes, nem sequer me passava pela cabeça, muito embora a minha vontade ou a vontade desse grupo de accionistas pudesse ser essa. Simplesmente entendíamos que na assembleia-geral normal de prestação de contas, que poderia ser em Abril ou Maio, como é tradicional a nível das finanças, é que estaríamos a preparar para que a mudança fosse pacífica.

Perguntou-me, ainda, como é que foi apresentado o Banco Insular. Foi apresentado, como inicialmente já referi, como o BI, o BI, o BI, e, depois, foi-nos apresentado como uma instituição – eu li, há bocado, ao Sr. Deputado Semedo, uma parte daquilo que foi referido, onde eram escondidas algumas situações que referi.

Não sei se o Dr. Deputado Honório estava cá, mas eu referi porque a acta que o Sr. Deputado Semedo tem não é igual à minha e, como tal, eu referi que, nessa acta, há uma referência ao BI, que eu li, onde,

efectivamente, nos foi dito que havia um buraco, que foi a expressão usada, de 147 milhões de euros.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Posso precisar?

A Sr.ª Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O que preciso que me esclareça com rigor é o seguinte: se a noção que vos foi dada do Banco Insular foi a de que pertencia ou não pertencia ao Grupo, ou se era, enfim, um banco normal, correspondente, um *offshore*, etc.

O Sr. Joaquim Coimbra: — O que nos foi dito é que estava numa praça considerada *offshore*, que era um banco que tinha um administrador, que era o Dr. Vaz Mascarenhas, que seria o dono dessa instituição. Mas que era dono e não era... Portanto, seria mais uma situação de, digamos, eventualmente esconder a devida origem.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Pronto, Sr. Joaquim Coimbra, está suficientemente claro.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Sobre o acordo de 30 de Agosto de 3,20 €, sobre a Carlyle, etc., direi que o nosso acordo era um número de referência e valia o que valia, mas era um número que, entre os accionistas, foi entendido que devíamos pôr para, se o Grupo entendesse que alguém poderia arranjar um comprador, ter como base aquele valor.

Quando nos foi falado pelo Dr. Oliveira e Costa, no dia 17 de Dezembro, o número que ele nos referiu foi de 3,00 euros para o potencial comprador.

Quanto aos accionistas perderem o controlo, inicialmente falou-se em 40%, mas eu, quando tive os contactos com a Carlyle, havia a hipótese dos 40% ou mais, e não sei se o Sr. Deputado está recordado.

E aquilo que era entendido entre os accionistas, foi o seguinte: se fosse uma situação minoritária, neste caso até 40%, efectivamente o controlo seria de mãos portuguesas, dos accionistas, e teria a ver com a proposta que nos era apresentada, que vos referi, em que havia um projecto no aspecto global e nós acreditávamos na valia do projecto e esperávamos que a proposta nos fosse apresentada, efectivamente, para vermos o potencial do projecto, porque é preferível ter 60% de uma coisa onde houvesse um projecto e onde entrasse dinheiro e pudesse criar valor e dimensão, e nós acreditávamos que era possível, do que realmente ter 100% de uma coisa que, depois, veio a dar o que deu.

Mas uma outra questão que chegou a ser colocada entre nós foi: se houver uma situação maioritária, então, vendemos tudo e ficam os que quiserem e vendem aqueles que quiserem. E posso dizer-lhe que o sentimento generalizado do grupo dos dez era de, numa situação dessas, efectivamente venderem tudo e criar as condições, como criamos, no tal contrato que fizemos a 1 de Julho de 2008, para que quem quisesse vender poder vender, isto é, para haver um vínculo nesse aspecto.

Sobre se o Dr. Rui Machete diz que os accionistas não queriam perder o controlo, posso dizer-lhe que, efectivamente, não queríamos, pelas razões que acabei de apontar e, se pudessem, então, vendiam efectivamente tudo.

Quanto a saber se o Sr. Dr. Oliveira e Costa tentou comprar o Grupo, referi à Sr.ª Deputada Leonor Coutinho, há bocado, que várias vezes, sempre que o Grupo mexia, o Dr. Oliveira e Costa também mexia e, portanto, aparecia juntamente com o Sr. Dr. Leonel Gaspar...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Recordo-me da resposta e, portanto, não vale a pena a repetição.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Houve muitas tentativas em nome de uma Sua Alteza qualquer, que se dizia que eram os árabes, umas rainhas ou reis, Suas Altezas...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado João Semedo, faz favor.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Serei muito rápido e é apenas para fazer uma pergunta ainda sobre este problema da transparência e da verdade relativamente ao Banco de Portugal, mas queria começar por dizer que a pergunta que vou fazer não é dirigida à sua atitude, é dirigida ao ambiente que, na altura, dominava o grupo.

E queria registar, apenas, as seguintes datas: no dia 12 de Fevereiro de 2008, o Sr. Joaquim Coimbra tomou conhecimento de uma série de situações, nomeadamente do Banco Insular; no dia 18 de Fevereiro de 2008, seis dias depois, o conselho superior nomeia o Sr. Abdool Vakil e refere, nessa acta, que «foi ainda aprovado por unanimidade a necessidade imediata de convocar uma reunião com o Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal».

Portanto, a minha primeira pergunta era: a que é que se destinava esta reunião?

Continuando, no dia 11 de Abril, um mês depois da tal reunião em que se tomou conhecimento das diversas irregularidades, o Sr. Abdool Vakil vai com o Sr. Dr. Rui Machete ao Banco de Portugal falar com o Sr. Governador; no dia 12 de Maio de 2008, ainda estão a discutir que resposta vão dar ao Banco de Portugal. E discutem o quê? Que resposta vão dar por escrito a uma carta do Banco de Portugal?

Ora, se escalonar estas datas de 12 de Fevereiro de 2008, de 18 de Fevereiro de 2008, de 11 de Abril de 2008, e de 12 de Maio de 2008, passam três meses. E a minha pergunta, porque isso me faz alguma confusão, é a seguinte: então, o que é que o Sr. Presidente Abdool Vakil e o Dr. Rui Machete foram dizer ao Sr. Dr. Vítor Constâncio no dia 11 de Abril de 2008, porque, chamo a atenção novamente, um mês depois, a 12 de Maio de 2008, ainda estavam a discutir no conselho superior o que é que iam ou não iam dizer ao Banco de Portugal?

O que queria perceber não é exactamente a posição do Sr. Joaquim Coimbra, isso parece-me já claro, porque foram muito claras as suas informações e os seus esclarecimentos, mas isto faz-me alguma confusão. Ou seja, então, sou obrigado a presumir que o Dr. Rui Machete e o Dr. Abdool Vakil estiveram, no dia 11 de Abril de 2008, com o Dr. Vítor Constâncio a dizer-lhe o quê? Que tinha sido nomeado um presidente? Bem, há aqui alguma coisa que tem que ser esclarecida, se calhar pelo próprio Dr. Abdool Vakil.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faz favor, Sr. Joaquim Coimbra.

O Sr. Joaquim Coimbra: — Sr. Deputado, efectivamente, nós tivemos conhecimento no dia 12 de Fevereiro do BI, no dia 18 de Fevereiro é a tomada de posse do Dr. Vakil e, nesse conselho superior do dia 18, como se refere em acta, era para ir apresentar cumprimentos, o que é normal e de rotina, e julgo que, nestes casos, uma nova administração tem de ir dar uma explicação ou conhecimento, que não ponho dúvidas que terá sido telefonicamente, antes da sua eleição, para ser o Sr. Governador a primeira pessoa a saber, ou, neste caso, o Banco de Portugal. Não tenho dúvidas que terá sido feito isso.

Mas, depois, deve ter sido aprazado e depois foi aprovado em conselho superior, que devia, porque era a sua primeira reunião, saber os propósitos, saber o que é que, eventualmente, se passava na medida em que, segundo julgo saber, o Dr. Oliveira e Costa, quando ia ao Banco de Portugal, não era acompanhado, muito embora o Dr. Vakil já fizesse parte do conselho de administração do BPN, porque era o presidente da Efisa e, portanto, fazia parte do conselho de administração, mas, segundo julgo saber, não ia às reuniões do Banco de Portugal. Portanto, eu acho natural essa ida ao banco de Portugal a 18 de Fevereiro.

Em relação a 11 de Abril e a 12 de Maio, aquilo que posso dizer é que sei que, numa das reuniões, não se foi a de 11 de Abril, se foi a de 12 de Maio, terá ido ao Banco de Portugal todo conselho de administração.

Não posso precisar, mas sei que houve uma delas em que, efectivamente, foram todos os administradores da SLN, na medida em que o Banco de Portugal, não sei se na pessoa do Sr. Governador se na pessoa do Sr. Vice-Governador, terá exigido que fosse toda a administração e não só o presidente.

Em relação a estes pormenores da discussão ou não discussão, enfim, nós, no conselho superior, como consta das actas, não discutíamos, apenas tomávamos conhecimento, até porque nós éramos um conselho que não era deliberativo, era apenas consultivo e na falta de uma assembleia-geral, porque não podíamos andar constantemente a fazer assembleias, acabamos por ter aqui um papel que não foi muito das atribuições do próprio conselho consultivo. Mas, porque este núcleo de accionistas representava a maioria do capital, também estaríamos um bocado à vontade, porque acaba por ser, digamos, uma parte significativa do capital que estava a tomar uma decisão maioritária e de apoio, diremos, dando um pouco conforto.

Mas, em relação a estas respostas do Banco de Portugal, enfim, elas estão traduzidas nas actas, não sei com precisão, mas sei quanto às questões que me colocaram e as próprias posições do Dr. Vakil. E, aí, eu não sei nem posso dizer em que momento é que o Dr. Vakil teve conhecimento do Banco Insular. É minha convicção que ele, a partir do 18, da sua tomada de posição, no mínimo, ele passou a ter conhecimento daquilo que foi intitulado como uma entidade em Cabo Verde, que foi uma maneira de não lhe chamar Banco Insular, como certamente reconhecerão.

Mas não sei, obviamente, em que momento é que o Banco de Portugal pode ter tido conhecimento real do Banco Insular. E, enfim, tudo o que se possa considerar são suposições e eu aqui não queria cometer nenhuma injustiça.

O Sr. João Semedo (BE): — Posso só frisar um aspecto?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Joaquim Coimbra, diga-me o seguinte: já há bocado explicou, e até com bastante realismo, que aquela reunião de 12 de Fevereiro de 2008 tinha sido uma reunião bastante impressionante, digamos.

E a minha pergunta, para além das questões relacionadas com o Banco Insular, era esta: presumo que o Dr. Oliveira e Costa, não, que o Eng. Francisco Sanches, não, mas os quatro accionistas, que estavam presentes, não tomaram a iniciativa de esclarecer o Sr. Dr. Abdool Vakil, antes de ele ser nomeado ou no momento em que foi nomeado, sobre, digamos, a extensão de irregularidades e situações anómalas que, entretanto, por pertencerem àquela comissão, tinham tomado conhecimento?

O Sr. Joaquim Coimbra: — Da minha parte, digo-lhe que não e, em relação aos outros três elementos, também lhe poderei dizer que não, até porque a decisão de convidar o Dr. Vakil foi na noite de 17, já a altas horas da noite, porque nós, obviamente, estávamos preocupados em arranjar uma solução e, portanto, começámos a ver pessoas internas e surgiram vários nomes e, quando surgiu o nome do Dr. Vakil, foi aquele que mereceu um consenso generalizado e, sem dúvida nenhuma, reafirmo que foi o melhor nome que podíamos ter encontrado.

Por conseguinte, no dia 18 de manhã, chamámos o Dr. Vakil, não sabendo para o que era, e os quatro tivemos uma reunião com ele no sentido de ele ter que aceitar aquele cargo como espírito de missão,

transitoriamente, e pedimos-lhe que fizesse esse sacrifício em nome do Grupo.

Portanto, não lhe foi contado nada até porque admitíamos que, eventualmente, o Dr. Vakil pudesse saber, porque o Dr. Vakil estava na casa, há muitos anos, o Dr. Vakil era o presidente do Banco Efisa e era membro do conselho de administração do banco.

Portanto, admitimos que pudesse saber minimamente de algumas coisas, mas não houve essa conversa. As conversas que houve, antes de ele aceitar, foram precisamente no sentido de o pressionar a aceitar. Não entramos em qualquer pormenor do Grupo.

Enfim, mais tarde, ele comunicou-nos que veio encontrar muita surpresa e, enfim, o Grupo estaria numa situação que nem passava pela cabeça. Mas, aí, terá que ser o Dr. Vakil, realmente, a responder a algumas dessas questões que o Sr. Deputado me coloca.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: – Muito obrigada, Sr. Joaquim Coimbra.

Em nome de todos os Srs. Deputados que integram a Comissão de Inquérito, queria agradecer a maneira como colaborou com esta Comissão, de peito aberto, posso dizê-lo, e garantindo que nós, passo a passo e degrau em degrau, vamos tendo um conhecimento mais aprofundado daquilo que se passou e deu origem às medidas entretanto tomadas

Portanto, Sr. Joaquim Coimbra, foi um gosto tê-lo entre nós, agradeço a sua resistência e paciência e ao pormenor com que respondeu a todas as perguntas e, mais uma vez, muito obrigada e até sempre.

Está encerrada a reunião.

*Eram 22 horas.*